

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E  
URBANISMO**

**ROSANA SANTANA DOS REIS**

**ACESSIBILIDADE A EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DE INTERESSE  
TURÍSTICO POR PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA: um  
estudo de exemplos representativos situados na Rota Acessível do  
Centro Histórico de Salvador**

**SALVADOR  
2015**

**ROSANA SANTANA DOS REIS**

**ACESSIBILIDADE A EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DE INTERESSE  
TURÍSTICO POR PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA: um  
estudo de exemplos representativos situados na Rota Acessível do  
Centro Histórico de Salvador**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção de grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Pedro Alves de Carvalho

**SALVADOR  
2015**

R375 Reis, Rosana Santana dos.

Acessibilidade a edifícios históricos de interesse turístico por pessoas com mobilidade reduzida : um estudo de exemplos representativos situados na rota acessível do Centro Histórico de Salvador / Rosana Santana dos Reis. 2015.

186 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Pedro Alves de Carvalho.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2015.

1. Turismo - Deficientes - Orientação e mobilidade - Salvador (BA).  
2. Edifícios públicos - Projeto de acessibilidade - Salvador (BA).  
I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. II. Carvalho, Antônio Pedro Aves de. III. Título.

CDU: 711.4(813.8)

**ROSANA SANTANA DOS REIS**

**ACESSIBILIDADE A EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DE INTERESSE  
TURÍSTICO POR PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA: um  
estudo de exemplos representativos situados na Rota Acessível do  
Centro Histórico de Salvador**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de grau de Mestre em  
Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Aprovada em 15 de outubro de 2015

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Antônio Pedro Alves de Carvalho (orientador)  
Pós-Doutorado pela Universitat Politècnica de Catalunya

---

Prof. Dr. Eugênio de Ávila Lins (membro interno)  
Doutorado pela Universidade do Porto

---

Prof. Dr. Biagio Mauricio Avena (membro externo)  
Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia



**A minha mãe, Maria Eugênia, que me estimulou a gostar de estudar e a fazer descobertas.**

**A minha filha, Gabriella, que me ensina todos os dias que ainda tenho muito mais a descobrir.**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre. Por cada passo. Por cada pedra e cada queda. Pela força para levantar, ultrapassar, seguir. Por me permitir escolher.

Agradeço especialmente às pessoas e instituições que, de alguma maneira, contribuíram para realização desse trabalho:

Prof. Antônio Pedro, orientador dessa pesquisa, por ter acolhido o meu tema e pela valiosa contribuição por meio do compartilhamento de seu conhecimento. Por ter generosa e cuidadosamente apresentado ideias, críticas construtivas e me estimulado a avançar na construção dessa dissertação.

Prof. Eugênio Lins, a quem admiro desde as aulas da graduação na Faculdade de Arquitetura. O reencontro nas aulas do Mestrado e sua participação nessa Banca foram um presente sem medida.

Prof. Biagio Avena, pesquisador a quem acompanho e admiro por sua seriedade e dedicação aos estudos do Turismo, viagens, educação e acolhimento. Profissional que participou de importantes momentos da minha trajetória acadêmica e que tanto me estimula, pelo exemplo e palavras, a avançar nos meus estudos e pesquisas.

Funcionários da Secretaria do PPG-AU, pela solicitude e cuidado em atender às nossas demandas com prontidão.

Professores do PPG-AU com quem tive o prazer de compartilhar momentos de conhecimento e reflexão.

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP), pelo apoio por meio da concessão da bolsa do Programa de Apoio à Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos da UNEB (PAC-DT).

Colegiado do Curso de Turismo e Hotelaria da UNEB, em especial a sua Coordenação, que me estimulou a realizar esse Mestrado e colaborou diretamente para a sua realização, aliviando o volume de orientações para que eu dispusesse de mais tempo para me dedicar à pesquisa.

Gestores do Solar Ferrão, do Hotel Villa Bahia e do Convento e Igreja de São Francisco, que gentilmente abriram as portas dessas instituições para a realização desse trabalho.

Jefferson Rebouças, ex-aluno da UNEB e funcionário dedicado do Hotel Villa Bahia, que prontamente se colocou à disposição para colaborar com a pesquisa.

Iago Araújo, meu sobrinho e afilhado, futuro engenheiro civil, que me acompanhou na pesquisa de campo, realizou medições e fez anotações primordiais para a avaliação das edificações estudadas.

Os quatro participantes da pesquisa de campo, que dedicaram algumas horas na avaliação das edificações e, com seus comentários, me fizeram enxergar outros aspectos impossíveis de perceber sem a sua participação.

**O arquiteto deve prestar à sociedade um serviço bem definido, isto é, ocupar-se das modificações do meio físico onde se desenvolve a vida cotidiana de cada um: neste âmbito deve-se considerar simultaneamente as qualidades e as quantidades e satisfazer globalmente as exigências relativas à vida ativa e contemplativa.**

**Leonardo Benevolo, [197-?]**

**A hospitalidade é um dom do espaço, espaço de habitação, espaço para percorrer a pé ou para contemplação, sendo suas qualidades a superfície, a acessibilidade, o conforto, a estética, a historicidade.**

**Jacques Godbout, 1997**

**A hospitalidade é antes de mais nada uma disposição da alma, aberta e irrestrita. Ela, como o amor incondicional, em princípio, não rejeita nem discrimina a ninguém.**

**Leonardo Boff , 2005**

## RESUMO

Acessibilidade, arquitetura inclusiva e direitos das pessoas deficientes são questões cada vez mais discutidas pela sociedade atual. A pessoa com deficiência, notadamente aquela que possui dificuldade de locomoção, tem direito à prática do Turismo e ao acesso à cultura e ao patrimônio, livre de barreiras arquitetônicas. A presente pesquisa tem como tema *Acessibilidade a edifícios históricos de interesse turístico por pessoas com mobilidade reduzida: um estudo de exemplos representativos situados na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador*. Possui como objetivo principal identificar as barreiras arquitetônicas mais comuns que se apresentam em edifícios históricos de interesse turístico, por meio da discussão teórica e análise de exemplos localizados na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador, verificando-se as adequações mais indicadas para permitir a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida a esses edifícios de maneira compatível com a preservação do patrimônio. O método utilizado para análise da acessibilidade baseou-se na Avaliação Pós-Ocupação (APO). Foram analisados três edifícios históricos inseridos na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador com elevados índices de visitação e uso. A seleção dos edifícios levou em consideração seu grau de proteção legal, uma vez que os edifícios protegidos pela legislação são objeto de critérios mais rigorosos de intervenção. Como técnicas foram utilizadas: entrevistas com os gestores das instituições instaladas nos edifícios analisados, avaliações técnico-funcionais de acessibilidade, questionários e visitas acompanhadas com usuários/visitantes. A pesquisa demonstrou que as edificações se encontram não adaptadas ou parcialmente adaptadas, necessitando se adequar à legislação brasileira. Conclui-se que conjuntos e edifícios de valor histórico são usualmente adaptados ao uso turístico e o acesso livre e seguro deve ser garantido às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio da adequação dessas edificações aos critérios técnicos determinados pelas Normas Brasileiras que tratam de acessibilidade, sem, contudo, contrariar os parâmetros da conservação e restauro do patrimônio aceitos na atualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade. Patrimônio. Edifícios históricos. Turismo.

## ABSTRACT

Accessibility, inclusive architecture and the rights of disabled individuals are issues increasingly debated in today's society. The disabled individual, particularly those with mobility impairments, have rights to practice tourism and to access culture and heritage, free of architectural barriers. This work has as its topic *Accessibility to historic buildings of touristic interest by individuals with impaired mobility: a survey of representative examples located at the Accessible Route of Salvador's Historic Center District*. Its main objective is to identify the most common architectural barriers in historic buildings of touristic interest, through a theoretical debate and analysis of examples in the Accessible Route of Salvador's Historic Center District, observing the most adequate customizations that allow the accessibility of persons with limited mobility to these buildings in a way compatible with heritage preservation. The method used for analyzing accessibility was based on the Post-Occupation Evaluation (POE). Three historic buildings with high volume of visitors and use located at the Accessible Route of Salvador's Historic Center District were analyzed. The selection of buildings took into account their level of legal protection, for the reason that the buildings which are protected by legislation are subject to more rigorous criteria regarding any kinds of intervention. The research methods used were: interviews with management of the institutions located at the analyzed buildings, technical-functional accessibility assessments, questionnaires and visits alongside other users/visitors. This research demonstrated that the buildings are not adapted or only partially adapted, in need to conform with Brazilian legislation. It concludes that sites and buildings of historic value are usually adapted to the touristic use and that the free and safe access must be guaranteed to the individuals with disabilities or mobility impairments, through the adequacy of these edifications to the technical criteria determined by the Brazilian Norms that deal with mobility, without, however, disregarding the current accepted parameters for the preservation and restoration of heritage.

KEYWORDS: Accessibility. Heritage. Historic buildings. Tourism.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- APO – Avaliação Pós-Ocupação
- CHS – Centro Histórico de Salvador
- CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
- COPRO – Coordenação de Projetos e Obras/IPAC
- CREA-RJ – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
- DIMUS – Diretoria de Museus/IPAC
- DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
- IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MTur – Ministério do Turismo
- NCSU – *North Carolina State University* (Universidade da Carolina do Norte)
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- OMT – Organização Mundial de Turismo
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OSB – *Oriented Strand Board* (Painel de tiras de madeira orientadas)
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- PPG-AU – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFBA
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SISTUR – Sistema de Turismo
- SJCDH – Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
- UFBA – Universidade Federal da Bahia
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNEB – Universidade do Estado da Bahia
- UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
- UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas
- USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
2. ACESSIBILIDADE, PATRIMÔNIO E TURISMO: UMA POSSÍVEL EQUAÇÃO.....	19
...	
2.1. ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL .....	19
2.2. PATRIMÔNIO CULTURAL .....	22
2.3. PATRIMÔNIO E TURISMO .....	24
2.4. BARREIRAS ARQUITETÔNICAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS .....	28
2.5. ACESSIBILIDADE AO PATRIMÔNIO .....	30
2.6. TEORIAS DO RESTAURO: UMA BREVE REVISÃO .....	32
2.6.1. Viollet-le-Duc e a necessidade de utilização do edifício .....	33
2.6.2. Ruskin e sua crítica às intervenções em edifícios históricos .....	34
2.6.3. Camilo Boito e os princípios básicos da restauração .....	35
2.6.4. Riegl e os conceitos de valor .....	35
2.6.5. Intervenções na atualidade .....	39
2.7. ROTAS ACESSÍVEIS EM CIDADES HISTÓRICAS .....	42
2.7.1. Exemplos internacionais .....	43
2.7.2. Exemplos nacionais .....	48
2.8. A ROTA ACESSÍVEL DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR ....	50
2.9. ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS .....	56
3. ESTUDO DA ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DE INTERESSE TURÍSTICO LOCALIZADOS NA ROTA ACESSÍVEL DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: EXEMPLOS REPRESENTATIVOS .....	63
3.1. O SOLAR FERRÃO .....	66
3.1.1. Histórico do edifício, características e dados do tombamento .....	66

<b>3.1.2. Avaliação técnico–funcional</b> .....	68
3.1.2.1. Acesso externo – calçadas e circulação .....	69
3.1.2.2. Acesso ao edifício .....	70
3.1.2.3. Circulação interna, sanitários, escadas e outros .....	70
<b>3.1.3. Avaliação dos participantes</b> .....	87
3.1.3.1. Visita 01 – Solar Ferrão: visitante idoso com dificuldade de locomoção moderada .....	87
3.1.3.2. Visita 02 – Solar Ferrão: visitante idoso com deficiência permanente moderada .....	89
3.1.3.3. Visita 03 – Solar Ferrão: visitante com deficiência permanente moderada .....	93
3.1.3.4. Visita 04 – Solar Ferrão: visitante deficiente usuário de cadeira de rodas .....	95
<b>3.1.4. A visão do gestor</b> .....	98
<b>3.1.5. Recomendações</b> .....	100
<b>3.2. EDIFÍCIO SITUADO À PRAÇA ANCHIETA, 18 – HOTEL VILLA BAHIA</b> .....	104
<b>3.2.1. Histórico do edifício, características e dados do tombamento</b> .....	104
<b>3.2.2. Avaliação técnico – funcional</b> .....	105
3.2.2.1. Acesso externo – calçadas e circulação .....	107
3.2.2.2. Acesso ao edifício .....	107
3.2.2.3. Circulação interna, sanitários, escadas e outros .....	109
<b>3.2.3. Avaliação dos participantes</b> .....	119
3.2.3.1. Visita 01 – Hotel Villa Bahia: visitante idoso com deficiência permanente moderada .....	119
3.2.3.2. Visita 02 – Hotel Villa Bahia: visitante com deficiência permanente moderada.....	122
<b>3.2.4. A visão do gestor</b> .....	124



<b>3.2.5. Recomendações</b> .....	125
<b>3.3. A IGREJA DE SÃO FRANCISCO</b> .....	130
<b>3.3.1. Histórico do edifício, características e dados do tombamento</b> .....	130
<b>3.3.2. Avaliação técnico – funcional</b> .....	132
3.3.2.1. Acesso externo – calçadas e circulação .....	132
3.3.2.2. Acesso ao edifício .....	133
3.3.2.3. Circulação interna, sanitários, escadas e outros .....	134
<b>3.3.3. Avaliação dos participantes</b> .....	144
3.3.3.1. Visita 01 – Convento e Igreja de São Francisco: visitante com deficiência permanente moderada .....	144
3.3.3.2. Visita 02 – Convento e Igreja de São Francisco: visitante deficiente usuário de cadeira de rodas .....	146
3.3.3.3. Visita 03 – Convento e Igreja de São Francisco: visitante idoso com deficiência permanente moderada .....	148
<b>3.3.4. Entrevista com o gestor</b> .....	150
<b>3.3.5. Recomendações</b> .....	150
<b>3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO</b> .....	152
<b>4. CONCLUSÃO</b> .....	154
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	161
<b>APÊNDICE 1: PLANILHA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA A EDIFICAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	168
<b>APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO PARA GESTORES DAS INSTITUIÇÕES OBJETO DE ESTUDO</b> .....	181
<b>APÊNDICE 3: QUESTIONÁRIO PARA PARTICIPANTE DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE A EDIFÍCIOS HISTÓRICOS</b> .....	182
<b>APÊNDICE 4: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MODELO)</b> .....	184
<b>APÊNDICE 5: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS (MODELO)</b> .....	185

## 1 INTRODUÇÃO

Acessibilidade, arquitetura inclusiva e direitos das pessoas deficientes são questões cada vez mais discutidas pela sociedade atual. O interesse sobre esses assuntos intensificou-se nos últimos anos com base na consciência de que todos têm os mesmos direitos. Isso provocou a elaboração de leis e normas que beneficiam a parte da população que possui algum tipo de deficiência física. Dentre os direitos assegurados à pessoa com deficiência, o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos determina que “Toda pessoa tem o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de todos os benefícios que dele resultem.” (ONU, s.d., s.p.). A pessoa com deficiência, notadamente aquela que possui dificuldade de locomoção, tem direito ao acesso à cultura e ao patrimônio, livre de barreiras arquitetônicas. Conjuntos e edifícios de valor histórico são usualmente adaptados ao uso turístico e o acesso livre e seguro também deve ser possibilitado a pessoas com mobilidade reduzida, garantindo igualdade a todos, sem, contudo, desprezar os parâmetros da conservação e restauro do patrimônio aceitos na atualidade.

Para esta pesquisa, definiu-se como objeto de estudo a acessibilidade a edifícios históricos de interesse turístico por pessoas com mobilidade reduzida, destacando exemplos representativos situados na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador, analisando-se suas barreiras arquitetônicas, as necessidades de adequações e os possíveis conflitos entre a conservação do patrimônio e a implantação de tais adequações.

Como questão de investigação, delineou-se: quais as adequações mais indicadas para permitir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida a edifícios históricos de maneira compatível com a preservação do patrimônio?

Portanto, o objetivo principal deste trabalho foi identificar as barreiras arquitetônicas específicas que se apresentam comumente em edifícios históricos de interesse turístico, por meio da análise de exemplos localizados na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador, verificando-se as adequações mais indicadas para permitir a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida a esses edifícios de maneira compatível com a preservação do patrimônio.

Como objetivos secundários, definiu-se:

- a. Identificar conceitos de Desenho Universal e acessibilidade física, observando seus princípios, seus parâmetros e os relacionando ao patrimônio.
- b. Caracterizar Turismo Cultural, destacando sua relação com o patrimônio histórico e o seu acesso.
- c. Apresentar aspectos das principais Teorias de Restauro do patrimônio relacionados às adequações e introduções de novos usos e equipamentos em edifícios históricos.
- d. Verificar a existência de rotas acessíveis em sítios históricos no Brasil e em outros países, apontando as soluções encontradas em sua implantação.
- e. Evidenciar situações específicas de adequação à acessibilidade física em conjuntos e edifícios de valor histórico localizados no Brasil e em outros países.

Muitos locais de valor histórico apresentam dificuldades de acesso e deslocamento para pessoas com mobilidade reduzida, seja permanente ou temporária, notadamente para aqueles usuários de cadeiras de rodas. Alguns locais apresentam dificuldades de acesso e deslocamento até para aqueles que não estão incluídos nesses grupos, ou seja, aqueles que a arquitetura considera como o indivíduo-padrão.

Estudos antropométricos recentes, como os realizados por Panero e Zelnik (2002) vêm demonstrando a diversidade física entre as pessoas e a necessidade de adequar os espaços às dimensões corporais e aos movimentos desses indivíduos. Mesmo com tais estudos e o atual interesse em questões como desenho universal, arquitetura inclusiva e acessibilidade, sua aplicabilidade está muito aquém do desejável e necessário em cidades como Salvador, que possuem uma riqueza histórica significativa e inestimável.

Um ambiente acessível preserva as atividades de uma pessoa deficiente ou com mobilidade reduzida. Suas funções podem se desenvolver sem barreiras físicas. Qualquer ambiente deve se adequar às necessidades de todo usuário para que seja considerado confortável, caso contrário poderá ser considerado um ambiente agressivo e, muitas vezes, até sem utilidade, o que poderá ocasionar mau uso, ou mesmo o abandono das suas funções.

Pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida permanente ou provisória também são praticantes de turismo nos seus diversos segmentos, incluindo o turismo cultural. Visitar cidades históricas e conhecer seu patrimônio cultural é um desejo e um direito desse visitante. A população local também deve ser estimulada a conhecer seu patrimônio e assim valorizá-lo, conscientizando-se da importância da sua preservação e difundindo a necessidade de manutenção do patrimônio cultural.

O direito à cultura e ao Turismo está instituído na recente Lei nº 13.146 cujo Capítulo IX determina:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:  
I - a bens culturais em formato acessível;  
II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e  
III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos. (BRASIL, 2015, s.p.).

Os indicadores demográficos apresentados a seguir demonstram que o número de pessoas com algum tipo de deficiência é significativo, justificando a necessidade de adequação dos ambientes ao uso seguro e confortável. Além disso, o número de pessoas com deficiência está aumentando, devido, principalmente, ao alto índice de acidentes automobilísticos e ao envelhecimento da população. Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) o número de acidentes de trânsito nas rodovias federais do Brasil foi de 141.072, no ano de 2008, subindo para 158.893, em 2009, e alcançando o valor de 182.900, em 2010 (DNIT, 2010).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Banco Mundial divulgaram, em 2011, o Primeiro Relatório Mundial sobre Deficiência (*World Report on Disability*). Nesse relatório estimam que:

[...] mais de um bilhão de pessoas vivem com algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 15% da população mundial (com base nas estimativas de 2010 da população global). Isto representa um número maior que o anteriormente estimado pela Organização Mundial da Saúde, datado de 1970, e que vislumbrava um número em torno de 10%. (BANCO MUNDIAL/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2012, p. 269).

O Relatório Mundial sobre Deficiência não indica os percentuais de cada tipo de deficiência. Nesse índice estão incluídas pessoas com dificuldades menores de funcionalidade até deficiências que causam grandes impactos na vida das pessoas.

No Brasil, o censo 2010 indicou que 45,6 milhões de pessoas, ou seja, 23,9% da população, declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, auditiva, motora e mental/intelectual). Dessas, 13.265.599 (6,95% da população brasileira) possuem deficiência motora, dentre elas 734.421 possuem alto índice de limitação, 3.698.929 possuem grande dificuldade e 8.832.249 possuem alguma dificuldade (IBGE, 2010).

Na cidade de Salvador, o censo 2010 demonstrou que 190.984 residentes (7,1% do total de residentes) possuem deficiência motora em diversos níveis (IBGE, 2010).

Em relação aos idosos, observa-se que o envelhecimento da população é um fenômeno mundial. O Relatório sobre a Situação da População Mundial em 2011, produzido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), organismo da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por questões populacionais, afirma que a população mundial é de 7 bilhões de habitantes, sendo que existiam 893 milhões de pessoas acima de 60 anos em todo o mundo. Estima, ainda, que, na metade do século XXI, esse número subirá para 2,4 bilhões (UNFPA, 2011).

Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

[...] nos últimos anos, o Brasil vem apresentando um novo padrão demográfico que se caracteriza pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações profundas na composição de sua estrutura etária, com um significativo aumento do contingente de idosos. (IBGE, 2009, s.p.).

Esses dados mostram que os índices de pessoas com deficiência e idosos são altos e estão crescendo a cada ano. Essa população, independente do nível de renda e escolaridade, consome ou deseja consumir cultura, pratica ou deseja praticar turismo e precisa ter um bom nível de comodidade, segurança e conforto ao utilizar equipamentos turísticos e visitar os atrativos das localidades, sejam públicos, privados, históricos ou atuais.

As edificações de valor histórico em cidades como Salvador, em sua maioria, não apresentam ambientes acessíveis, por isso a relevância de estudos que indiquem as possibilidades de intervenções nesses edifícios, aplicando-se os princípios da acessibilidade universal, sem, contudo, desconsiderar os parâmetros de preservação e conservação do patrimônio arquitetônico.

Para a devida valorização do patrimônio de uma localidade, é necessário que se compreenda, que se aprecie e, conseqüentemente, que se proteja seus elementos histórico-culturais. Para que se compreenda é imprescindível que se conheça. Para permitir que se conheça, é primordial que se possibilite o acesso.

Discussões sobre acessibilidade a bens históricos e culturais tem se intensificado a cada ano. Na cidade de Salvador, encontros e debates vêm sendo realizados com a participação de representantes de órgãos públicos e entidades privadas, além da sociedade civil, com o intuito de desenvolver projetos exequíveis e que proporcionem acessibilidade a todas as pessoas. Exemplo disso foi a realização, em Salvador, do Encontro Iberoamericano de Acessibilidade ao Patrimônio Cultural e Natural, que ocorreu no mês de abril de 2014, durante o qual se discutiu e difundiu conceitos e soluções para acessibilidade e mobilidade em áreas de interesse natural e cultural. Assim, o trabalho ora apresentado visa também contribuir com o debate quanto às questões de acessibilidade ao patrimônio arquitetônico, destacando-se a cidade de Salvador.

Para a elaboração desse trabalho, definiu-se como estrutura metodológica, quanto aos seus objetivos, a pesquisa exploratória, devido à natureza do tema e por se tratar de um assunto pouco desenvolvido, e descritiva, uma vez que se propõe a descrever e analisar o fato. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa foi bibliográfica e incluiu também a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica explorou assuntos referentes à acessibilidade, arquitetura, patrimônio cultural, turismo e hospitalidade. A investigação foi realizada a partir de fontes diversas, como livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, buscando-se informações relevantes para o objeto de estudo em locais como a biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além da internet, que disponibiliza acesso aos mais diversos acervos eletrônicos, tais como bibliotecas de instituições de ensino nacionais e internacionais, além de revistas especializadas nos citados temas. Viagens realizadas pela autora antes e durante a realização da pesquisa, assim como seus registros fotográficos, também serviram como base de informações para a abordagem desse trabalho.

Na pesquisa de campo buscou-se a investigação empírica realizada em local onde se dispusessem os elementos para explicar o fato estudado. Foi escolhida para

análise a Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador, sendo visitados edifícios históricos utilizados como equipamentos turísticos localizados nessa rota, com o objetivo de avaliar a acessibilidade física desses equipamentos. Essa avaliação incluiu questionários, formulários de observação e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Foram, ainda, realizadas medições, levantamentos fotográficos e representações gráficas dos objetos estudados.

A abordagem qualitativa norteou a análise, a crítica e a interpretação dos resultados obtidos por meio das observações realizadas e a análise quantitativa abordou os parâmetros de acessibilidade em edificações de uso público.

Como método, foi definido o estudo de caso. Foram analisados três edifícios históricos inseridos na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador com elevados índices de visitação. A seleção dos edifícios levou em consideração seu grau de proteção legal, uma vez que os edifícios tombados pela legislação de proteção ao patrimônio cultural são objetos de critérios mais rigorosos de intervenção.

Como instrumento de pesquisa foi utilizada a Avaliação Pós-Ocupação (APO). A APO é um processo interativo e sistematizado de avaliação de desempenho do ambiente construído. Focaliza os ocupantes, usuários e suas necessidades, a partir das quais elabora critérios e decisões de projeto. Como técnicas de avaliação, foram elaborados os roteiros e entrevistas com os gestores das instituições instaladas nos edifícios analisados, questionários com visitantes, além de uma proposta de avaliação da acessibilidade. Essa avaliação foi realizada com método baseado em métodos já testados por pesquisadores do tema acessibilidade, tais como: Duarte e Cohen (2006), Vasconcelos (2011) e Jean-Paul Thibaud (*apud* Cohen, Duarte e Brasileiro, 2009), sociólogo que desenvolveu a consagrada metodologia denominada *méthode des parcours commentés* (método dos percursos comentados), que conta com a participação e envolvimento do usuário. A metodologia e os instrumentos de pesquisa utilizados serão mais bem detalhados na seção 3 deste trabalho.

Os dados obtidos na pesquisa de campo foram apresentados confrontando-se a situação atual com a situação recomendada de acordo com as leis, com as normas técnicas brasileiras e com respeito às determinações dos órgãos de proteção ao patrimônio.

Esse trabalho encontra-se estruturado por seções. A introdução apresenta o tema, a questão de investigação, os objetivos, a justificativa e a metodologia utilizada.

A seção 2 desenvolve os temas acessibilidade, patrimônio e turismo, abordando conceitos, legislação, características e as possíveis relações entre os temas. Faz-se uma revisão das principais teorias do restauro dos séculos XIX e XX e finaliza com considerações sobre rotas acessíveis em sítios históricos, apresentando em especial a Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador.

A seção 3 trata dos edifícios estudados como objeto deste trabalho, sua análise quanto à acessibilidade e o resultado da pesquisa de campo, além de recomendações para adequação das edificações.

A quarta seção traz as conclusões, numa abordagem que retoma os principais pontos discutidos e aponta perspectivas para o tratamento da questão investigada.



## 2 ACESSIBILIDADE, PATRIMÔNIO E TURISMO: UMA POSSÍVEL EQUAÇÃO

Promover a acessibilidade a sítios e edifícios históricos, eliminando as barreiras arquitetônicas, garante o direito à equiparação de oportunidades e de visitação aos bens culturais. O Turismo, visto como ferramenta de divulgação e valorização do patrimônio de uma região, deverá ser planejado de forma a proporcionar o efetivo acesso dos visitantes aos locais e edificações históricas de interesse. A revisão da literatura acerca do tema traz a compreensão da necessidade de compatibilização entre acessibilidade e patrimônio.

### 2.1 ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL

Acessibilidade é definida pelo grau em que um ambiente, serviço ou produto permite o acesso do maior número possível de pessoas, incluindo especialmente pessoas com deficiência.

O Decreto nº. 5.296/2004 (Capítulo III, Art. 8º) define acessibilidade como:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, s.p.).

O mesmo Decreto classifica as pessoas com deficiência nas seguintes categorias: deficiência física, auditiva, visual e mental. Por deficiência física considera como a “[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física [...]” (BRASIL, 2004, s.p.). Por pessoa com mobilidade reduzida define como:

[...] aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. (BRASIL, 2004, s.p.).

Os estudos sobre acessibilidade universal são recentes. A discussão e produção de estudos sobre o tema intensificaram-se no século XX, quando:

[...] em 1961, países como Japão, EUA e nações europeias, se reuniram na Suécia para discutir como reestruturar e recriar o velho conceito que produz para o dito “homem padrão”, que nem sempre é

o “homem real”. Assim, esta primeira conferência internacional foi berço para que, em 1963, em Washington, nascesse a *Barrier Free Design*, uma comissão com o objetivo de discutir desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequados à utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Mais tarde, esse conceito – tomado com mais profundidade pelos Estados Unidos – ampliou seu foco e mudou de nome. Passou a ser chamado de *Universal Design* e se propôs a atender TODAS as pessoas, num aspecto realmente universal. (CAMBIAGHI; CARLETTO, 2011, p. 8). [Destaque dos autores]

O conceito de Desenho Universal ou *Universal Design* surgiu entre os profissionais da área de Arquitetura na Universidade da Carolina do Norte – EUA. A expressão foi usada pela primeira vez por Ron Mace, arquiteto que articulou e influenciou uma mudança de paradigmas dos projetos de arquitetos e *designers*. Para Ron Mace, o Desenho Universal é responsável pela criação de ambientes ou produtos que podem ser usados pelo maior número de pessoas possível (CAMBIAGHI, 2007, p. 71). Então, “[...] o projeto universal é o processo de criar os produtos que são acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade ou habilidades” (CAMBIAGHI; CARLETTO, 2011, p. 10).

Para o Desenho Universal, qualquer ambiente poderá ser acessado fisicamente e usado, independente do tamanho do corpo do indivíduo ou de sua mobilidade. Deve-se assegurar que todos possam utilizar com segurança e autonomia os espaços construídos.

Como forma de sistematizar os conceitos de Desenho Universal, o *Center of Universal Design*, sediado na Escola de *Design* da Universidade da Carolina do Norte (NCSU), nos Estados Unidos, desenvolveu os sete princípios do Desenho Universal. Estes sete princípios podem ser aplicados para avaliar projetos existentes e guiar o processo de criação de novos projetos de arquitetura e *design* (NCSU, 1997). São eles:

- equiparação nas possibilidades de uso;
- flexibilidade no uso;
- uso simples e intuitivo;
- informação perceptível;
- tolerância ao erro;
- mínimo esforço físico;
- dimensionamento de espaço para acesso e uso de todos.

Esses sete princípios também têm o objetivo de informar e orientar arquitetos, *designers* e consumidores quanto às características de produtos e ambientes acessíveis a toda diversidade de usuários.

Abordando-se especificamente a acessibilidade física, Santos (2009, p. 57) apresenta os seguintes parâmetros para um meio físico ser considerado acessível e possa atingir o máximo da sua função:

- Respeitador: deve respeitar a diversidade dos utilizadores. Ninguém deve sentir-se marginalizado e a todos deve ser facilitado o acesso.
- Seguro: deve ser isento de riscos para todos os utilizadores. Assim, todos os elementos que integram o meio físico têm de ser dotados de segurança.
- Saudável: não deve constituir-se, em si, um risco para a saúde.
- Funcional: deve ser desenhado e concebido de tal modo que funcione de forma a atingir os fins para o qual foi criado, sem problemas ou dificuldades.
- Compreensível: todos os utilizadores devem saber orientar-se sem dificuldade num dado espaço e, por conseguinte, é fundamental uma informação clara (utilização de símbolos comuns a vários países, evitando as palavras ou abreviaturas da língua local). A disposição dos espaços deve ser coerente e funcional.
- Estético: o resultado deve ser esteticamente agradável.

No Brasil, apenas na década de 1980 as discussões sobre o tema se iniciam. Em 1985 foi publicada a NBR nº 9050, primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade, intitulada *Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência*. Em 1994, essa norma passou por uma primeira revisão. No ano de 2004 e, posteriormente, em 2015, foi novamente revista.

Quanto à legislação brasileira que trata de acessibilidade, Cambiaghi (2007) salienta que:

O Brasil possui uma das mais avançadas legislações que contemplam a acessibilidade de maneira ampla, envolvendo diversos setores. Desde o ano 2000, a Lei Federal nº 10.098 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras arquitetônicas e obstáculos nos espaços. (CAMBIAGHI, 2007, p.64)

A aplicação dos princípios de Desenho Universal deve promover a qualidade de vida de todos os cidadãos e é importante para todos os agentes sociais envolvidos, tais como o próprio usuário, as empresas que adotam esses princípios, os engenheiros, arquitetos, *designers* e as instituições governamentais. Esses princípios também poderão ser aplicados em edifícios de valor histórico, considerados patrimônio cultural.

## 2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

A origem do termo patrimônio vem da palavra *Pater*, que significa pai ou paterno. Representava os bens de herança que são transmitidos aos filhos. A ideia de preservação do patrimônio tem origem na Revolução Francesa, tendo surgido por razões práticas. Com a extinção da monarquia, os bens da Coroa passam para o Estado, assim como as propriedades do Clero e da Igreja. Juntam-se ainda os bens dos emigrados, ou seja, aristocratas que abandonaram a França revolucionária.

[...] para assegurar no país a herança do povo francês, que poderia ser extraviada pelos emigrados e fugitivos da revolução e deter o vandalismo às obras e monumentos, foi criada a ideia de patrimônio nacional, na qual os monumentos seriam a identidade nacional e a unificação da nação, e, através deles, a sociedade se reconheceria. (GUIMARÃES, 2011, p. 20).

O modelo de preservação conduzido como política do Estado francês foi o que influenciou outros países, a exemplo do Brasil, quando estruturou sua política de preservação cultural, na década de 30 do século XX. (CAMARGO, 2002, p.19).

Até a primeira metade do século XX, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas e propriedades de grande luxo. Os prédios que eram considerados merecedores de cuidados especiais eram antigos palácios, residências de nobres ou locais onde aconteceram fatos relevantes para a história de determinado local (BARRETO, 2000, p.10).

A mudança desse conceito se consolida após a Segunda Guerra Mundial, quando:

[...] o patrimônio deixou de ser definido pelos prédios que abrigaram reis, condes e marqueses e pelos utensílios a eles pertencentes, passando a ser definido como o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem uma sociedade. (BARRETO, 2000, p.11).

Assim, o patrimônio não é representado apenas por elementos de uma elite social, mas abarca toda riqueza construída e vivenciada por um grupo e representa simbolicamente uma sociedade. O patrimônio cultural é composto por obras de artistas, arquitetos, músicos, escritores ou pessoas anônimas, sendo que essas obras possuem valor reconhecido pela própria sociedade.

Por sua vez, Dias (2006) salienta que patrimônio cultural

[...] é considerado, atualmente, como um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram legados pelos nossos antepassados e que, em uma perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitidos aos nossos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e de novos significados, os quais, provavelmente, deverão sofrer novas interpretações de acordo com novas realidades socioculturais. O patrimônio cultural é composto por elementos tangíveis e intangíveis – tradições, literaturas, língua, artesanato, dança, gastronomia, manifestações religiosas, objetos e materiais históricos, arquitetura etc. – tanto do passado quanto do presente, os quais, no seu conjunto, caracterizam um agrupamento social, um povo, uma cultura. (DIAS, 2006, p.68).

O patrimônio cultural, então, poderá sofrer transformações e outras interpretações, uma vez que novos significados, realidades e necessidades se impõem à vida em sociedade.

Edifícios de valor histórico e artístico sofreram e vêm sofrendo, ao longo dos anos, transformações provocadas por intervenções que buscam adaptá-los à vida contemporânea e/ou adequá-los a novos usos. A tecnologia evolui com rapidez e o patrimônio edificado que possui uso específico, para acompanhar as exigências da vida atual, sofre adaptações que, na maioria das vezes, alteram suas características originais, causando perdas de valor histórico e artístico. Essas intervenções referem-se à instalação de novos e avançados sistemas elétricos, hidráulicos, de telecomunicações, equipamentos de circulação vertical, de controle da temperatura ambiental, de combate a incêndio e, mais recentemente, dos equipamentos de acessibilidade a pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Muitos desses edifícios são utilizados como equipamentos turísticos: museus, hotéis, galerias de arte, lojas, centros de arte e artesanato. A introdução de novos equipamentos tecnológicos pode descaracterizar edifícios de valor histórico, mas projetos de restauração do patrimônio planejados de maneira coerente, equilibrando os princípios de acessibilidade universal com os conceitos da conservação e restauro

atuais podem prever a implantação desses novos equipamentos sem alterar significativamente o valor desse patrimônio.

### 2.3 PATRIMÔNIO E TURISMO

O Turismo, fenômeno econômico e social que tem se desenvolvido a cada dia e aumentado sua importância e significado para diversas nações no mundo, se bem planejado e gerido, pode colaborar com a conservação do patrimônio, na medida em que cidades e sítios históricos transformam-se em atrativos turísticos. O interesse por conhecer locais históricos tem aumentado, principalmente devido à disponibilidade de informações e facilidades em consumir viagens. O consumidor de turismo é motivado principalmente pela prática do lazer, por conhecer culturas diversas e vivenciar elementos significativos do patrimônio histórico e cultural. Esse segmento da atividade turística denominado Turismo Cultural refere-se à

[...] afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural, encontrado nas ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte. (BENI, 2002, p. 422).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define o Turismo Cultural de forma mais ampla, considerando essa tipologia como o turismo caracterizado pela procura por estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas e peregrinações (BARRETO, 2000, p. 20).

O Ministério do Turismo (MTur), em parceria com o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dimensionou o segmento Turismo Cultural na seguinte definição:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (BRASIL, 2008, p. 10).

As atividades turísticas são aquelas realizadas em função da viagem de Turismo Cultural e envolvem o transporte, agenciamento, hospedagem, alimentação, recepção, eventos, recreação e entretenimento, dentre outras atividades complementares. Explicitando sua definição de Turismo Cultural, o MTur (BRASIL, 2008, p. 10) esclarece que “[...] a definição de Turismo Cultural está relacionada à

motivação do turista, especificamente a de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a experienciá-los e preservar a sua integridade.”

O Turismo encontra-se inserido em um contexto maior, o da hospitalidade, que, por sua vez, está incluso no conceito mais abrangente de Acolhimento Turístico. Na ideia de acolher, existe a hospitalidade. “A palavra acolher significa receber, cuidar, proteger, aceitar, hospedar, abrigar, agasalhar, atender, recepcionar.” (AVENA, 2006, p. 141). Acolher alguém implica em preocupar-se com seu conforto, o que inclui sua salvaguarda (AVENA, 2003, p. 191). O conceito de acolhimento inclui três categorias básicas, também consideradas expectativas fundamentais do visitante: o reconhecimento, a hospitalidade e o cuidado (AVENA, 2006).

A expectativa do reconhecimento indica que o visitante deseja ser reconhecido como um ser humano, que deve ser respeitado em seus direitos e recebido como aquele cuja presença é desejada. A hospitalidade é um fenômeno sociocultural e de natureza espacial, uma vez que engloba o espaço físico, a cidade e sua infraestrutura, que deve estar preparada para receber o visitante com segurança e provocar o sentimento de confiança e satisfação. A hospitalidade é um conceito que historicamente acompanha o homem e cujos componentes da hospitalidade antiga são o reconhecimento, a proteção e a aceitação. O visitante espera que o acolhedor faça tudo para protegê-lo (AVENA, 2006, p. 145). O cuidado consiste em orientar aquele que chega para facilitar a sua estada ou visita. Suprir o visitante de todas as informações e oferecer-lhe os serviços necessários.

O Sistema de Turismo (SISTUR), elaborado por Beni, com base na Teoria Geral dos Sistemas, e que possui como um de seus objetivos organizar o plano de estudos da atividade do Turismo (BENI, 2002), se divide em subsistemas. Dentre eles, os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural. Esses subsistemas interagem entre si, pois o SISTUR não se caracteriza por estruturas e funções estáticas.

Para o tema abordado nessa pesquisa, cabe fazer considerações sobre o subsistema social e cultural, uma vez que o Turismo é um fenômeno sociológico importante, podendo “[...] ser um magnífico meio de aproximação, de conhecimento e de comunicação social com outros povos.” (BENI, 2002, p. 85). Graças aos modernos meios de transporte e comunicação, o Turismo é um dos fatores geradores de grande mobilidade. A mobilidade humana pode ampliar os horizontes culturais do indivíduo,

põe as pessoas em contato, amplia e enriquece as maneiras de pensar e, dessa forma, expande o acervo cultural de uma sociedade.

O subsistema cultural é composto pelos bens culturais, postos à disposição do consumo turístico e, em termos gerais, segundo Beni (2002), compreende:

[...]a) o acervo dos monumentos históricos e o registro dos legados que expressam os valores da sociedade; b) os museus e as galerias de arte, que reúnem as várias modalidades de expressão artística, um verdadeiro arquivo das etapas do desenvolvimento de culturas; c) as manifestações populares de caráter religioso e profano; d) o folclore, que retrata, numa reconstituição cênica de ambiência histórica, as etnias formadoras de populações; e) a cultura popular, que mais efetivamente evidencia o presente de cada área, tornando-se, por vezes, geradora de fluxos turísticos específicos e caracterizadora de regiões dentro de um único país. (BENI, 2002, p. 88 e 89).

Mesmo o Turismo podendo provocar prejuízos, como a perda da autenticidade da cultura local por meio da transformação do legado cultural em bens de consumo, é um eficiente meio para promover a difusão de informações sobre uma região ou localidade e seus valores culturais, além dos sociais e naturais (BENI, 2002, p.39). O interesse do viajante é pela cultura atual e pela passada, o que provoca uma procura cada vez maior por locais históricos. Dessa forma, ocorre uma valorização do patrimônio histórico como atrativo turístico<sup>1</sup>.

A utilização turística dos bens culturais pressupõe sua valorização, promoção e a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo como símbolos de memória e de identidade. Valorizar e promover significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar seu acesso e usufruto a moradores e turistas. (BRASIL, 2008, p. 11).

Edifícios de valor histórico são assim adaptados a novos usos, incluindo a utilização como equipamento turístico. Os equipamentos turísticos são edifícios e instalações destinadas ao uso pelo turista, a exemplo dos meios de hospedagem, restaurantes, aeroportos, centros de informações turísticas, centros de convenções, dentre outros equipamentos indispensáveis à atividade turística e ao atendimento às motivações e expectativas do visitante.

---

<sup>1</sup> “Atrativos turísticos podem ser transformados em recursos turísticos, e aqueles constituem o patrimônio turístico. São elementos passíveis de provocar deslocamentos de pessoas, e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar, podendo, por sua origem, ser subdivididos em naturais e culturais.” (BENI, 2002, p. 57).



A motivação histórica e cultural do turista deficiente físico é citada no documento técnico do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) intitulado *Estudo do Perfil do Turista – Pessoas com Deficiência*. Nesse documento, a análise das atividades praticadas nas viagens levou à identificação de quatro perfis diferenciados, dentre eles o perfil de turistas denominados históricos e culturais. Esses visitantes “[...] se interessam muito pela parte histórica e cultural das cidades onde vão. Procuram se inteirar sobre tudo que envolve história, cultura e artes. Entre suas atividades, destacam-se idas a museus, teatros, cinemas e marcos históricos.” (SEBRAE, 2010, s.p.).

Ciente da importância da inclusão de pessoas deficientes na atividade turística, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) elaborou o *Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos*. O objetivo da publicação é “[...] definir e fixar os padrões e critérios que visem propiciar, às pessoas portadoras de deficiência, condições adequadas e seguras de recepção e acessibilidade autônoma a edificações e equipamentos de interesse turístico” (EMBRATUR, s.d., s.p.). O manual aplica-se a edificações e equipamentos, públicos ou privados, destinados à prestação de serviços turísticos. Preocupa-se em criar parâmetros de acesso ao deficiente, não só ao hotel, mas aos locais turísticos em geral, sugerindo adaptações, como rampas, patamares, portas e sinalizações especiais, que garantam a circulação e o acesso, interno e externo, a apartamentos, banheiros, calçadas, travessias, estacionamento e meios de transporte.

Em 2009, o Ministério do Turismo criou a Cartilha Verde *Turismo acessível: introdução a uma viagem de inclusão*, que busca orientar os gestores públicos e privados para os procedimentos necessários ao bom desenvolvimento do turismo acessível nos destinos (BRASIL, 2009). Ambas publicações são destinadas à orientação dos atores da atividade turística e se apoiam na legislação brasileira e na Constituição do país, que afirma que toda pessoa com deficiência deve ter as mesmas oportunidades na sociedade e alcançar a sua independência social e econômica para integrar-se plenamente na sociedade, como parte de um processo em defesa da cidadania e do direito à inclusão social da pessoa com deficiência.

A própria Cartilha Verde destaca que a afirmação citada anteriormente é corroborada pelo Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência das Nações Unidas (ONU) que diz:

Os Estados Membros devem garantir que pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de desfrutar de atividades recreativas que têm os outros cidadãos. Isto envolve a possibilidade de frequentar restaurantes, cinemas, teatros, bibliotecas, etc., assim como locais de lazer, estádios esportivos, hotéis, praias e outros lugares de recreação. Os países membros devem tomar a iniciativa removendo todos os obstáculos neste sentido. As autoridades de turismo, as agências de viagens, organizações voluntárias e outras envolvidas na organização de atividades recreativas ou oportunidades de viagem devem oferecer serviços a todos e não discriminar as pessoas com deficiência. (ONU, 1982, *apud* BRASIL, 2009, p.16).

Remover obstáculos significa eliminar as barreiras arquitetônicas, tarefa que não é simples, quando se refere a edifícios de valor histórico, principalmente aqueles que são protegidos pelo tombamento<sup>2</sup>. Características específicas devem ser consideradas e os princípios da conservação e do restauro atuais devem ser respeitados. Isso cria um conflito aparente entre a necessidade de adaptação, com todas as suas implicações, e o respeito ao patrimônio histórico e suas regras de conservação.

## 2.4 BARREIRAS ARQUITETÔNICAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

A história da arquitetura mostra que na construção de cidades e edifícios não havia a preocupação com a questão da acessibilidade. Mesmo porque, o deficiente era marginalizado e visto como ser inferior, muitas vezes abandonado à própria sorte. Desde a Grécia antiga, as cidades e edificações possuíam características urbanísticas e arquitetônicas que hoje são consideradas como barreiras a acessibilidade.

Ainda antes do período clássico greco-romano, a Mesopotâmia deixou como herança as escadarias dos seus zigurates e palácios. Já nesse período, (5.000 a.C.) as cidades eram construídas com muralhas defensivas, uma vez que a ideia era dificultar o acesso de invasores.

---

<sup>2</sup> Bens imóveis, áreas urbanas como centros históricos ou bairros, áreas naturais e também bens móveis, como coleções de arte ou objetos representativos de um acontecimento histórico podem ser tombados, ou seja, podem ser objeto de proteção especial através de um ato administrativo realizado pelo Poder Público.

Os templos gregos do período clássico eram construídos em sítios elevados e com degraus ao redor dos templos. Mesmo não sendo edificações destinadas ao acesso do povo, apenas dos sacerdotes, hoje são locais visitados por viajantes do mundo inteiro. A arquitetura romana incorporou inúmeros elementos da Grécia, dentre eles seus templos, elevando-os com a introdução do pódio e uso de escadarias em sua fachada principal. Os teatros e anfiteatros gregos e romanos também possuem como característica marcante as escadarias e arquibancadas.

As cidades da Idade Média, com suas ruas estreitas e irregulares, construídas como cidades-defesa, são hoje destinos turísticos muito procurados em toda a Europa.

O Renascimento traz o palácio renascentista, inspirado na arquitetura clássica. Apesar de ter como característica a horizontalidade, eram grandiosos e possuíam pórticos e galerias distribuídas em pavimentos, ligados por escadarias.

O Barroco, representado por suas cidades, igrejas e palácios, possui as escadarias como elemento indispensável à monumentalidade e teatralidade. Elemento arquitetônico característico do barroco, as escadas são bem elaboradas, com patamares, balaustradas e curvas. Cidades coloniais brasileiras e ibero-americanas, com rica herança barroca, estão atualmente entre os destinos mais procurados por visitantes das mais diversas origens.

Esses são alguns exemplos de elementos arquitetônicos existentes em locais históricos de grande interesse turístico e que hoje são considerados como barreiras arquitetônicas, que limitam e até impossibilitam o acesso das pessoas que desejam conhecer, frequentar ou até mesmo trabalhar nesses locais.

Sobre essa questão, o IPHAN destaca que:

[...] é necessário considerar os processos históricos que refletem as características culturais de uma sociedade. Nos centros históricos, muitas vezes, as ruas são estreitas e isso reflete como esse espaço atendia aos desejos e às necessidades de seus usuários nos séculos passados, quando o meio de locomoção exigia pouco espaço, o número de pessoas era menor, o uso do solo era diferenciado, bem como as distâncias a serem percorridas eram menores. (IPHAN, 2014, p.13)

As necessidades atuais de uso e circulação em sítios e edifícios históricos na maior parte das vezes entram em conflito com as normas e indicações de preservação do patrimônio, pois os elementos e referências históricas devem ser respeitados na

sua autenticidade. Encontrar soluções exige conhecimento e criatividade, além de respeito e valorização do passado e da evolução histórica e urbana da localidade.

## 2.5 ACESSIBILIDADE E PATRIMÔNIO

A implantação da acessibilidade universal em espaços de valor histórico, considerados patrimônio cultural, é um obstáculo a superar. Em cidades brasileiras, muitos locais históricos, podendo-se considerar a maior parte desses, apresentam dificuldades de acesso e utilização, não apenas para pessoas com deficiência, mas também para aqueles que possuem mobilidade reduzida temporariamente.

As soluções para essas questões devem ser compatíveis com a preservação dos bens culturais, ou seja, as intervenções para a adequação não podem afetar os elementos que caracterizam o valor histórico da edificação, podendo ser reversíveis em todos os casos (CAMBIAGUI, 2007, p. 194).

A NBR 9050, em sua terceira edição, válida a partir de 2015, em relação aos bens tombados, determina:

- 1) Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade.
- 2) No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável, com divulgação das condições de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário. (ABNT, 2015, p. 122).

É importante destacar que a realização de intervenções na estrutura original do bem não deverá ocorrer em nenhuma situação. Nas adições de novos elementos, seu caráter e tecnologia contemporâneos deverão ser evidentes e facilmente reconhecíveis, além de manterem a harmonia visual do conjunto. Cada situação deverá ser avaliada de maneira cuidadosa e peculiar, uma vez que cada caso será único.

As cartas patrimoniais, documentos com textos concisos e de caráter indicativo, elaborados a partir dos debates sobre restauro realizados em eventos científicos,

promovidos por instituições preocupadas com a questão da preservação do patrimônio, a exemplo do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e da ONU, apresentam princípios que podem guiar decisões sobre restauro de monumentos, não tendo, portanto, caráter normativo, “[...] pois suas indicações devem ser reinterpretadas e aprofundadas para as diversas realidades culturais de cada país e ser, ou não, absorvidas em suas propostas legislativas.” (USP, s.d., s.p.)

Dentre as cartas patrimoniais, destaca-se particularmente a Carta de Veneza, de 1964, cujos princípios são considerados ainda fundamentalmente válidos para o tratamento restaurativo dos edifícios de interesse histórico e artístico, apesar das suas várias décadas de existência.

A análise da Carta de Veneza e o entendimento de suas formulações é de fundamental importância para aqueles que trabalham com preservação e restauração do patrimônio ou para aqueles que pretendem intervir em edifícios históricos com o intuito de adaptá-los a novos usos ou novas formas de utilização. É necessário um cuidado especial, contudo, na interpretação de suas formulações, nas discussões que a fundamentam e na observação de que suas colocações são gerais e não devem ser interpretadas de maneira restritiva e redutora.

A referida Carta fala sobre o uso do monumento em seu artigo 5º, onde afirma que:

A conservação de um monumento é sempre favorecida por sua destinação e uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se pode conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (ICOMOS, 1964, s.p.).

Mesmo ressaltando a existência de limites, a Carta de Veneza reconhece que modificações poderão ser autorizadas devido às necessidades impostas pelo uso contemporâneo do monumento e a manutenção da sua funcionalidade.

A citada Carta ainda prevê acréscimos nos projetos contemporâneos de restauro, quando em seu artigo 13º considera: “Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.” (ICOMOS, 1964, s.p.). Assim, também aceita, ou melhor, tolera a possibilidade de adição de novos elementos, desde que se mantenha a integridade do edifício.

Considera que todo trabalho complementar considerado indispensável, por razões técnicas ou por razões estéticas, deverá se destacar da composição arquitetônica e ostentar a marca do seu tempo.

Brandi (2004, p. 73) define o que seriam adições em edifícios históricos: “[...] a adição pode completar, ou pode desenvolver, sobretudo na arquitetura, funções diversas das iniciais; na adição não se recalca, antes se desenvolve ou se enxerta.”

A Teoria de Brandi também alerta para a questão de que “[...] todo caso de restauração será um caso à parte e não um elemento de uma série paritária.” (BRANDI, 2004, p. 63). Será possível, contudo, delimitar alguns agrupamentos que podem definir casos singulares baseados em características generalizadas. Não será uma norma, mas um subsídio à aplicação de possíveis soluções para situações de restauro ou mesmo adições.

Além de Brandi, outros teóricos do Restauro dos séculos XIX e XX desenvolveram, apresentaram e, em alguns casos, aplicaram seus pensamentos e teorias. Considera-se importante, para o embasamento e desenvolvimento do tema deste trabalho, a análise dos aspectos dessas teorias que se relacionam ou se aproximam da discussão acerca de novos usos e funções para edifícios de valor histórico e artístico e da inserção de novos equipamentos e tecnologias necessários ao uso seguro e confortável desses edifícios.

Dentre esses novos equipamentos e tecnologias incluem-se, na atualidade, os equipamentos de acessibilidade a pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. No passado, a inserção de equipamentos e novas tecnologias em edifícios históricos, tais como equipamentos hidráulicos, de energia elétrica, de telecomunicações, equipamentos de circulação vertical, de controle da temperatura ambiental e de combate a incêndio, representaram, e ainda representam em alguns casos, desafios que tiveram que ser solucionados com o intuito de proporcionar maior segurança e garantir o uso desses edifícios.

## 2.6 TEORIAS DO RESTAURO: UMA BREVE REVISÃO

A partir das teorias de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc e John Ruskin é que basicamente se colocaram as premissas do restauro. Mais tarde, Camillo Boito, Aloïs Riegl e Cesare Brandi desenvolveram seus pensamentos e teorias. Alguns aspectos dessas teorias são apresentados a seguir.

### 2.6.1 Viollet-le-Duc e a necessidade de utilização do edifício

Para Viollet-le-Duc (1814 - 1879), arquiteto francês e um dos maiores teóricos da arquitetura europeia, são apenas três casos em que se pode restaurar (DOURADO, 2013):

- se a parte deteriorada coloca em risco todo o sistema;
- intervenção em lacunas de edifícios;
- os edifícios devem ser utilizados.

Então, para o crítico, conforme o terceiro item, uma intervenção restaurativa se justifica pela necessidade de uso da edificação.

Segundo Viollet-le-Duc, os restauros realizados nos séculos precedentes foram apenas substituições. Afirma que o programa de um restauro era uma coisa inteiramente nova na França da primeira metade do século XIX. Esse programa de restauro foi fixado pela Comissão de Monumentos Históricos da França e foi seguido pela Inglaterra e pela Alemanha, sendo também aceito na Itália e na Espanha. O referido programa admitia, como princípio, que os edifícios, ou parte deles, deveriam ser restaurados no estilo que lhe fosse próprio, não só como aparência, mas também como estrutura (DOURADO, 1996b).

Muitas dificuldades se apresentam a um arquiteto encarregado de uma restauração ao atender a um programa de restauro. Viollet-le-Duc lembra que essas dificuldades não se limitam a fatores puramente materiais:

Uma vez que todos os edifícios que se restauram têm uma utilização, são destinados para um serviço, não se pode negligenciar este aspecto de utilidades, para fechar-se inteiramente no papel de restaurador de antigas disposições fora de uso. Saído das mãos do arquiteto, o edifício não deve ser menos cômodo do que antes do restauro. Muito frequentemente, os arqueólogos teóricos não levam em conta estas necessidades e reprovam duramente o arquiteto por ter cedido às necessidades presentes [...]. (DOURADO, 1996b, p.26).

Viollet-le-Duc aprovava, portanto, o uso de novos materiais e a necessidade de utilização do edifício para a sua preservação. Defendia que, para se conservar um edifício, o melhor meio era “[...] encontrar uma destinação e satisfazer plenamente a todas as necessidades que esta destinação impõe.” (DOURADO, 1996b, p. 26).

Viollet-le-Duc defendia que o arquiteto restaurador, ao defrontar-se com uma restauração de um edifício cujo uso seria outro, o melhor seria, ao definir soluções, colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor o que ele faria se lhe fossem dados os programas atualizados. O arquiteto poderia conciliar a técnica da restauração com a sua sagacidade em encontrar soluções para satisfazer necessidades novas e antes não previstas.

Sobre adaptações para possibilitar o conforto na sua época, ressalta:

Que um arquiteto se recuse a fazer passar tubos de gás em uma igreja, para evitar mutilações e acidentes, é compreensível, visto ser possível iluminar o edifício por outros meios; mas acaba sendo ridículo que ele se recuse à instalação de caloríferos, Por exemplo, a pretexto de que a Idade Média não tinha adotado esse sistema de aquecimento nos edifícios religiosos, obrigando assim os fiéis a resfriarem-se por amor à arqueologia. Já que estes meios de aquecimento exigem tubos de chaminé, deve-se proceder como um mestre da Idade Média o faria, se fosse obrigado a implantá-los, e sobretudo não procurar dissimular o novo elemento [...]. (DOURADO, 1996b, p. 27).

Seu argumento demonstra defender, já em sua época, uma das premissas do restauro atual que determina que um elemento novo deva mostrar a sua contemporaneidade sem criar um falso histórico ou falso artístico.

### **2.6.2 Ruskin e sua crítica às intervenções em edifícios históricos**

John Ruskin (1819 - 1900), crítico de arte inglês, em sua obra *A Lâmpada da Memória* (1849), defende um posicionamento radical em relação ao restauro. Suas reflexões deixam claro que critica as intervenções de restauração de edificações históricas e artísticas. Diz que restaurar significa “[...] a mais total destruição que um edifício possa sofrer: uma destruição no fim da qual não resta nem ao menos um resto autêntico a ser recolhido, uma destruição acompanhada da falsa descrição da coisa que destruímos.” (DOURADO, 1996a, p. 25).

Sobre o restauro representar uma necessidade, Ruskin diz que é uma necessidade destrutiva. Defende que o mais importante é não negligenciar o monumento, pois assim não haverá necessidade de restaurá-lo. Desse modo, não demonstra perceber que necessidades poderão surgir com a evolução e com a inserção de novas tecnologias que facilitam a vida e trazem maior conforto e segurança aos usuários e ao próprio edifício.



### 2.6.3 Camilo Boito e os princípios básicos da restauração

Camillo Boito (1836 - 1914), arquiteto, historiador de arte e escritor, nascido na cidade de Roma, sofre uma grande influência de Ruskin. Possuía uma formação estritamente cosmopolita e, apesar de criticar a arquitetura do seu tempo, fazia uma arquitetura eclética. Como restaurador, respeita a orientação de sua época. Desenvolve alguns princípios básicos, dentre eles:

- É necessário fazer o impossível para conservar o monumento no seu velho aspecto artístico e pictórico.
- É necessário que os complementos e acréscimos, se não podem ser evitados, mostrem não ser antigos e sim obras de hoje. (DOURADO, 2013)

Para Boito, é primordial que o arquiteto tenha bons olhos, bons critérios e boa experiência. É preciso que o arquiteto seja crítico de arte.

Segundo Boito, “[...] tudo se resume a ter o monumento de pé, dando-lhe uma longa vida, com o apoio que a ciência e a prática requerem.” (DOURADO, 2013). Aceita, portanto, novas tecnologias a serviço da conservação dos monumentos. Defende que, para não enganar seus contemporâneos e menos ainda os que virão, é necessário (nas intervenções) mostrar as diferenças de estilo entre o novo e o velho e as diferenças entre os materiais utilizados. Além disso, em cada parte renovada se deveria inserir a data, além do cuidado em manter guardado no próprio edifício a epígrafe descritiva, incluindo fotografias e outros documentos informativos.

### 2.6.4 Riegl e os conceitos de valor

Alois Riegl (1858 - 1905), crítico de arte nascido em Viena, em sua publicação *Culto Moderno dos Monumentos*, inicia suas reflexões a partir de definições de monumento, monumento histórico, valor, valor histórico, valor de memória, valor artístico e valor contemporâneo (RIEGL, 2006). Defende que esses valores devem estar em equilíbrio. Toca na ideia de progresso, de desenvolvimento e defende que uma boa intervenção deverá equilibrar os valores de memória e o valor contemporâneo.

Da citada obra de Riegl pode-se destacar a sua análise acerca do valor histórico, valor de antiguidade e valor de uso, além do valor de arte.

Ao projetar a implantação de novos elementos em edifícios históricos e definir as soluções mais adequadas, o arquiteto restaurador deve ter o perfeito entendimento desses conceitos, pois a conservação do patrimônio não comporta apenas uma solução e cada situação apresentada poderá exigir alternativas diferenciadas de projeto e execução.

É fundamental observar que restauro é um ato crítico, mas o conceito de “restauro crítico” será desenvolvido por Cesare Brandi apenas no século XX. O restauro crítico propôs uma reelaboração teórica partindo da

[...] afirmação de que toda intervenção constitui um caso em si, não classificável em categorias [...], nem responde a regras pré-fixadas ou a dogmas de qualquer tipo, mas deve ser inventada com originalidade, de vez em vez, caso a caso, em seus critérios e métodos. (CARBONARA, 2004, p. 13).

Não há fórmulas pré-definidas devido às particularidades de cada obra, mas o juízo crítico é indispensável e deve ter como base a história da arte e a estética.

Riegl, ao conceituar monumentos, salienta que:

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos). (RIEGL, 2006, p. 43).

Como monumento histórico, Riegl considera toda obra humana tangível e visível que apresente valor histórico. Na sequência define valor histórico e valor artístico. Considera o valor histórico como o mais abrangente. Remete à ancestralidade, possui singularidade e é insubstituível. Por isso, a integridade do monumento, sem alterações de suas características, é o que interessa. Segue afirmando que “[...] chamamos histórico tudo o que foi e, hoje, não é mais. Podemos ainda adicionar ao termo a ideia de que o que foi não poderá jamais se reproduzir e constitui um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento.” (RIEGL, 2006, p. 44).

Considera impertinente a distinção entre valor histórico e valor artístico, já que o monumento artístico é um monumento da história da arte. Assim, os monumentos artísticos incluem-se nos monumentos históricos e se confundem com eles. Para Riegl, esclarecer a diferença na concepção de valor artístico é essencial pois “[...] os princípios diretores de uma política de conservação dela dependem integralmente.” (RIEGL, 2006, p. 48).

Ao discorrer sobre o valor de antiguidade, que também é um valor de rememoração, assim como o valor histórico, Riegl alerta que “[...] o valor de antiguidade de um monumento manifesta-se, à primeira vista, pelo seu aspecto não moderno.” (RIEGL, 2006, p. 48). A marca do tempo nos velhos edifícios indica sua passagem inexorável. A falta de integridade das obras, a tendência à dissolução das cores e formas são traços opostos das obras modernas. O valor de antiguidade é condicionado pelo reconhecimento de que um monumento não é recente, mas pertence a um passado distante. O valor de antiguidade se afirma por meio de efeitos como a pátina e o desgaste dos cantos e ângulos.

Ainda discorrendo sobre o valor de antiguidade, Riegl ressalta que os sinais de uma criação recente numa obra antiga, ou seja, restaurações visíveis, nos incomodam. O homem deve se contentar apenas em preservar a obra de um fim prematuro.

Segundo o referido crítico, “[...] do ponto de vista do valor de antiguidade, a intervenção arbitrária da mão do homem sobre o estado do monumento [...]” deve ser evitada a todo preço (RIEGL, 2006, p. 73).

Como o valor de antiguidade rejeita qualquer ação conservadora, já que essa ação será uma intervenção sobre o processo de decomposição natural, entende-se que o acréscimo de elementos novos, mesmo necessários a dar utilidade ao monumento e assim conservá-lo, é condenada, de acordo com o ponto de vista do referido valor.

Voltando ao valor histórico e após apresentado o conceito e seus desdobramentos do valor de antiguidade, Riegl considera que alterações nos monumentos são perturbadoras:

O valor histórico de um monumento reside no fato de que representa para nós um estado particular, de alguma forma único, no desenvolvimento de um domínio humano. Desse ponto de vista, o que nos interessa no monumento não são os traços das forças destrutivas da natureza da forma como são exercidas depois de seu nascimento, mas seu estado inicial como obra humana. O valor histórico é tanto maior quanto mais puramente se revela o estado original e acabado do monumento, tal como se apresentava no momento de sua criação: para o valor histórico, as alterações e degradações parciais são perturbadoras. (RIEGL, 2006, p. 76).

Sendo assim, a concepção de valor histórico se opõe à do valor de antiguidade. Todavia, assim como o valor de antiguidade, o valor histórico também condena

intervenções no monumento, já que, do ponto de vista desse valor, o documento/monumento deverá ser conservado na sua maior autenticidade possível.

Nota-se, desse modo, que os dois valores, histórico e de antiguidade, podem coexistir em harmonia, uma vez que o valor histórico e o valor de antiguidade não são necessariamente antagônicos no tratamento dos monumentos. Há casos em que o valor histórico não sofre nenhuma redução significativa e a estrutura original do edifício continua a mesma, conservando-se elementos antigos suficientes para respeitar esse valor. Adições mínimas, contudo, podem parecer perturbadoras para o valor de antiguidade, principalmente quando há um contraste entre o elemento novo e o elemento antigo. A intervenção moderada do homem poderá fazer convergir o interesse dos dois valores, pois o essencial, na prática da conservação, é evitar o conflito desses dois valores.

Ao tratar sobre o valor de contemporaneidade, o crítico explicita o que vem a ser o valor de uso e defende que “[...] um edifício antigo que continua a ser utilizado deve poder abrigar seus ocupantes sem colocar em risco suas vidas ou saúde.” (RIEGL, 2006, p. 92). Esse valor refere-se “[...] aos edifícios e obras antigas que continuam a ser utilizados e que não devem pôr em risco a vida daqueles a quem abrigam. Muitas vezes pelo fato de seu uso, demandam restaurações, adaptações que conflitam com os valores históricos e de antiguidade.” (RIEGL, 2006, p. 39).

O valor de uso também entra em conflito com o valor de antiguidade, pois a degradação natural de um monumento poderá pôr em risco a segurança das pessoas. Sendo assim, o respeito aos valores físicos será mais importante que o valor de antiguidade. Quanto ao valor histórico, as reivindicações do valor de uso se adaptarão mais facilmente, já que o valor histórico permite e solicita o trabalho de recuperação e restauro.

A revisão das principais teorias de restauro é imprescindível para o entendimento da evolução e significado do restauro e suas implicações teóricas e práticas. Mesmo sem abordar diretamente o tema aqui trabalhado, alguns críticos do restauro deixam pistas acerca do posicionamento de cada período. Assim, cada época traz a colaboração do seu olhar, do seu ponto de vista, que de uma maneira ou de outra, deixaram no desenrolar da história da restauração suas contribuições para a definição de decisões mais consoantes com o restauro atual.

### 2.6.5 Intervenções na atualidade

As reflexões atuais no campo da conservação trazem novas contribuições à questão ora abordada. Arquitetos restauradores em atividade, cujo trabalho no campo do restauro é conhecido e respeitado, reconhecem, em seu discurso, a necessidade de adequação dos espaços às questões de acessibilidade. Incluem em seus projetos, a exemplo do arquiteto italiano Marco Dezzi Bardeschi, a introdução de novos elementos que atendam a essa necessidade e exigência da vida contemporânea. Em visita à Universidade Federal da Bahia, no ano de 2014, ao participar de Seminário promovido pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Bardeschi, professor catedrático de Restauração Arquitetônica do Politécnico de Milão, deixa claro, em seu discurso e nos exemplos por ele apresentados, que a introdução de novos elementos aos edifícios históricos é uma necessidade. Cita projetos desenvolvidos por seu escritório em que criou elementos contemporâneos integrados à arquitetura histórica, a exemplo do Palazzo della Ragione em Milão.

Bardeschi (2014) observa que o patrimônio é coletivo, que deve ser tutelado e transmitido em sua plena riqueza, ou seja, na sua autenticidade. Destaca que, para o arquiteto, a obra é aberta, ou seja, outros arquitetos no futuro também farão intervenções. No seu processo projetual ele “ouve” a arquitetura, tenta entender elementos não perceptíveis. Em sua metodologia de projeto, tem particular atenção, respeito e cuidado com o documento (monumento, edifício, obra) como chegou até os dias atuais. Completa, dizendo que arquitetura é, sobretudo, comunicação e que é necessário decodificar os sinais que a arquitetura representa.

Bardeschi considera que o projeto de conservação é também acompanhado dos aditamentos necessários a permitir a continuidade de utilização do edifício. O novo deve denunciar-se como tal, mover-se em um diálogo positivo com o velho (BARDESCHI, 2014). O novo uso dos monumentos deve ser compatível e complementar para a conservação e implica na inclusão de novos elementos.

Na ocasião desse Seminário em Salvador, Bardeschi comenta sobre a já citada Carta de Veneza e refere-se brevemente à Carta Italiana de Restauro de 1972. Assim, entende-se que é relevante apresentar nesse trabalho dissertativo o que a Carta Italiana de Restauro defende sobre novos usos e acréscimos ao patrimônio.

A Carta de Restauração de 1972 defende o conceito de restauração como sendo toda e qualquer intervenção voltada a manter em eficiência, a facilitar a leitura e a

transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos na própria Carta (dentre eles os monumentos arquitetônicos).

O artigo 7º apresenta, em seu texto, que se admitem operações tais como acréscimos ou reintegrações da seguinte forma:

Acréscimos de partes acessórias com função estática e reintegrações de pequenas partes historicamente confirmadas, executadas, segundo o caso, seja determinado de modo claro o perímetro das integrações, seja adotando material diferenciado, embora harmônico, claramente distinguível a olho nu, em particular nos pontos de ligação com as partes antigas, ademais com siglas e datas sempre que possível. (BRANDI, 2004, p. 230).

Os acréscimos são permitidos desde que comprovadamente necessários e realizados com material que se possa distinguir e esteja em harmonia com o antigo, evitando o falso histórico.

A mesma Carta alerta para a possibilidade de novas utilizações para os edifícios monumentais, caso não sejam incompatíveis com os interesses histórico-artísticos e sempre com o objetivo de assegurar a sobrevivência dos monumentos.

As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, do organismo construtivo e da sequência dos percursos internos. (BRANDI, 2004, p. 242).

Nota-se a necessidade de renovação funcional nos casos em que é indispensável aos fins de manutenção do edifício. Porém, funções que deformem excessivamente o equilíbrio tipológico-construtivo do edifício não deverão ser permitidas.

A partir dessas considerações, elaborou-se um quadro resumo das teorias apresentadas anteriormente (Quadro 1). Esse quadro resumo foi complementado com as recomendações para as intervenções na atualidade definidas pela autora dessa pesquisa.

Quadro 1: Quadro Resumo – Teóricos do Restauro – séculos XIX ao XXI

TEÓRICO	PENSAMENTO
<b>Viollet-le-Duc (1814-1879)</b>	Defende: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a necessidade de uso das edificações;</li> <li>▪ a intervenção em lacunas;</li> <li>▪ o restauro no estilo pré-existente na aparência e na estrutura;</li> <li>▪ o uso de novos materiais;</li> <li>▪ ceder às necessidades presentes;</li> <li>▪ não dissimular o novo elemento.</li> </ul>
<b>Ruskin (1819-1900)</b>	Critica intervenções de restauro. Defende não negligenciar o monumento para evitar a necessidade de restauro
<b>Boito (1836-1914)</b>	Longa vida ao monumento com o apoio da Ciência Novo x velho: diferença de estilos e de materiais Registro de datas, fotografias e outros documentos informativos.
<b>Riegl (1858-1905)</b>	Valores em equilíbrio: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valor histórico</li> <li>▪ Valor artístico</li> <li>▪ Valor de antiguidade</li> <li>▪ Valor de memória</li> <li>▪ Valor de contemporaneidade</li> </ul> Defende: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ integridade do monumento;</li> <li>▪ apenas a preservação;</li> <li>▪ intervenção moderada.</li> </ul> Sinais novos, numa obra antiga, são perturbadores.
<b>Brandi (1906-1988)</b>	Restauro crítico O restabelecimento da funcionalidade da obra representará, no restauro, um lado secundário. A intervenção de restauro depende de que ocorra o reconhecimento ou não da obra de arte como obra de arte. As duas instâncias, a histórica e a estética deverão nortear o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sem criar um falso histórico ou uma ofensa estética.
<b>Intervenções na atualidade de acordo com a análise da autora</b>	Necessidade de obedecer à legislação. Aditamentos para permitir a continuidade do uso. Inclusão ou acréscimo de novos elementos. O novo em diálogo com o velho. Novo uso compatível com a preservação. Material diferenciado, mas em harmonia com os antigos. Renovação funcional para a manutenção do edifício.

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Após essas reflexões, será tratado o tema acessibilidade a edifícios históricos, com uma anterior apresentação acerca de rotas acessíveis, notadamente aquelas implantadas em cidades e sítios históricos.

## 2.7 ROTAS ACESSÍVEIS EM CIDADES HISTÓRICAS

Dentre os principais requisitos de acessibilidade para o espaço urbano, Ubierna (2008) considera: acessibilidade a qualquer pessoa, equilíbrio estético-funcional, facilitação de acesso aos edifícios, desenho de acordo com o caráter histórico do espaço urbano. A facilitação do acesso à edificação ocorrerá, em muitos casos, através de rotas acessíveis.

Para tratar de acessibilidade em edificações históricas é importante realizar uma breve abordagem acerca do tema rotas acessíveis. Para alcançar a edificação histórica localizada especificamente em sítios históricos, a implantação de uma rota acessível é imprescindível. O edifício isolado, mesmo adaptado, não representa sozinho respostas à questão de acessibilidade. Todo percurso até a edificação deverá estar pronto a proporcionar o acesso livre, seguro e confortável do usuário.

A NBR 9050 (ABNT, 2015) propõe a implantação de rotas acessíveis, ou seja, trajetos contínuos, desobstruídos e sinalizados, que conectam os ambientes externos ou internos de espaços e edificações. Trajeto esse que deve ser implantado de maneira que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência.

A rota acessível consiste no percurso livre de qualquer obstáculo de um ponto a outro (origem e destino) e compreende uma continuidade e abrangência de medidas de acessibilidade. [UFRJ, 2003 ou 2004].

A rota acessível é considerada externa quando incorpora estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas etc.; ou interna, quando incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc. A rota acessível é fator preponderante para a classificação de espaços inclusivos [UFRJ, 2003 ou 2004].

O conceito de rota acessível “[...] é muito importante, pois pode viabilizar o acesso em cidades históricas. Significa a possibilidade de se adotar pelo menos um caminho contínuo e acessível de locomoção no espaço urbano e fruição do patrimônio.” (IPHAN, 2014, p. 44).



### 2.7.1 Exemplos internacionais

Exemplos de adequação e aplicação dos conceitos e técnicas de acessibilidade universal já existem em diversos países da Europa, como França, Itália, Espanha e Portugal. Intervenções realizadas na região do centro antigo da cidade de Milão, como a instalação de rampas nas calçadas e nos acessos aos edifícios, permitem que o usuário de cadeira de rodas realize diversos percursos por ruas e praças (Figura 1) e visite o interior da catedral, o Duomo, que é um dos locais de maior afluxo de visitantes. O Palácio Sforzesco, museus e galerias da região também possuem seu entorno e interior acessíveis.

Figura 1: Galleria Vittorio Emanuele II – Milão – Itália.



Fonte: Turismo Adaptado, s.d.

Ainda na Itália, cidades como Florença, possuem ruas e calçadas com piso regular e rebaixamento do meio-fio para acesso de cadeirantes (Figura 2).

Figura 2: Calçada rebaixada – Florença – Itália.



Fonte: acervo da autora, 2014.

Em cidades espanholas, a exemplo de Segóvia e Salamanca, sítios e edifícios históricos possuem adaptações que permitem a circulação e o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida ao patrimônio local (Figuras 3 e 4).

Figura 3: Igreja de San Millán – Segovia – Espanha.  
Rampa e escadas de acesso.



Fonte: ESPANHA, 2008, p. 5.

Figura 4: Edifício histórico em Salamanca – Espanha.  
Rampa de acesso em madeira.



Fonte: ESPANHA, 2008, p. 5.

Alguns autores já vêm desenvolvendo estudos e apontando exemplos de rotas acessíveis implantadas em cidades Históricas. Ribeiro, Martins e Monteiro (2012) destacam exemplos de locais de preservação histórica e cultural que se adequaram à acessibilidade física. Intervenções realizadas na Espanha, como os trabalhos realizados em Madri trouxeram melhoria do entorno urbano e qualidade de vida a todas as pessoas.

Ribeiro, Martins e Monteiro (2012) observam que:

Para Ubierna (1996), as obras de reabilitação do sítio histórico de Madri representam melhora notável nas infraestruturas e pavimentações tratadas. Em relação à Plaza del Dos de Maio e seu entorno, no bairro de Maravillas, as medidas de acessibilidade aplicadas incidem em diferentes elementos de urbanização, como: faixas mínimas, inclinações longitudinais e transversais, rampas, desníveis, corrimãos, disposição adequada do mobiliário urbano, proteção e sinalização de obras em via pública, sinalização em geral. Entre as ações realizadas, destaca-se a preferência dada ao pedestre frente aos veículos. Nas ruas com 7m de largura, o estacionamento de veículos foi eliminado, nivelando a calçada ao mesmo patamar da rua, sendo definidas e separadas pela diferença de materiais de revestimento na pavimentação e por fradinhos alinhados na mesma direção, que protegem a área de circulação aos pedestres. Os pedestres podem se deslocar sem se preocuparem com a necessidade de transpor ruas e calçadas em níveis distintos. (RIBEIRO; MARTINS; MONTEIRO, 2012, p. 142).

La Rochelle, cidade medieval francesa localizada no litoral atlântico na região de Poitou-Charentes possui ruas com pavimentação que permite o deslocamento de ciclistas, pedestres e veículos em convivência harmoniosa (Figuras 5,6 e 7). Seus passeios largos e o rebaixamento das calçadas permitem o acesso e circulação nas ruas do centro histórico da cidade. Foi uma das cidades pioneiras em adotar um



sistema de bicicletas públicas no mundo, em 1976 (FLEXBIKE, s.d.). As estações são abastecidas com energia solar e possuem bicicletas para carregar cadeirantes ou com cadeirinhas de criança e cadeiras de rodas para aluguel (Figura 8).

Figura 5: Obras de pavimentação urbana. La Rochelle – França



Fonte: acervo da autora, 2004.

Figura 6: Rua do Centro Histórico de La Rochelle – França



Fonte: acervo da autora, 2004.

Figura 7: Convivência harmoniosa entre ciclistas e pedestres.  
La Rochelle – França



Fonte: IPHAN, 2014, p. 55.

Figura 8: Estação de aluguel de bicicletas e cadeiras de rodas.  
La Rochelle – França



Fonte: Entre a pressa e a preguiça, s.d.



### 2.7.2 Exemplos nacionais

No Brasil, as intervenções para acessibilidade em sites históricos são ainda incipientes. Pode-se destacar algumas ações visando acessibilidade física realizadas em cidades como Pirenópolis (GO), Recife (PE), Olinda (PE), Salvador (BA), dentre outras.

Em Pirenópolis, foi realizado, em 2000, o projeto intitulado “Pirenópolis sem barreiras, patrimônio para todos” com o objetivo de promover adequações na estrutura urbana da cidade para garantir o acesso irrestrito, independente, seguro e confortável ao perímetro de preservação histórica (IPHAN, 2014, p. 45).

Dentre as intervenções projetadas, definiram-se quatro rotas acessíveis, incluindo o denominado Roteiro Histórico. As principais intervenções realizadas foram o alargamento e a eliminação de degraus nas calçadas, construção de passarela de pedestres na travessia de ruas, além de rampas de acesso a edifícios públicos e substituição de pavimentação de ruas (Figuras 9 e 10). Segundo o IPHAN (2014, p. 46), “A especificação dos materiais procurou não alterar as características existentes e foi mantida a pedra de Pirenópolis, já utilizada na pavimentação de calçadas e ruas e encontrada com facilidade na região.”

Figura 9: Travessia em pedra (passarela de pedestres) e calçada rebaixada. Centro Histórico de Pirenópolis – Goiás.



Fonte: acervo da autora, 2011.

Figura 10: Passarela na Rua do Rosário, esquina com a Rua Nova. Centro Histórico de Pirenópolis – Goiás.



Fonte: IPHAN, 2014, p. 47.

Outro exemplo relevante é o Plano de Acessibilidade do Sítio Histórico de Olinda. Este Plano apresentou projetos buscando implantar rotas acessíveis para garantir o fluxo de turistas, moradores e usuários, além de remover as barreiras arquitetônicas e urbanísticas.

De acordo com o IPHAN,

Olinda é uma cidade com sítio físico peculiar, com o casario implantado em aclives e declives e uma bela vista da paisagem do alto da colina – Alto da Sé. As rotas acessíveis externas foram propostas para os largos da Sé e de São Bento, além de soluções de acessibilidade para o largo do Varadouro e parque do Carmo, que foram executados. Os projetos procuraram seguir a NBR 9050/04 e as orientações da norma do IPHAN IN nº 01/03. (IPHAN, 2014, p. 49).

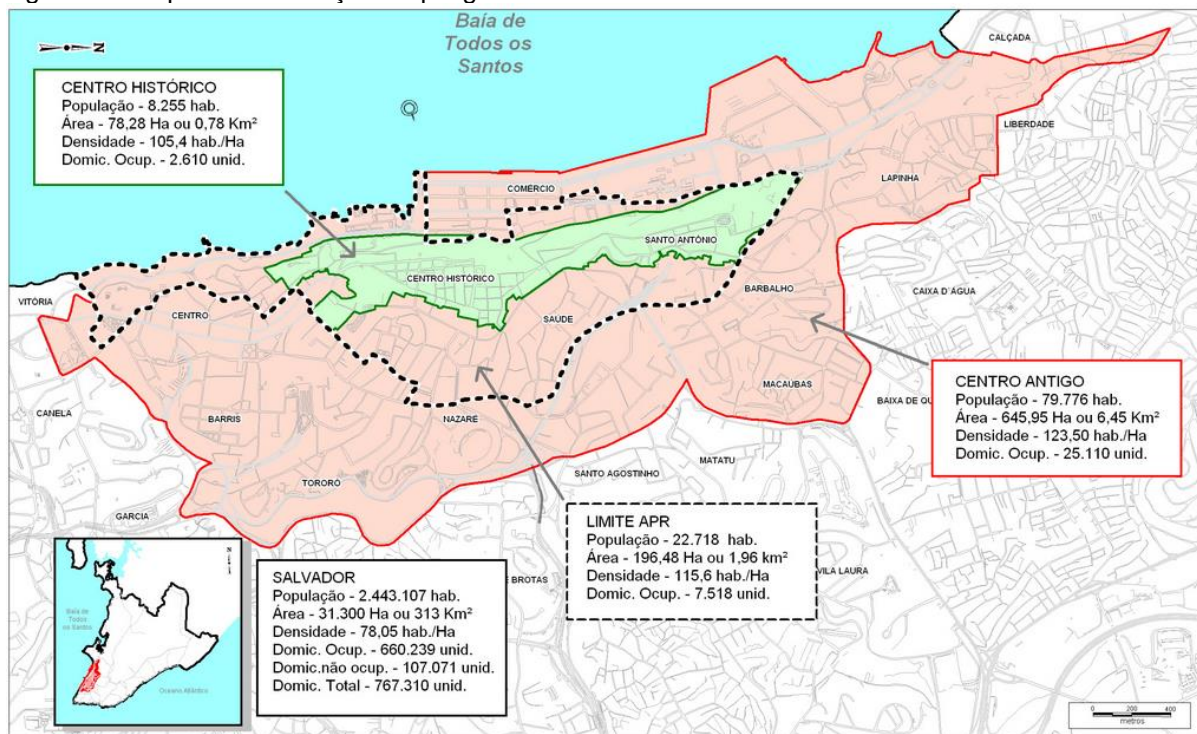
O projeto requalificou as praças com novo piso, que valoriza o pedestre e prioriza os portadores de deficiência (passarela de travessia elevada, piso tátil, piso alerta, piso direcional e rampas). (OLINDA, s. d.)

O Plano de Acessibilidade de Olinda busca garantir livre acesso a todas as pessoas transformando o sítio num lugar democrático. Conforme Fernandes e Cirne (s.d.), “[...] buscar soluções conciliatórias à conservação desse seu patrimônio com a acessibilidade irrestrita, especialmente pessoas deficientes e com mobilidade reduzida, é inovador e importante, com replicabilidade em outras áreas históricas.” Esse Plano serviu como exemplo para o Projeto da Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador.

## 2.8 A ROTA ACESSÍVEL DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

O Centro Histórico de Salvador (CHS) foi tombado em nível nacional em 1959, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. Em 1985, confirmando sua relevância como bem cultural de valor internacional, é inscrito na lista da UNESCO como Patrimônio da Humanidade. A área considerada pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, em sentido norte-sul, acompanha a encosta chamada “falha de Salvador”, desde o Sodré até o Largo de Santo Antônio além do Carmo. À leste, em sua maior parte, limita-se pela Baixa dos Sapateiros e, no seu extremo oeste, termina na escarpa, na já citada “falha de Salvador”.

Figura 11: Mapa de delimitação da poligonal do Centro Histórico de Salvador



Fonte: BAHIA, s.d.

Segundo Tirapeli (2000), o Centro Histórico de Salvador (Figura 12) preserva a trama urbana original do século XVI, com acréscimos que foram sendo organizados durante os séculos seguintes. O conjunto arquitetônico é constituído por edifícios do século XVII, XVIII, XIX e XX, onde se destacam monumentos da arquitetura religiosa, civil e militar, representando o maior conjunto arquitetônico colonial da América Latina.



Figura 12: Vista aérea do Centro Histórico de Salvador



Fonte: IPAC, 1995, p. 3.

No século XX, devido ao seu abandono, passou por um gravíssimo processo de degradação física e econômico-social. A partir de 1967, sofreu algumas intervenções em imóveis isolados e, em 1992, foi iniciado o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Este programa, gerenciado na época pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC), teve como objetivos:

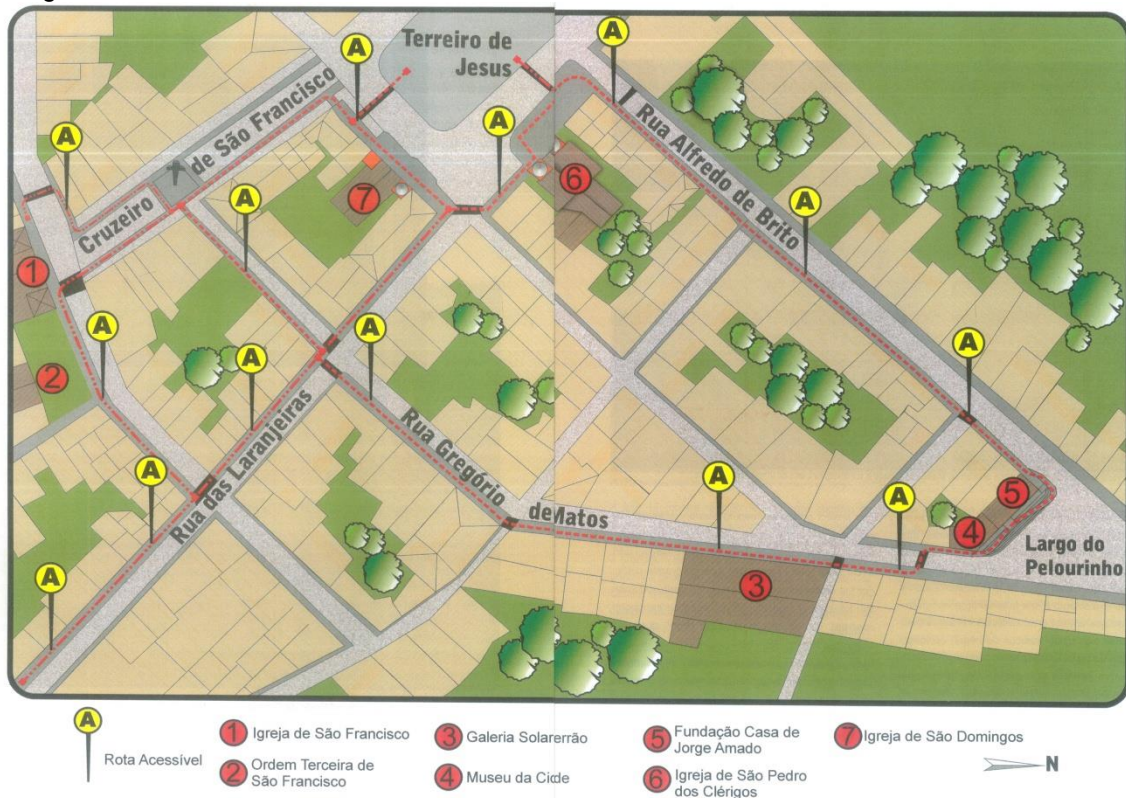
Dotar o Centro Histórico de Salvador, através da ativação do ciclo econômico, de condições efetivas para a manutenção dos bens e valores culturais de forma contínua e eficaz; promover a recuperação física da área do Centro Histórico de Salvador, redefinindo sua função em relação à cidade e à região metropolitana; criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social da área. (IPAC, 1995, p. 18).

Nas duas últimas décadas, as obras foram realizadas em etapas, sendo que a sétima etapa encontra-se ainda em execução pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia (CONDER), que substituiu o IPAC na execução das obras de recuperação do patrimônio. A partir de 2008, a região do Centro Histórico e entorno foi objeto de estudos, elaboração e execução do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, promovido pela CONDER em parceria com o IPAC e o IPHAN,

através de programas como o Monumenta, do Ministério da Cultura, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas.

No ano de 2011, o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador celebraram um Termo de Responsabilidade com o objetivo de realizar obras emergenciais para revitalização do Centro Histórico de Salvador. Dentre as ações previstas estava a recuperação de pavimentação e calçada. A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do estado da Bahia (SJCDH) elaborou um projeto onde se previa a inclusão da obrigatoriedade da construção de calçadas acessíveis. A criação da rota acessível (Figura 13) foi, então, estabelecida entre as responsabilidades assumidas no documento e iniciou-se o processo de elaboração do Projeto Piloto de Acessibilidade.

Figura 13: Rota acessível do CHS



Fonte: BAHIA, 2013.

O Projeto Piloto de Acessibilidade para o Centro Histórico de Salvador teve como objetivo a construção da primeira rota acessível implantada na Bahia, além de servir como modelo a ser replicado por toda a cidade. Constitui-se de um caminho que parte do Cruzeiro de São Francisco, desenvolvendo-se da Rua Gregório de Matos até o Largo do Pelourinho, retornando pela Rua Alfredo de Brito até o Terreiro de Jesus,

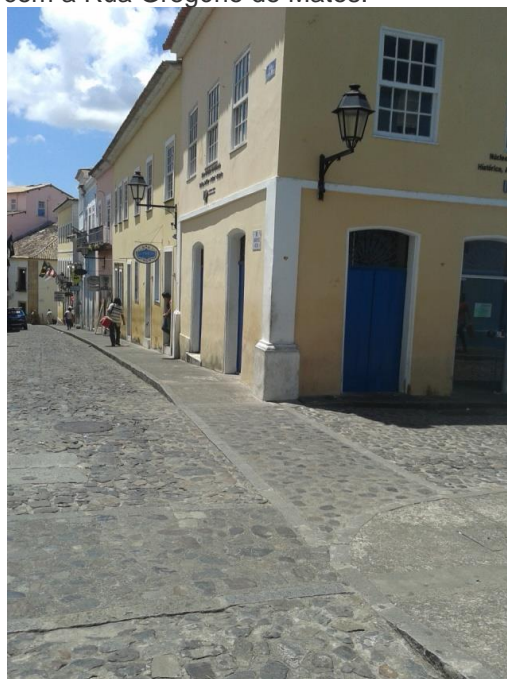
fechando o círculo acessível. Acima de tudo, rompe com a ideia de que acessibilidade e patrimônio são incompatíveis (BAHIA, 2013).

[...] ainda que não seja possível garantir o acesso a todas as edificações existentes na rota, este projeto assegura o acesso àquelas de maior relevância para o interesse coletivo, tais como as instituições públicas, o Museu da Cidade, a Fundação Casa de Jorge Amado e o Solar Ferrão. (BAHIA, 2013, p. 32).

Em outubro de 2011, o IPHAN aprova o projeto e autoriza a execução da obra por meio do parecer nº 0388/11. Considera a proposta viável “[...] dado que a interferência no traçado do logradouro é pequena, quando comparado ao benefício trazido pelo projeto.” (IPHAN, 2011). Observa ainda que as soluções adotadas buscam harmonização com o conjunto protegido pelo IPHAN.

No ano de 2012 foi realizada a execução da rota acessível com o alargamento das calçadas em uma das laterais das ruas, mantendo-se o meio-fio existente e aumentando as calçadas para 1,50 m de largura. Nos pontos de cruzamento da rota com as ruas transversais (Figuras 14 e 15) foram instaladas travessias, com faixas executadas em concreto ciclópico (concreto com incorporação de pedras de mão, também conhecidas como matacão ou pedra marroada) revestido com pedras conhecidas como cabeças-de-nêgo, mesmo material utilizado no calçamento das ruas. (BAHIA, 2013).

Figura 14: Rota Acessível do CHS – Cruzamento da Rua das Laranjeiras com a Rua Gregório de Matos.



Fonte: acervo da autora, 2014.



Figura 15: Rota Acessível do CHS – cruzamento da Rua das Laranjeiras com a Rua Gregório de Matos.



Fonte: acervo da autora, 2014.

Figura 16: Placa indicativa da Rota Acessível do CHS



Fonte: acervo da autora, 2014.

A passarela existente no Largo do Cruzeiro de São Francisco (Figura 17), apesar de tratar-se de um piso mais regular, encontrava-se com as juntas bastante desgastadas, necessitando de requalificação. Para dar maior regularidade a esse piso, foi realizado o rejunte das pedras, possibilitando o acesso à Igreja de São Francisco e ao conjunto arquitetônico existente nesse trecho do Centro Histórico.

Figura 17: Rota Acessível do CHS – Largo do Cruzeiro de São Francisco



Fonte: acervo da autora, 2014.

Conforme salienta o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014, p. 48) “[...] esse projeto certamente contribuirá para a continuidade das propostas que visam proporcionar acessibilidade no Centro Histórico de Salvador, que hoje apresenta sérios problemas de mobilidade e acessibilidade urbana.”

A Rota Turística Acessível do Centro Histórico de Salvador ainda não contempla muitas ruas de interesse e não resolveu o problema de acessibilidade a edificações importantes da localidade. Além desse aspecto, possui trechos com inclinação superior à prevista na NBR 9050/2015, devido ao próprio índice de declividade das ruas do Centro Histórico. Apesar dos problemas não equacionados, a Rota já representa um passo inicial para que o modelo seja replicado em toda a região do Centro Antigo de Salvador que envolve uma área mais ampla que o sítio tombado,

mas que possui relevante representação do ponto de vista histórico, cultural e turístico.

Outro quesito que se observa refere-se à falta de colaboração dos proprietários de estabelecimentos comerciais da região, que insistem em colocar objetos nas calçadas (Figura 18), ou seja, na própria rota, criando barreiras à livre circulação de pedestres, além de causar grande poluição visual.

Figura 18: Barreiras na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador



Fonte: acervo da autora, 2015.

## 2.9 ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

Apesar de apresentar-se como um grande desafio, existem recomendações quanto à acessibilidade para edifícios de valor histórico que servem como direcionamento para projetos.

O IPHAN (2014) no Curso de Capacitação do PAC Cidades Históricas, realizado em Brasília em agosto de 2014, faz uma série de recomendações sobre a questão acessibilidade versus patrimônio, dentre elas:

- ✓ É necessário promover as adaptações para a Acessibilidade em bens tombados;
- ✓ Para se propor as adaptações deve-se inicialmente verificar o atendimento ou não aos requisitos normativos (Leis, Decretos, ABNT, IN);

- ✓ As soluções de adaptação propostas devem ser pautadas em estudos de autenticidade (levantamento de ASPECTOS e de DIMENSÕES);
- ✓ O confronto entre as não-conformidades quanto aos requisitos de acessibilidade, as consequentes necessidades de adaptação e a autenticidade, proporcionará a visualização sobre as possibilidades de intervenção;  
[...]
- ✓ As soluções propostas de adaptação devem ser pautadas pelo contraste, pela reversibilidade, pelo menor impacto, pelo respeito à autonomia, pela segurança, pela equiparação de oportunidades, pela inclusão e pelo desenho universal;  
[...]
- ✓ Garantir a acessibilidade em bens tombados, de uso público ou de grande significância, implica adaptar a edificação dotando-a de características que permitam o acesso, a circulação e o usufruto do bem por qualquer pessoa sem qualquer risco à segurança.
- ✓ As demandas de adaptações para a acessibilidade são realidade atual e recente, e o curso dessas adaptações tem mostrado diversos equívocos na sua implantação, mesmo em edifícios atuais. Edificações já construídas devem, portanto, passar por avaliação de adequação aos critérios de acessibilidade e sofrer os ajustes necessários. Tal desafio é ainda maior quando a edificação em questão é tombada ou apresenta significância histórica, de modo que as possibilidades de solução para atendimento aos requisitos merecem maior cuidado para não ferir os valores que fazem daquela edificação um ambiente singular.
- ✓ Os estudos devem analisar a edificação/espço à luz dos critérios de acessibilidade estabelecidos pelas normas, avaliar as barreiras físicas e propor soluções técnicas para melhoria das condições e atendimento aos requisitos normativos, garantindo o acesso ao patrimônio arquitetônico, preservando a autenticidade da edificação. (IPHAN, 2014, s.p.).

Percebe-se que o órgão responsável pela preservação do patrimônio brasileiro, possui esta recente preocupação em atender aos requisitos de acessibilidade, reconhecendo a necessidade de atendimento à legislação brasileira, contudo observando-se a autenticidade da edificação e cuidando para que sejam evitados equívocos e desrespeito aos valores do bem.

Exemplos de edifícios históricos adaptados para acessibilidade podem ser encontrados na Europa (Figura 19) e na América, em países como Estados Unidos, Uruguai e Brasil. No Brasil, há exemplos na cidade de São Paulo, com adaptações no Teatro Municipal e na Pinacoteca do Estado, dentre outros. A Pinacoteca (Figura 20) é o museu mais antigo da cidade de São Paulo e está instalada no antigo edifício do Liceu de Artes e Ofícios, projetado no final do século XIX. Possui entrada para cadeirantes, quatro banheiros adaptados, elevadores e rotas de acesso às salas. Ainda em São Paulo, O Museu da Casa Brasileira, localizado numa edificação da

década de 1940, é o único no Brasil especializado em Arquitetura e *Design*. Possui entrada acessível, um banheiro adaptado e rotas de acesso às salas (INSTITUTO MARA GABRILLI, 2014).

Figura 19: Plataforma elevatória que leva à Capela Sistina.  
Cidade do Vaticano – Itália



Fonte: Blog do cadeirante, 2015.



Figura 20: Pinacoteca dos Estado de São Paulo



Fonte: acervo de imagens do Google

Em Salvador, mesmo sendo ainda incipiente, exemplos de adequação já podem ser observados em seu centro histórico. Nota-se a existência de rampas (de caráter provisório ou mesmo permanente) de acesso às edificações do Largo do Cruzeiro de São Francisco (Figura 21). O edifício onde está instalada uma agência do Banco do Brasil possui, além do acesso adaptado entre a calçada e o interior da edificação, um elevador interno para uso de pessoas com dificuldade de locomoção (Figuras 22 e 23). Outro exemplo é o Palácio Rio Branco, antiga sede do governo da Bahia. Trata-se de um edifício eclético construído em 1919, que recentemente sofreu adaptações que incluíram a instalação de moderno elevador para uso de cadeirantes (Figura 24). Infelizmente, esse equipamento encontra-se desativado.

Figura 21: Rampa removível de acesso ao imóvel sito à Praça Anchieta, 08 (Casa Natal de Gregório de Mattos) – Salvador – BA.



Fonte: acervo da autora, 2014.

Figura 22: rampa de acesso ao imóvel sito à Praça Anchieta, 13 – agência do Banco do Brasil – Salvador – BA



Fonte: acervo da autora, 2014.

Figura 23: elevador para acesso de deficientes físicos, instalado no imóvel sito à Praça Anchieta, 13. Agência do Banco do Brasil – Salvador – BA.



Fonte: acervo da autora, 2014.

Figura 24: elevador (desativado) para acesso de deficientes físicos, instalado no Palácio Rio Branco – CHS. Ao fundo, o Elevador Lacerda.



Fonte: acervo da autora, 2014.

Os exemplos de intervenções realizadas em outros países e também no Brasil podem servir de parâmetros para a avaliação e realização de projetos de adequação e aplicação dos princípios de acessibilidade em edifícios de valor histórico em cidades como Salvador, que possui importante patrimônio histórico, representado pela arquitetura religiosa, a exemplo da Igreja de São Francisco, e pela arquitetura civil, representada pelo Solar Ferrão, além de outros edifícios importantes localizados na Praça Anchieta, como o imóvel nº 18. As citadas edificações são objeto de estudo dessa pesquisa, localizam-se no Centro Histórico de Salvador e estão incluídas na sua rota acessível.



Figura 25: Mapa do Centro histórico de Salvador com indicação dos edifícios objetos de estudo



Fonte: adaptado pela autora a partir de mapa elaborado pela Associação dos Comerciantes do Centro Histórico de Salvador, 2015.

### **3 ESTUDO DA ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DE INTERESSE TURÍSTICO LOCALIZADOS NA ROTA ACESSÍVEL DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: EXEMPLOS REPRESENTATIVOS**

A pesquisa de campo realizada entre os meses de março e setembro de 2015 constou de etapas que se complementaram na identificação e análise das barreiras arquitetônicas apresentadas pelos edifícios estudados.

O presente trabalho utiliza a metodologia de Avaliação Pós-ocupação (APO) para a realização do estudo das edificações objetos de análise. A APO é um processo interativo e sistematizado de avaliação de desempenho de edifícios ou de ambientes construídos, passado algum tempo de sua construção e ocupação, focalizando os ocupantes (nessa pesquisa, visitantes e usuários) do edifício e suas necessidades (RHEINGANTZ, 2009). Os métodos de análise utilizados para a realização da APO constam das etapas descritas a seguir.

A primeira etapa foi caracterizada pela identificação dos edifícios tombados pelo IPHAN e localizados na Rota Acessível do CHS. Dentre essas edificações foram selecionados três exemplos, que representam tipos diferenciados de uso, mas que são de interesse turístico e possuem elevado índice de visitação ou utilização por parte de turistas e população local: um centro cultural de administração pública, o Solar Ferrão; uma instituição privada, o Hotel Villa Bahia; e um edifício religioso, a Igreja de São Francisco. Assim, o trabalho foi realizado utilizando três exemplos de edificações históricas com nível de proteção elevado.

A segunda etapa constou do estudo da edificação, suas características e dados históricos, levantamento de material gráfico, como plantas, fachadas e cortes existentes, fornecidos pela própria instituição ou pelo IPAC.

A terceira etapa foi a realização de entrevistas com os gestores das instituições, seguida da avaliação física e levantamento fotográfico dos edifícios.

Para a avaliação de acessibilidade foi utilizado o formulário *Planilha Deficiência Motora*, elaborado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ). Essa planilha foi adaptada pela autora dessa pesquisa para que se adequasse à abordagem específica do trabalho (Apêndice 1).

Após a realização do levantamento físico e fotográfico e da análise dimensional, foi conduzida a etapa denominada passeio acompanhando ou percurso comentado, quando participantes da pesquisa, que representam usuários e visitantes com

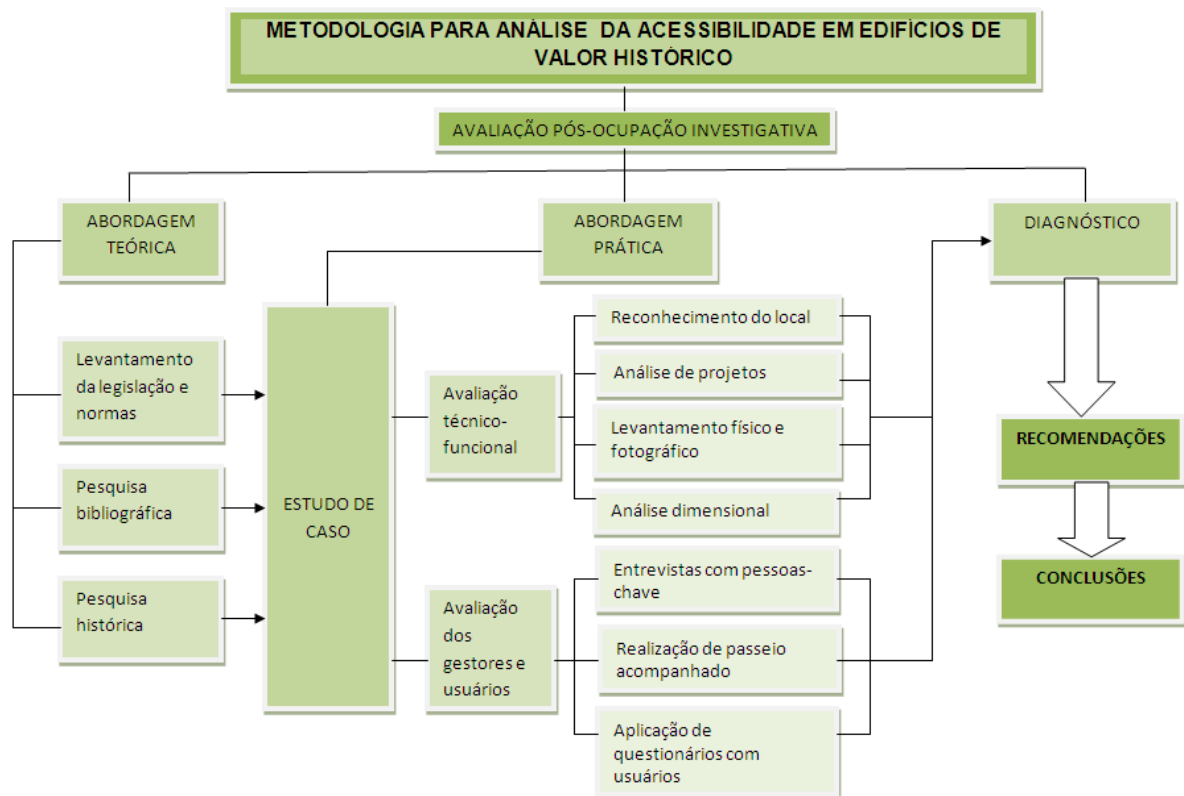
características físicas que denotem dificuldade de locomoção, visitam os espaços das edificações e utilizam (ou simulam a utilização) dos seus serviços. O pesquisador acompanha, observa e dialoga com participante, sem influenciar na sua análise. O método do passeio acompanhado combina a observação com a entrevista e diversas técnicas de registros, a exemplo dos fotográficos. Tem sido muito utilizado na avaliação do desempenho do ambiente construído. “Por ser relativamente rápida e fácil de aplicar, [...] tem sido muito utilizada em APOs. [...] sendo bastante útil para identificar as principais qualidades e defeitos de um determinado ambiente construído e de seu uso.” (RHEINGANTZ, 2009, p. 23).

Foram quatro participantes que colaboraram com a pesquisa, realizando o passeio acompanhado: uma idosa com deficiência física moderada e provisória, um idoso com deficiência física moderada e permanente, uma jovem com deficiência física moderada e permanente e uma cadeirante. Ao final de cada percurso, o participante respondeu a um questionário, onde registrou suas impressões acerca da acessibilidade do local e seu entorno.

O reconhecimento do local onde está inserida a edificação, seu entorno, assim como o levantamento fotográfico, a análise dimensional e as observações feitas pelos participantes da pesquisa é denominada avaliação técnico-funcional e “[...] tem como objetivo aferir a compatibilidade do edifício, suas instalações e equipamentos, bem como seu entorno imediato, às condições mínimas necessárias à acessibilidade, previstas na NBR 9050/2004[...]” (AURICHIO, 2008, p.20).

As recomendações indicadas no final de cada análise baseiam-se no atendimento à legislação brasileira, nas recomendações do IPHAN sobre a questão acessibilidade versus patrimônio, na observação das teorias do restauro apresentadas nessa pesquisa e nas intervenções atuais consideradas compatíveis com a preservação do patrimônio.

Figura 26: Fluxograma da Metodologia para análise de acessibilidade em edifícios de valor histórico



Fonte: adaptado pela autora, a partir do Fluxograma da Metodologia para Análise de Acessibilidade em Edifícios de Valor Histórico (AURICHIO, 2008, p. 41).

A partir dessa abordagem prática, pode-se realizar uma análise através de visões e experiências variadas, cujo resultado é apresentado na subseção seguinte.

### 3.1 O SOLAR FERRÃO

#### 3.1.1 Histórico do edifício, características e dados do tombamento

Edifício localizado na Rua Gregório de Matos. Teve sua construção iniciada no final do século XVII, sendo residência da família Maciel até 1756. O IPHAN destaca no seu histórico que:

[...] indícios construtivos sugerem que ele seja resultado da fusão de duas casas. Em 1756, instalam-se aí os jesuítas, o Seminário de Nossa Senhora da Conceição e promovem obras de adaptação. O solar herda a denominação de Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, que foi seu proprietário entre 1793 e 1814. Após longa cadeia sucessória, é adquirido, em 1892, pelo Centro Operário que, entre 1929 e 1931, transformou-o em um edifício neo-colonial (IPHAN, s.d., s.p.).

Construído em terreno de grande declive, o edifício possui três pavimentos na fachada da frente (Figuras 27 e 28) e seis pavimentos nos fundos, além de porão. Em seu interior, existe ampla escada de mármore português que dá acesso ao pavimento nobre (pavimento de maior importância, nesse caso, o segundo andar). Nesse pavimento resta uma amostra dos antigos forros apainelados. Como características arquitetônicas o IPHAN destaca:

Duas portadas de pedra (1690 e 1701) dão acesso à casa com duas circulações verticais. Uma delas, é ampla, em mármore, e culmina com uma espécie de “loggia” com arcos que repousam sobre colunas retorcidas. No pavimento nobre, alguns cômodos possuem forros apainelados. Na fachada principal, além das portadas, destacam-se as janelas abalcoadas do pavimento nobre, com gradil de ferro. Volumetricamente, ela é hoje resultado da intervenção efetuada entre 1978/81 pelo IPAC, que buscou resgatar suas características primitivas (IPHAN, s.d., s.p.).

O edifício está inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes do IPHAN desde o ano de 1938, devido principalmente à originalidade do seu partido arquitetônico (nº Processo 0120-T-38; Livro Belas Artes nº inscr.: 146; Vol. 1; f. 026; data: 27/06/1938). Segundo o IPAC (1975, p. 219), possui notável valor arquitetônico, apesar de muito alterado, já que antes do tombamento sofreu reformas que alteraram seu aspecto. É propriedade pública do estado da Bahia desde 1977 e funcionou como sede do IPAC de 1981 até 2006. A restauração realizada em 1977 revelou elementos arquitetônicos como vestígios de instalações sanitárias datadas do século XVIII e pinturas nos tetos



de seus salões, além de valorizar as colunas de arenito torneadas do andar nobre. Atualmente abriga o Museu Abelardo Rodrigues e o Centro Cultural Solar Ferrão, que abrange a Galeria Solar Ferrão e três coleções: a de Arte Africana Cláudio Masella, a de Arte Popular e as Plásticas Sonoras, de Walter Smetak.

Figura 27: Solar Ferrão – fachada frontal – Rua Gregório de Matos – Centro Histórico de Salvador – BA.



Fonte: acervo da autora, 2014.

Figura 28: Solar Ferrão – fachada frontal – Rua Gregório de Matos – Centro Histórico de Salvador – BA



Fonte: acervo da autora, 2014.

No ano de 2014, o Museu Abelardo Rodrigues e o Centro Cultural Solar Ferrão receberam um total aproximado de 6.229 e 27.414 visitantes, respectivamente, segundo a Diretoria de Museus do IPAC (DIMUS). Até o mês de julho de 2015, 1.948

peças visitaram o Museu Abelardo Rodrigues e 7.848 pessoas visitaram o Centro Cultural.

Em 2011 o IPAC apoiou encontros para debater a questão da acessibilidade em museus e instituições ligadas à cultura, a exemplo do *1º Encontro baiano para espaços museais e instituições socioculturais na perspectiva da acessibilidade*. Apesar do interesse pelo tema, nenhuma adaptação foi realizada no Centro Cultural Solar Ferrão, segundo informação da DIMUS.

### **3.1.2 Avaliação técnico-funcional**

O Solar Ferrão está localizado na Rua Gregório de Matos, nº 45, pertence ao Governo do Estado da Bahia, possuindo utilização pública. Sua área total é de 4.230m<sup>2</sup>, distribuídos em 6 pavimentos e um anexo de 270 m<sup>2</sup>. A edificação possui uso específico, conforme já explicitado, encontrando-se em bom estado de conservação. A instituição possui atendimento direto ao consumidor dos seus serviços e presta atendimento regular a turistas. A edificação não possui instalações suficientes para atender aos requisitos de acessibilidade, conforme análise dimensional e diagnóstico apresentados a seguir.

#### **3.1.2.1 Acesso externo – calçadas e circulação**

A rota acessível do Centro Histórico de Salvador contempla a Rua Gregório de Matos em sua totalidade. O visitante que deseja conhecer os equipamentos culturais existentes no Solar Ferrão poderá acessar a Rua Gregório de Matos ao sul pelo Terreiro de Jesus ou ao norte pelo Largo do Pelourinho. Poderá também chegar através das ruas e ladeiras que ligam a Baixa dos Sapateiros (Rua J. J. Seabra) à própria Rua Gregório de Matos. Pelo Terreiro de Jesus, o visitante encontrará a citada rota acessível a partir desse local, seguindo pelo Largo do Cruzeiro de São Francisco ou pela Rua das Laranjeiras, descendo em seguida pela Rua Gregório de Matos. Vindo da direção norte, o visitante encontrará a rota acessível apenas no Largo do Pelourinho, a partir da casa de Jorge Amado e do Museu da Cidade. Pela Baixa dos Sapateiros não há rota acessível. O visitante que chega de automóvel particular poderá utilizar os estacionamentos de empresas privadas disponíveis. Dentre esses estacionamentos, apenas um deles possibilita o acesso direto à rota acessível, nesse

caso, pela Rua das Laranjeiras, que, conforme já citado, interliga-se com a Rua Gregório de Matos (ver mapa – Figura 25, p. 62).

A calçada de acesso ao solar Ferrão (Figura 29) possui largura de 1,47 m, piso antiderrapante (concreto lavado), plano, sem ressaltos ou depressões na região próxima ao edifício.

Figura 29: Passeio da Rota Acessível do CHS – trecho em frente ao Solar Ferrão (entrada para visitantes à direita na fotografia)



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.1.2.2 Acesso ao edifício

Para acessar o edifício pela portada principal há um degrau de 3,5 cm de altura para o lado da calçada e 26 cm de altura para o interior da edificação (Figura 30). Não há rampa nesse local, o que torna difícil o acesso desde a entrada da edificação. As outras portas, que também possuem desníveis, ficam eventualmente abertas para entrada do público. Há uma entrada pelos fundos, por onde se acessa o segundo subsolo. Essa entrada não pode ser usada como acesso alternativo para pessoas com dificuldade de locomoção, pois entre a praça localizada aos fundos do Solar ferrão (Praça das Artes, Cultura e Memória) e o edifício em questão existem desníveis e escadas.

A partir da portada principal, ocorre o controle de entrada de visitantes. Nesse vestíbulo de acesso existe uma mesa de atendimento em madeira com altura de 84 cm e espaço livre sob a mesa de 69,5 cm (Figura 31). Como não ultrapassa 85 cm, a

mesa tem altura na faixa prevista pela NBR 9050/2015 para o atendimento ao público, mas não permite a aproximação frontal da cadeira de rodas, pois para isso, a NBR 9050/2015 determina altura livre mínima de 73 cm abaixo da superfície da mesa ou balcão de atendimento. Em relação à circulação e aproximação frontal de uma cadeira de rodas, o espaço atende, uma vez que ultrapassa a medida do módulo de referência de 80 x 120 cm para aproximação frontal da mesa.

Figura 30: Galeria Solar Ferrão – entrada de visitantes – desnível entre calçada e área interna.



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 31: Galeria Solar Ferrão – Recepção de visitantes



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.1.2.3 Circulação interna, sanitários, escadas e outros

No pavimento térreo, funcionam a Galeria Solar Ferrão, as salas da administração da Galeria e os sanitários disponíveis ao público. A Galeria Solar Ferrão possui espaços amplos, sem desníveis, com portas de duas folhas com abertura total maior

que 1 metro. O piso da galeria é composto de tijoleira e assoalho em tábua corrida, sem desníveis ou depressões nos locais onde ocorre a mudança de tipo de piso (Figura 32). Não havia nenhuma exposição no dia da avaliação física do espaço, mas esse fato não impossibilitou a análise do ambiente.

Figura 32: Galeria Solar Ferrão – piso em tijoleira e taboado



Fonte: acervo da autora, 2015.

Os sanitários possuem acesso único para os usuários de gênero masculino ou feminino com porta com vão maior que 80 cm. Não são adaptados, com área de lavatórios também comum aos dois gêneros e apenas uma bacia sanitária feminina e outra masculina. Os lavatórios são de coluna, portanto não indicados para uso de cadeirantes. As bacias sanitárias se localizam no espaço do desvão da escada de acesso aos pavimentos superiores, sendo estreitos para possibilitar a instalação correta de acessórios como barras de apoio e o acesso e uso de pessoas com cadeiras de rodas (Figura 33).



Figura 33: Galeria Solar Ferrão – sanitários feminino e masculino



Fonte: acervo da autora, 2015.

No pavimento denominado entressolho (localizado entre o térreo e o pavimento nobre) localiza-se a área de exposição da Coleção de Arte Africana Cláudio Masella, que é formada por objetos que representam grupos étnicos localizados em países do Continente Africano, confeccionados em materiais que variam entre terracota, madeira, metal e marfim. O acervo “[...] apresenta a riqueza estética e a diversidade da produção cultural africana do século XX, expressada em objetos, sobretudo máscaras, estatuetas, instrumentos e utensílios de uso cotidiano ou ritualístico.” (DIMUS, s.d., s.p.).

O acesso a esse pavimento ocorre através de escadaria de mármore com 2,60m de largura, cujos degraus, em média, possuem dimensões de 36 cm de piso (profundidade) e espelho de 17 cm. A profundidade do piso (passo) ultrapassa a faixa recomendada pela NBR 9050/2015, que é entre 28 cm e 32 cm. O espelho está de acordo com a recomendação da NBR 9050/2015. As dimensões dos espelhos e pisos são constantes em toda a escada e há no início e no final de cada segmento de escada, um patamar de, no mínimo, 1,20 m de comprimento, permitindo a circulação livre das pessoas. O piso dos degraus é em mármore, mas, para maior segurança dos usuários, foram instaladas faixas antiderrapantes.

A porta de acesso a essa exposição possui 102 cm de largura e, nesse local, existe um degrau de 18 cm de altura, sem rampa e, no momento da avaliação, sem

sinalização alerta de desnível de piso (Figura 34). A altura das placas informativas dos painéis das paredes é de 1,37 m.

Figura 34: Solar Ferrão – Porta de entrada da Exposição de Arte Africana Cláudio Masella



Fonte: acervo da autora, 2015.

Os salões de exposição desse pavimento possuem piso de tábua corrida, em bom estado de conservação, apresentando apenas alguns sulcos na área próxima às janelas, provocados possivelmente pela ação da água da chuva (Figura 35). A circulação de pessoas nessa região do salão pode provocar o aumento do dano no piso e, para o cadeirante, pode provocar algum tipo de dificuldade.

Figura 35: Solar Ferrão – trecho danificado do piso do pavimento entressolho



Fonte: acervo da autora, 2015.

Para alcançar o pavimento nobre (2º pavimento) deve-se subir pela mesma escadaria de mármore (Figura 36). Não há elevadores na edificação, portanto toda a circulação vertical ocorre através das escadarias. Esse elemento possui, em uma das laterais, guarda-corpo em alvenaria com acabamento superior em mármore e altura de 1,10 m. Na outra lateral, apresenta parede em alvenaria sem corrimão. São dois lances de escada com 16 e 19 degraus cada.

Figura 36: Solar Ferrão – escadaria



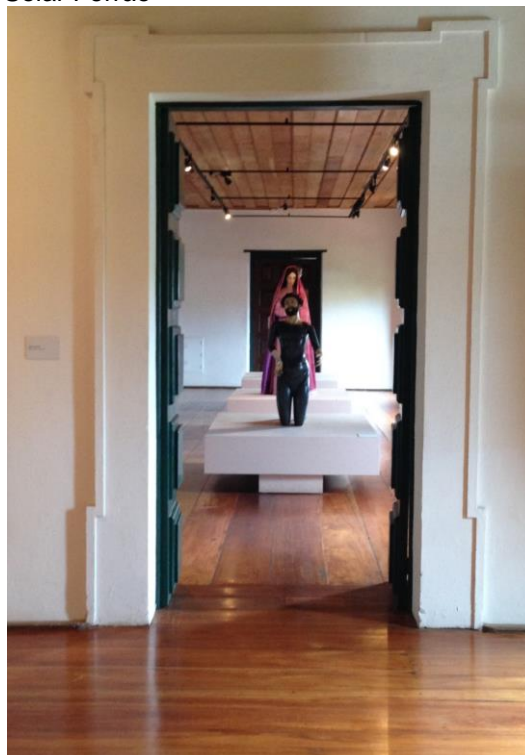
Fonte: acervo da autora, 2015.



No pavimento nobre localiza-se o Museu Abelardo Rodrigues, que preserva uma importante coleção de arte sacra. Apresenta peças datadas dos séculos XVII ao XX, confeccionadas em materiais como madeira, barro cozido, marfim, pedra sabão e metal. São oratórios, miniaturas, imaginária, crucifixos, imagens de roca, mobiliário de devoção, objetos de origem brasileira, principalmente nordestina, como também de procedência europeia (DIMUS, s.d.).

O piso de todo o pavimento é em assoalho de tábua corrida, sem desníveis ou depressões (Figura 37). As mesas expositoras com as obras de arte encontram-se dispostos distantes umas das outras, proporcionando uma circulação livre por todos os salões. As mesas expositoras possuem altura variando entre 46 a 106 cm. As placas informativas das obras estão afixadas sobre essas mesas, sempre próximas à quina, situação que facilita a aproximação de um cadeirante para a leitura das informações (Figura 38). As placas informativas dos painéis instalados nas paredes estão entre 132 e 142 cm do piso. As portas entre os salões têm, no mínimo, 104 cm de largura e o acesso ao terraço externo não apresenta qualquer obstáculo ou desnível, apesar da transição do piso de madeira da área interna para mármore na área externa.

Figura 37: Museu Abelardo Rodrigues – Solar Ferrão



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 38: Museu Abelardo Rodrigues – Solar Ferrão –  
Mesa expositora



Fonte: acervo da autora, 2015.

Ao redor da escadaria, como não há nenhum elemento original para proteção de quem circula pelo salão principal, foram instalados guarda-corpos de metal e cabos de aço com altura de 1,28 m (Figura 39). As peças (montantes) de metal estão firmemente afixadas no piso e os cabos de aço estão firmes e esticados. Visualmente esse guarda-corpo como elemento contemporâneo é leve, discreto e cumpre sua função de delimitar a área aberta da escadaria.

Figura 39: Museu Abelardo Rodrigues – Solar Ferrão – Guarda-corpo



Fonte: acervo da autora, 2015.

Para prosseguir a visita a todas as exposições do Solar Ferrão é necessário descer toda a escadaria até o térreo e continuar descendo mais dois lances de escada. O primeiro lance com 15 degraus leva até a exposição Plásticas Sonoras de Walter Smetak localizada no primeiro subsolo. As “Plásticas Sonoras”, criadas por Walter Smetak (1913-1984), são peças do acervo da família do músico suíço, consideradas obras de arte por críticos e pesquisadores, e estão provisoriamente expostas no Solar Ferrão (DIMUS, s.d.).

No acesso a este ambiente há um degrau de 9 cm de altura, sem sinalização alerta de piso no momento da pesquisa. O piso é parte de tijoleira e parte de tábua corrida. A tijoleira encontra-se desgastada e com pequenas depressões. As portas existentes ultrapassam a largura de 80 cm, exigidas pela NBR 9050/2015.

O segundo lance dessa escadaria leva ao segundo subsolo onde se apresenta a Coleção de Arte Popular. O seu acervo é assim descrito pela DIMUS (s.d., s.p.):

A Coleção de Arte Popular reúne peças representativas da Cultura Popular do Nordeste, coletadas entre as décadas de 50 e 60 do século XX, cujo núcleo inicial teve origem na coleção adquirida pelo cenógrafo e diretor de teatro Martim Gonçalves. O acervo reunido por Gonçalves e, posteriormente, ampliado pela arquiteta italiana Lina Bo Bardi é composto por peças utilitárias e figurativas, dentre elas carrancas, ex-votos, imaginária, esculturas em cerâmica, fifós, panelas, potes de barro, brinquedos, utensílios domésticos e objetos criados a partir de materiais recicláveis, que mostram uma sintonia entre a arte e a vida cotidiana. (DIMUS, s.d., s.p.)

O piso em tijoleira apresenta-se em bom estado de conservação e, nas portas de acesso, que possuem largura entre 87 e 97,5 cm, e nos vãos entre os ambientes, existem degraus com 5,5 cm e com 15 cm de altura, devidamente sinalizados com faixa de alerta nas cores preto e amarelo (Figura 40).

Figura 40: Salas da Coleção Arte Popular – Solar Ferrão  
Degrau entre salas de exposição



Fonte: acervo da autora, 2015.

Todas as portas de acesso aos salões e entre os ambientes ficam abertas, não sendo necessário o usuário movimentar as portas ou utilizar as maçanetas.

Nas salas de exposição estão disponíveis um pedestal similar a um púlpito para o visitante registrar sua assinatura no livro de visitas (Figura 41). Suas dimensões são 107 cm de altura, na parte da frente, e 48 de largura. Como não possui recuo frontal, e sua altura é maior que 90 cm, um usuário de cadeira de rodas tem dificuldades de utilizar o equipamento.

Figura 41: Museu Abelardo Rodrigues  
Solar Ferrão – Pedestal para assinatura dos  
visitantes.



Fonte: acervo da autora, 2015.

Para sair do Solar Ferrão, o visitante deverá retornar ao vestíbulo principal de entrada, subindo os 30 degraus (Figura 42), ultrapassando novamente a portada principal, alcançando a via externa e a rota acessível.

Figura 42: Solar Ferrão – escadaria de  
acesso aos subsolos



Fonte: acervo da autora, 2015.



O Solar Ferrão possui sanitários adaptados no pavimento térreo do edifício (Figuras 43 e 44), mas esses sanitários localizam-se na área da edificação que não estava aberta à visitação, durante a realização dessa pesquisa. Essa área pode ser acessada pela outra portada principal. Segundo a administração do Solar Ferrão, caso o visitante solicite, poderá utilizar esses sanitários com o acompanhamento de funcionários. Durante as etapas da pesquisa de campo, incluindo a visita acompanhada, esses sanitários não foram citados. Por isso, não foram analisados pelos participantes que colaboraram com a análise de acessibilidade das edificações. Posteriormente, esses sanitários foram citados nas respostas ao questionário enviado à gestora da instituição. A falta de sinalização referente a esses equipamentos também colaborou para que a informação não fosse repassada ao pesquisador e aos participantes, assim como o desconhecimento de alguns funcionários quanto à existência e/ou a liberação para uso dos sanitários referidos. A análise desses ambientes foi, portanto, realizada após a etapa do passeio acompanhado. Os dados coletados estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Medidas dos equipamentos dos sanitários adaptados – Solar Ferrão.

Item	Situação indicada pela NBR 9050/2015	Situação encontrada	
		Masculino	Feminino
Largura da porta	Mínimo de 80 cm	86 cm	85 cm
Área para transferência lateral, perpendicular e diagonal ao vaso sanitário	80 cm de largura x 120 cm de comprimento	118 x 215 cm	112 x 215 cm
Altura da bacia sanitária	Entre 43 e 45 cm	<b>38 cm</b>	<b>38 cm</b>
Comprimento das barras de apoio da bacia sanitária	Mínimo de 80 cm	90 cm	90 cm
Altura das barras	75 cm (do piso)	<b>90 cm</b>	<b>91 cm</b>
Diâmetro da seção circular das barras	Entre 3 e 4,5 cm	3 cm	3 cm
Avanço da barra lateral em relação à extremidade frontal da bacia sanitária	50 cm	<b>36 cm</b>	<b>40 cm</b>
Distância entre o eixo do vaso e a face da barra lateral	40 cm	<b>30 cm</b>	<b>28 cm</b>
Lavatório	Sem coluna	Sem coluna	Sem coluna
Tipo da maçaneta	Alavanca	Alavanca	Alavanca
Altura da maçaneta	90 a 110 cm	<b>114 cm</b>	<b>114 cm</b>
Altura do lavatório (interno)	78 a 80 cm	<b>74,5 cm</b>	<b>74 cm</b>
Altura da papeleira não embutida	Entre 100 e 120 cm	<b>54 cm</b>	<b>56 cm</b>
Altura do toalheiro (externo)	Entre 80 e 120 cm	<b>148 cm</b>	<b>148 cm</b>
Altura da saboneteira (externo)	Entre 80 e 120 cm	108 cm	108 cm
Altura máxima da descarga (botão de acionamento)	100 cm	71 cm	71 cm
Torneira	Tipo alavanca ou sensor	<b>De giro</b>	<b>De giro</b>

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Em destaque, na cor vermelha, os itens em não conformidade com a NBR 9050/2015.

Salienta-se que, apesar desses sanitários serem considerados acessíveis, apresentam muitos itens não conformes, o que denota a falta de observância dos requisitos exigidos pela NBR 9050/2015.

Figura 43: Solar Ferrão – sanitários acessíveis



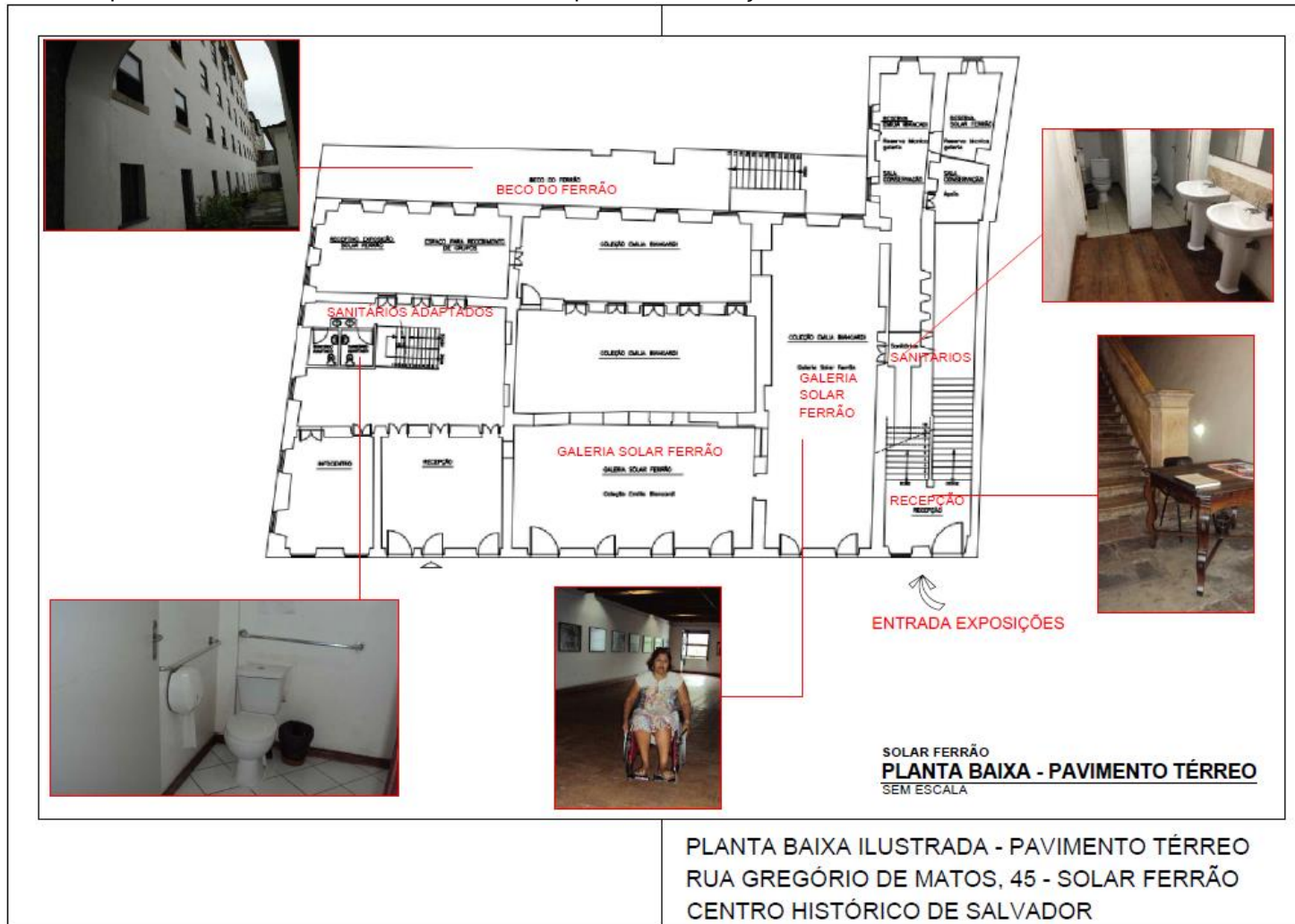
Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 44: Solar Ferrão – sanitários acessíveis – lavatório sem coluna



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 45: Planta baixa ilustrada – Solar Ferrão – Pavimento térreo.  
Em destaque, com letras vermelhas, os ambientes disponíveis à visitação.

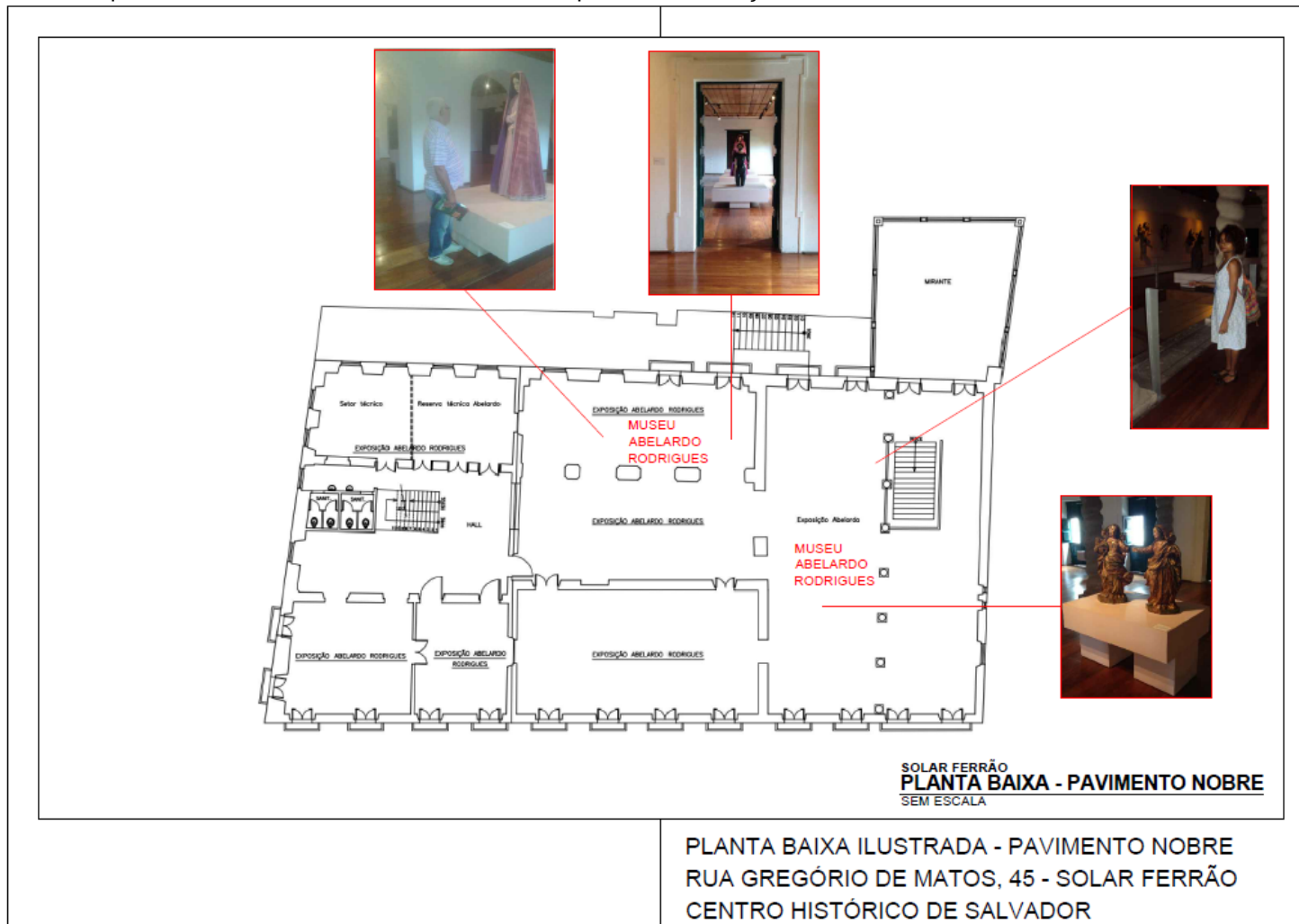


Fonte: adaptado pela autora a partir de plantas baixas de cadastro cedidas do IPAC, 2015.



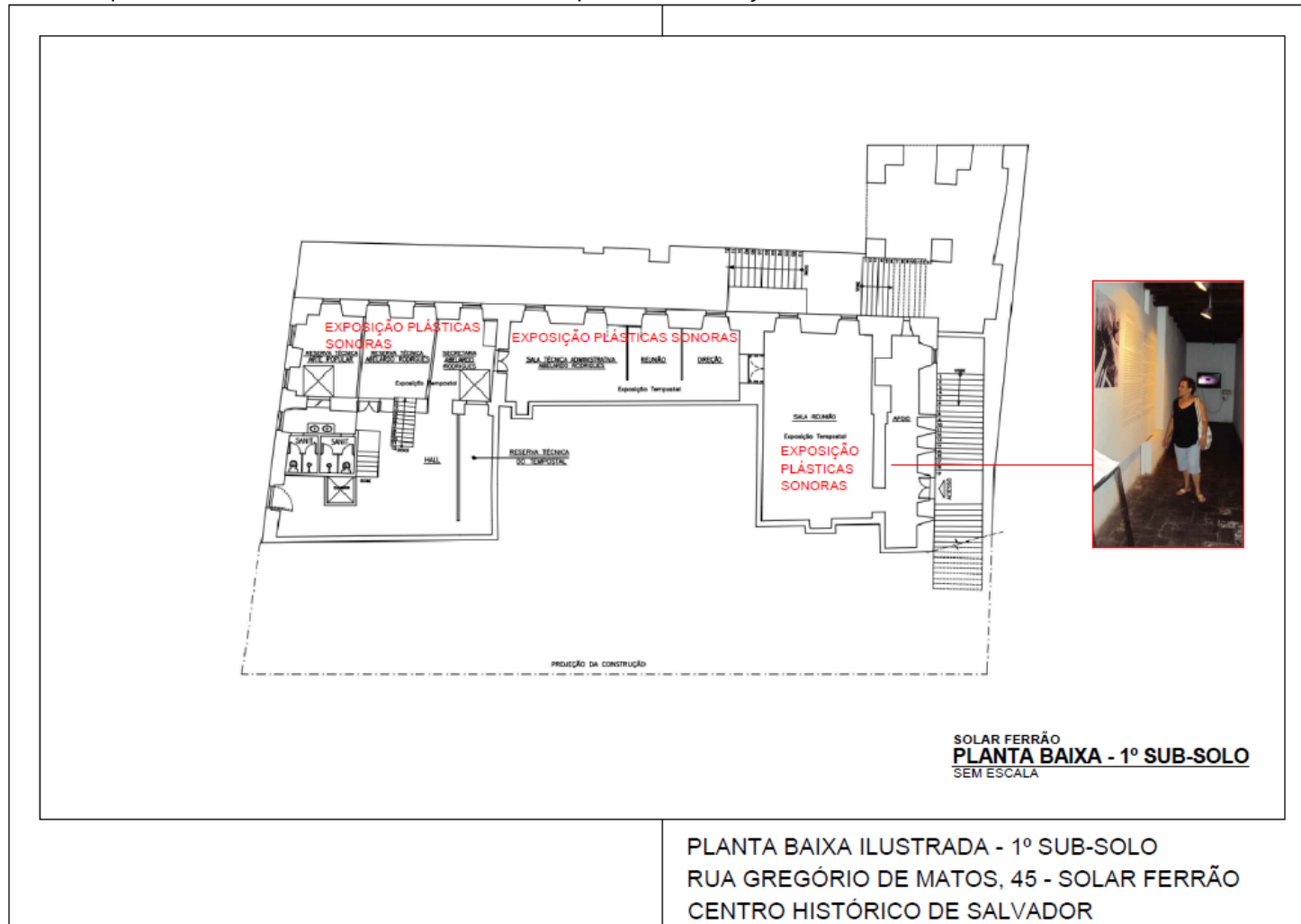


Figura 47: Planta baixa ilustrada – Solar Ferrão – Pavimento nobre  
Em destaque, com letras vermelhas, os ambientes disponíveis à visitação.



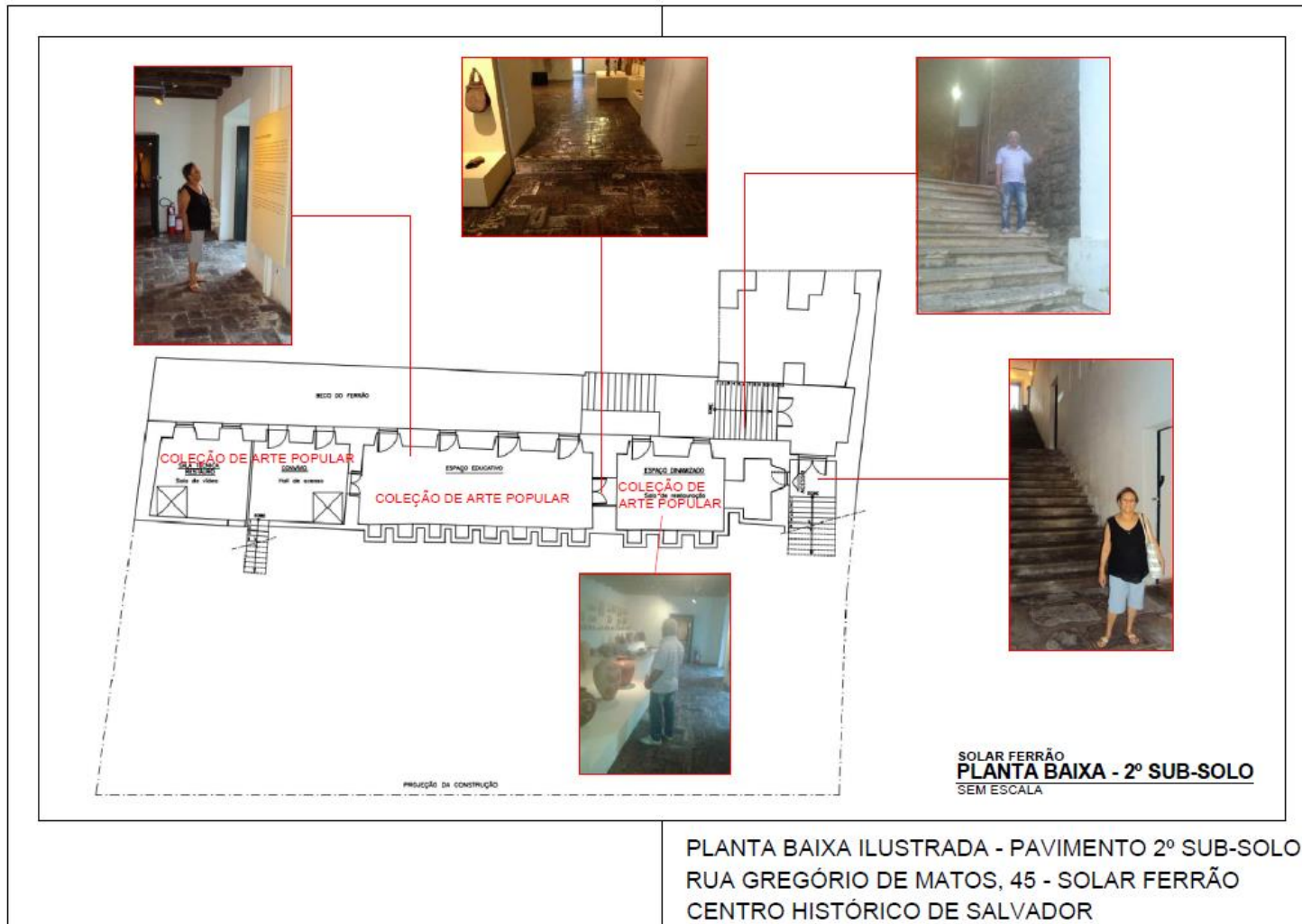
Fonte: adaptado pela autora a partir de plantas baixas de cadastro cedidas pelo IPAC, 2015.

Figura 48: Planta baixa ilustrada – Solar Ferrão – 1º Sub-solo  
Em destaque, com letras vermelhas, os ambientes disponíveis à visitação.



Fonte: adaptado pela autora a partir de plantas baixas de cadastro cedidas pelo IPAC, 2015.

Figura 49: Planta baixa ilustrada – Solar Ferrão – 2º Sub-solo  
Em destaque, com letras vermelhas, os ambientes disponíveis à visitação.



Fonte: adaptado pela autora a partir de plantas baixas de cadastro cedidas pelo IPAC, 2015.

### 3.1.3 Avaliação dos participantes

No Solar Ferrão foram realizadas quatro visitas acompanhadas. A avaliação dos participantes da pesquisa apresenta-se a seguir:

#### 3.1.3.1 Visita 01 – Solar Ferrão: visitante idoso com dificuldade de locomoção moderada

Participante: M.E.S.R., 70 anos, gênero feminino. Apresenta leve dificuldade de locomoção provocada por cirurgia realizada no tornozelo direito com implantação de placa de platina e parafusos. A cirurgia foi realizada por ocasião de queda provocada por desnível entre pisos na soleira entre dois ambientes.

Experiência: primeira visita ao Solar Ferrão

Atividade: Chegar ao Centro Histórico de Salvador, localizar e caminhar pela rota acessível, seguir para o Solar Ferrão e visitar todas as salas de exposição disponíveis, além de simular o uso do sanitário.

A visita ao Solar Ferrão foi realizada no dia 13 de maio de 2015, no período entre 14:30 e 16:30 h. A participante chegou ao Centro Histórico de automóvel particular como passageira. O veículo ficou no estacionamento mais próximo ao Solar Ferrão. Apesar desse estacionamento ser o mais próximo ao local de visita, não apresenta facilidades para locomoção dos usuários. Seu elevador está desativado e ao chegar na Praça das Artes, Cultura e Memória, local que o visitante é obrigado a transpor para alcançar a Rua Gregório de Matos, se vê diante de uma escada com 25 degraus. A participante observou que o acesso é difícil desde a chegada e que a circulação no entorno da edificação objeto de estudo é ruim. Como principais obstáculos à chegada citou os passeios estreitos nos trechos que não fazem parte da rota acessível, as pedras escorregadias, as escadas do estacionamento e da Praça das Artes. Comentou que os visitantes e usuários que utilizam transportes coletivos têm muita dificuldade para chegar ao local analisado, devido à distância dos pontos de ônibus e/ou devido aos itens citados anteriormente, além das ladeiras íngremes em alguns trechos do próprio Centro Histórico.

A participante entrou e circulou pelos ambientes internos do Solar sem grandes dificuldades. Teve bastante atenção para ultrapassar os degraus e desníveis existentes nos diversos ambientes. Para subir a escadaria de mármore, procurou um

corrimão. Na inexistência desse equipamento se dirigiu à parede lateral da escada para buscar apoio com as mãos (Figura 50). Subiu a escadaria de forma vagarosa, apoiada na parede lateral. Circulou com facilidade por todos os ambientes, observou que os objetos expostos e as placas informativas estavam bem visíveis e legíveis (Figura 51). De acordo com a participante, pessoas com maior dificuldade de locomoção e cadeirantes precisarão da ajuda de terceiros para participar de todas as atividades realizadas no local, devido principalmente ao número de escadas e desníveis entre alguns ambientes.

Na simulação do uso do sanitário, observou que o ambiente com os lavatórios é amplo, mas as áreas das bacias sanitárias são muito apertadas e a falta de barras de apoio dificulta o uso por pessoas idosas. Os outros equipamentos, como lavatórios, torneiras e saboneteiras estão fáceis de utilizar, segundo a participante.

No final da visita comentou que, para ela, descer as escadarias foi mais difícil que subir, pois a falta de corrimão provoca insegurança.

Figura 50: Solar Ferrão – escadaria – visita 01



Fonte: acervo da autora, 2015.



Figura 51: Solar Ferrão – Visita 01  
Coleção de Arte Africana



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.1.3.2 Visita 2 – Solar Ferrão: visitante idoso com deficiência permanente moderada

Participante: P.C.M., 70 anos, gênero masculino. Apresenta leve dificuldade de locomoção provocada pela deficiência na perna esquerda ocasionada por acidente automobilístico.

Experiência: primeira visita ao Solar Ferrão

Atividade: Chegar ao Centro Histórico de Salvador, localizar e caminhar pela rota acessível, seguir para o Solar Ferrão e visitar todas as salas de exposição disponíveis, além de simular o uso do sanitário.

A visita ao Solar Ferrão foi realizada no dia 19 de maio de 2015, no período entre 15:30 e 17:00 h. O participante chegou ao Centro Histórico de automóvel particular como passageiro. O veículo ficou no estacionamento mais próximo ao Solar Ferrão, já citado na visita 01. O participante reclamou da falta de elevadores no estacionamento. Ao acessar a Rua Gregório de Matos em local já contemplado pela

rota acessível, observou que o passeio está em bom estado e que a largura permite o acesso de qualquer pessoa, inclusive cadeirantes. Entrou com facilidade no Solar Ferrão, circulou pelo pavimento térreo e se dirigiu à escadaria para acessar os pavimentos superiores. Imediatamente procurou um corrimão. Como não existem corrimãos nessa escada, apoiou a mão no guarda corpo lateral e subiu cuidadosamente a escada (Figura 52). Circulou pelos ambientes da exposição de arte africana, não apresentando qualquer dificuldade para circular, ler as informações e observar as obras de arte. Seguiu para o andar superior, também com bastante cautela na escadaria. Circulou e observou o acervo sem dificuldades. Apenas em algumas mesas mais baixas de exposição, percebeu que as placas informativas localizadas sobre as mesas ficam um pouco baixas, o que dificulta a leitura das informações.

Desceu as escadarias em direção às salas de exposição localizadas no subsolo com a mesma cautela da subida, se apoiando no guarda-corpo de alvenaria e mármore e, em seguida, na parede lateral dos lances de escada existentes entre o pavimento térreo e os subsolos. Visitou as demais salas de exposição sem dificuldades (Figura 54).

Na simulação do uso do sanitário, observou que é apertado, sem barras de apoio e impossível de ser usado por um cadeirante.

De maneira geral, avaliou que o deslocamento entre os diferentes andares para pessoas com deficiência física é difícil e para o usuário de cadeira de rodas é impossível, devido à extensão das escadas. Registrou que a sinalização informativa é suficiente e observou que o local proporciona atendimento especial para pessoas com dificuldade de locomoção, já que a equipe de atendimento do equipamento cultural mostrou-se solícita e disponível.

A saída foi realizada pelo acesso dos fundos, já que este se interliga com a Praça das Artes e o estacionamento utilizado (Figura 54). Fez esta opção, para evitar subir dois lances de escadas com 30 degraus no total. Por essa saída, existe uma escadaria em mármore com alguns degraus danificados na borda, que podem provocar acidentes (Figura 55).

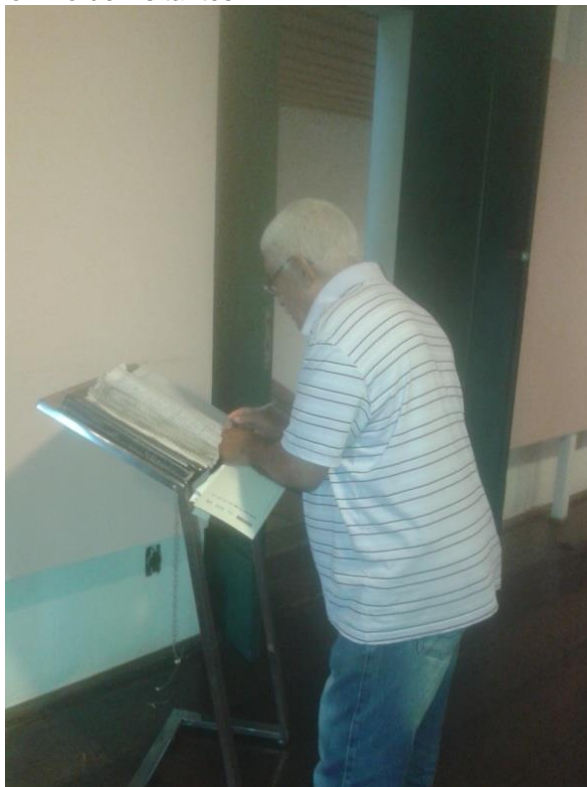


Figura 52: Solar Ferrão – escadaria – Visita 02



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 53: Solar Ferrão – Participante assinando o livro de visitantes



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 54: Solar Ferrão – escadaria de acesso à Praça das Artes, Cultura e Memória



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 55: Solar Ferrão – detalhe – degrau danificado da escadaria de acesso à Praça das Artes, Cultura e Memória



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.1.3.3 Visita 03 – Solar Ferrão: visitante com deficiência permanente moderada

Participante: O.S.S., 26 anos, gênero feminino. Apresenta dificuldade de locomoção provocada por Paraparesia Espástica (não elastecimento dos tendões inferiores)

Experiência: já realizou outras visitas ao Solar Ferrão.

Atividade: Chegar ao Centro Histórico de Salvador, localizar e caminhar pela rota acessível, seguir para o Solar Ferrão e visitar todas as salas de exposição disponíveis, além de simular o uso do sanitário.

A visita ao Solar Ferrão foi realizada no dia 09 de julho de 2015, no período entre 15:30 e 16:30 h. O participante chegou ao Centro Histórico de automóvel particular como passageiro. O veículo ficou estacionado no Terreiro de Jesus em vaga a aproximadamente 30 metros da Rota Acessível do CHS. Teve facilidade em circular pela rota, pois não encontrou obstáculos. O percurso realizado só apresentou declive na Rua Gregório de Matos, mas a participante não mostrou dificuldade em caminhar nesse trecho. Criticou o fato de a rota terminar antes de alcançar ruas e edificações importantes.

Ao chegar ao Solar Ferrão, notou de imediato o desnível existente na soleira da porta principal e preocupou-se com as escadarias. Apesar de já ter visitado o Solar Ferrão em outras ocasiões, questionou se teria que subir e descer tantos degraus, pois, mesmo não apresentando maiores dificuldades de caminhar em áreas planas, a subida e descida, principalmente de degraus ou de rampas muito inclinadas, força os tendões inferiores, causando dores no joelho e na coluna. Explicou que a falta de elasticidade dos tendões, a obriga a andar na ponta dos pés e a não os elevar muito nos movimentos de caminhar.

Circulou pelo ambiente da Galeria Solar Ferrão, localizada no pavimento térreo, observando o tipo de piso, e destacou que qualquer desnível ou mesmo pequena inclinação no piso, causa desconforto e insegurança, pois, como não levanta muito os pés ao caminhar, qualquer irregularidade é percebida. Destacou que o piso de tabuado é excelente, mas a tijoleira nem tanto. Como a tijoleira nesse ambiente está em ótimo estado e com superfície regular, concluiu que este aspecto é positivo.

Simulou a utilização do sanitário e observou que é muito apertado e desconfortável na área das bacias sanitárias, além de não possuir qualquer

equipamento de acessibilidade. No ambiente dos lavatórios, registrou que a altura de todos os equipamentos e acessórios estava de acordo com as suas necessidades.

Seguiu para a escadaria com o intuito de visitar o pavimento denominado entressolho. Nesse momento, mostrou necessitar de apoio para subir as escadas (Figura 56), quando prontamente foi questionada pela funcionária do local se precisaria de ajuda para subir. Subiu o primeiro lance apoiada de um lado pelo corrimão da escadaria e do outro com o apoio do braço da pesquisadora que a acompanhava. Visitou a exposição de arte Africana com facilidade e seguiu para o pavimento nobre. Utilizou a escadaria da mesma forma, comentando que o corrimão é muito alto e de material liso (mármore).

A circulação e observação do acervo ocorreu sem obstáculos ou dificuldades. Em seguida, desceu cuidadosamente a escadaria, ainda apoiada dos dois lados até os subsolos da edificação, onde visitou os demais ambientes de exposição. Reclamou dos degraus existentes na Sala de Arte Popular e da tijoleira mais desgastada das salas dos subsolos. Observou ainda que, após a primeira oferta de ajuda, nenhum outro funcionário do local perguntou se ela precisava de auxílio para locomover-se.

Figura 56: Solar Ferrão – participante subindo a escadaria – Visita 03



Fonte: acervo da autora, 2015.

#### 3.1.3.4 Visita 04 – Solar Ferrão: visitante deficiente usuário de cadeira de rodas

Participante: S.A.M. P., 49 anos, gênero feminino. Paraplégica desde os 19 anos de idade em decorrência de acidente.

Experiência: primeira visita ao Solar Ferrão

Atividade: Chegar ao Centro Histórico de Salvador, localizar e caminhar pela rota acessível, seguir para o Solar Ferrão e visitar todas as salas de exposição disponíveis, além de simular o uso do sanitário.

A visita ao Solar Ferrão foi realizada no dia 01 de agosto de 2015, no período entre 16:00 e 16:30 h. A participante chegou ao Centro Histórico de automóvel particular como passageira. Estava acompanhada de dois adultos e uma criança. O veículo ficou estacionado no Terreiro de Jesus.

A participante se dirigiu à rota acessível e se deslocou até o Solar Ferrão. Nos trechos mais planos da rota, manipulou a cadeira de rodas sozinha, mas nos trechos com declividade precisou de ajuda para empurrar a cadeira de rodas (Figura 57). Comentou que a circulação pela rota acessível estava boa e que antes da implantação da rota, quando realizou atividades profissionais no Centro Histórico, teve muita dificuldade em circular pelas ruas. O piso liso e o alargamento das calçadas favoreceram o deslocamento da cadeira de rodas. Chegando ao Solar Ferrão, precisou de ajuda para entrar no edifício, devido ao degrau da entrada principal. A cadeira foi carregada por duas pessoas. Ao avistar as escadarias que seriam necessárias transpor para realizar a visita completa, imediatamente falou que preferia não subir (Figura 58). Afirmou que quando está viajando, caso encontre uma barreira desse tipo em atrativos turísticos, prefere pedir o folheto para obter informações do local, mas não acessa os ambientes. Assim, deixa de conhecer ao vivo o acervo disponibilizado ao público. Visitou a galeria do pavimento térreo sem qualquer dificuldade (Figura 59). Transpôs o desnível entre o vestíbulo de entrada e o salão da galeria, manobrando sozinha a cadeira de rodas e tentou utilizar o sanitário. Uma funcionária do Solar Ferrão abriu a porta dupla do sanitário (normalmente apenas uma folha fica aberta), a participante entrou no ambiente do lavatório, mas não conseguiu entrar na pequena área onde existe a única bacia sanitária disponível para usuárias do gênero feminino, pois a porta possui largura inferior a 80 cm (Figura 60). Observou também que os lavatórios de coluna, impossibilitam a sua aproximação. Voltando ao vestíbulo e questionada novamente sobre a possibilidade de visitar os outros andares,

recusou-se a subir, mesmo após um de seus acompanhantes insistir dizendo que a carregaria até os outros pavimentos. Em sua avaliação registrou como impossível o deslocamento entre os andares da edificação, não percebeu nenhum atendimento diferenciado para o público deficiente físico e avaliou a sinalização existente como difícil de visualizar. Para obter atendimento e informações considerou sem problemas, mas registrou que, para visitar a edificação, mesmo parcialmente, necessitaria estar sempre acompanhada.

Figura 57: Rua Gregório de Matos – CHS  
Visita 04



Fonte: acervo da autora, 2015.



Figura 58: Solar Ferrão – visita 04



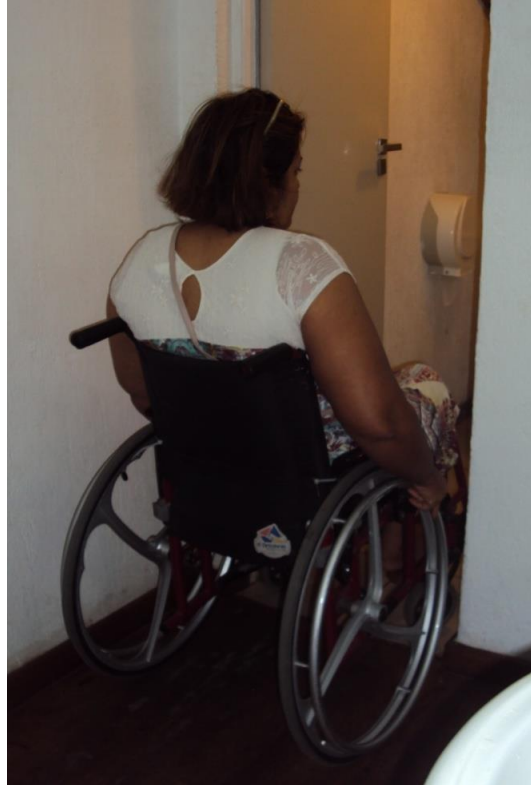
Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 59: Solar Ferrão – Galeria – Visita 04



Fonte: acervo da autora, 2015

Figura 60: Solar Ferrão – Sanitário – Visita 04



Fonte: acervo da autora, 2015.

#### 3.1.4 A visão do gestor

Em questionário respondido no mês de julho de 2015, Sra. Osvaldina Cesar Soares, museóloga e coordenadora do Solar Ferrão informou que o público que frequenta a instituição é composto principalmente por estudantes, professores e turistas nacionais com uma média de 2.150 visitantes/mês. Esclareceu que a última intervenção restaurativa no imóvel ocorreu na década de 1980, quando da implantação da galeria, do Museu Abelardo Rodrigues e da sede do IPAC. Na ocasião, houve uma restauração da edificação, contemplando a recuperação dos bens integrados. Depois disso, têm ocorrido melhorias para conservação do prédio e das salas de exposição.

A manutenção do edifício é realizada por uma equipe de manutenção predial. Os recursos financeiros são de responsabilidade da instituição mantenedora, o IPAC. Segundo a coordenadora, existem situações em que ocorre a contratação de empresas para a realização de alguns serviços, mediante licitação pública.

Quanto à existência de equipamentos de acessibilidade, a Sra. Osvaldina esclarece que existem apenas dois sanitários adaptados para deficientes físicos, que



foram implantados na restauração dos anos 1980. Esses sanitários encontram-se em bom estado de funcionamento e disponíveis para uso do público visitante, de acordo com a gestora. Observou também que a instalação desses equipamentos não causou nenhum prejuízo ao patrimônio tombado. Quanto às principais dificuldades encontradas na implantação/adequação de equipamentos para acessibilidade, esclarece que o Solar não foi construído para ser um equipamento cultural e precisou ser adaptado para esse fim. Devido a isso, sofre limitações para uma intervenção dessa espécie, considerando que se trata de uma edificação histórica, que possui tombamento individual, além de ser integrante do Centro Histórico, possuindo uma série de normas que devem ser respeitadas. Ressalta que o Solar Ferrão possui um projeto para requalificação dos seus espaços e exposições, já aprovado pelo IPHAN e pelo IPAC, atendendo ao item acessibilidade universal. O início das obras ainda está sem previsão de data, aguardando a liberação de recursos financeiros. O citado projeto contempla, além da acessibilidade universal, a previsão de espaço para a reserva técnica, espaços de convivência, salas multiuso e salas de exposições. Para atender ao público deficiente físico, esclarece que a depender do grau de deficiência que o visitante apresente, ele visitará apenas o andar térreo, sem ter acesso aos demais espaços, devido à existência das escadarias. Os mediadores culturais são treinados para o atendimento desse público específico, possuindo, por enquanto, noções básicas de atendimento, mas continuam em processo de treinamento para melhor atender ao visitante com deficiência.

Também no mês de julho de 2015, o IPAC, através da Coordenação de Projetos e Obras (COPRO), esclareceu sobre o projeto de requalificação do Solar Ferrão. Até o citado período, foram elaborados o diagnóstico da edificação e os projetos básicos arquitetônico e expográfico, já aprovados pelo próprio IPAC e pelo IPHAN. A requalificação visa à preservação e dinamização dos acervos museológicos e possui como objetivo assegurar a melhora física e tecnológica do equipamento, modernizando e equipando os espaços e agregando novas tecnologias, prestando assim melhor qualidade de serviço aos seus usuários. O edital de contratação da empresa para a elaboração e execução do projeto executivo prevê que o projeto arquitetônico deverá atender às normas de acessibilidade universal, às legislações e normas técnicas e aos parâmetros definidos pelo IPHAN, objetivando acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais. Essa coordenação (COPRO)

também observou que a não execução das obras se deve à falta de recursos financeiros para a realização das intervenções necessárias.

### 3.1.5 Recomendações

Para o acesso ao Solar Ferrão recomenda-se o nivelamento da calçada para vencer o desnível externo de 3,5 cm existente entre o passeio e a soleira da portada principal. Os desníveis entre a calçada e as diversas portas de acesso ao Solar Ferrão são de alturas variadas, devido à declividade existente em toda extensão da fachada principal do edifício. Apesar da NBR 9050/2015 determinar que, nas edificações e equipamentos urbanos, todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício, há uma ressalva na condição de edificações existentes:

Na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes, todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos. Nestes casos a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m. (ABNT, 2015, p. 54).

Assim considerado, essa entrada acessível ao cadeirante poderá ser pela portada de menor desnível, citada anteriormente, que também se caracteriza por ser a entrada de acesso de maior número de pessoas ao edifício. O acesso aos demais ambientes e equipamentos se fará a partir dessa entrada (Figura 61).

Figura 61: Solar Ferrão – Portada de acesso



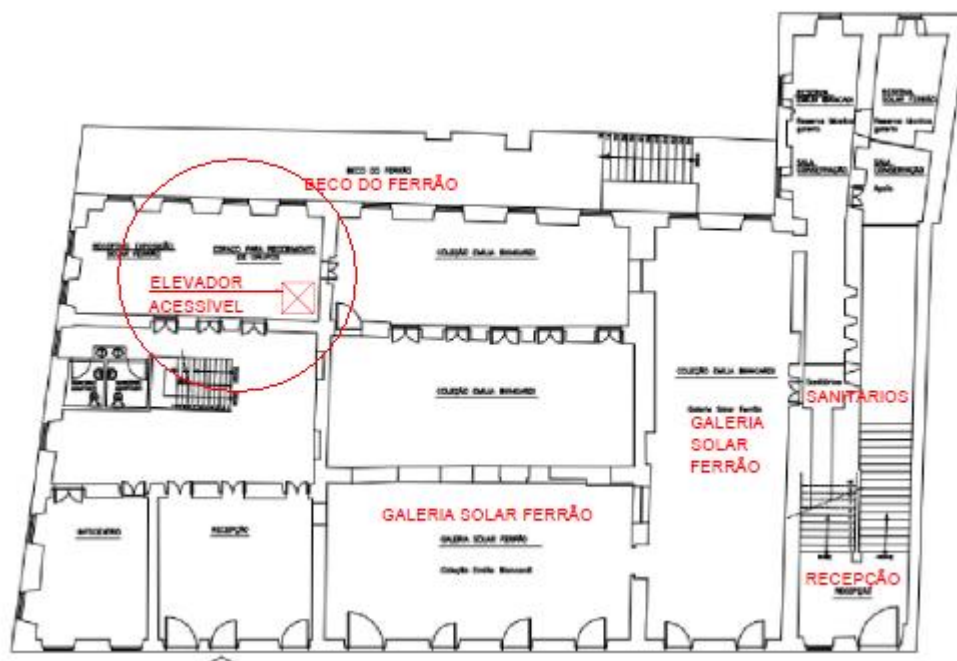
Fonte: acervo da autora, 2014.

Para a parte interna com desnível de 26 cm, a rampa deverá possuir inclinação máxima de 8,33%, já que o espaço à frente da porta permite o avanço da rampa. Como não há parede na lateral esquerda da entrada, deve-se instalar uma guia de balizamento com altura mínima de 0,05 m na lateral da rampa. A rampa interna deverá ser instalada de forma que se permita a reversibilidade da instalação. O material que se sugere é estrutura metálica com piso emborrachado, lembrando que o piso existente não deverá ser retirado ou danificado. Para o acesso entre o hall de entrada e a Galeria Solar Ferrão, a rampa deverá seguir a mesma inclinação e materiais citados para a parte interna do acesso ao imóvel.

A instalação de elevador é item indispensável para acesso a todos os pavimentos da edificação. Sugere-se que o elevador seja do modelo panorâmico, instalado na fachada dos fundos, onde janelas em coluna poderão ser adaptadas para portas do elevador. A localização mais exata do elevador (qual coluna de janelas da fachada posterior) poderá ser determinada após a definição de novo *layout* dos salões de exposição e da circulação horizontal. Apenas deve-se evitar a coluna de janelas que possui janela-balcão.

Outra opção possível é a instalação do elevador na área interna do Solar, em localização indicada em planta baixa (Figura 62). Ambas as possibilidades permitem que o elevador alcance todos os pavimentos da edificação, já que os subsolos possuem área reduzida e concentrada ao fundo da edificação. Para qualquer escolha entre as duas opções, um estudo técnico mais detalhado será necessário. Quanto às dimensões e demais determinações quanto à acessibilidade, a NBR 13994/2000 (ABNT/2000) deverá ser consultada.

Figura 62: Solar Ferrão – Planta Baixa Pavimento Térreo – localização do elevador acessível



Fonte: adaptado pela autora a partir de plantas baixas de cadastro cedidas pelo IPAC, 2015.

Com a instalação do elevador, os desníveis existentes nos acessos atuais aos salões de exposição, deverão ser sinalizados com faixa alerta de piso. Observa-se que a colocação de rampas nesses locais apresenta-se impraticável, pois ficariam avançando nos patamares das escadarias.

Por sua vez, a instalação de corrimãos, de acordo com as recomendações da NBR 9050/2015, deverá ocorrer nas escadarias de acesso a todos os pavimentos. Na subida para o entressolho e o pavimento nobre, o corrimão deverá ser instalado no lado esquerdo de quem sobe (lado da parede cega) e na escadaria que desce para os subsolos, deverá ser instalado nas duas laterais. Apesar da NBR 9050/2015 indicar como necessário o corrimão intermediário nas escadas com largura superior a 2,40m, entende-se que, para a situação estudada, apesar das escadarias possuírem 2,60 m de largura, o corrimão no meio seria um elemento agressivo ao patrimônio, além de sua instalação poder provocar danos ao piso. As dimensões e detalhes de instalação dos corrimãos deverão atender à NBR 9050/2015.

Os desníveis existentes nas salas de exposição de arte popular deverão receber rampas na mesma largura das portas e inclinação de até 8,33%. Com material removível e piso antiderrapante. A tijoleira do piso não poderá sofrer danos.

O sanitário já adaptado deverá se adequar aos padrões da NBR 9050/2015, uma vez que a situação encontrada não está totalmente de acordo com a citada Norma, conforme apresentado no Quadro 1 (p. 77).

Em relação ao mobiliário, para possibilitar a aproximação frontal do cadeirante, a mesa do vestíbulo deverá ser substituída por mesa ou balcão com altura de 0,90 m na sua face superior. Deve possuir altura livre inferior de, no mínimo, 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de, no mínimo, 0,30 m. Essas medidas devem ser adotadas em toda a extensão da mesa ou balcão ou em uma parte de suas superfícies, com extensão de, no mínimo, 0,90 m. Para substituir os púlpitos para assinatura nos livros de visitantes, deverá ser instalado balcão com, no mínimo, 0,90m de largura e as mesmas dimensões do balcão do vestíbulo.

Todo o edifício deverá receber sinalização indicativa de acessibilidade.

## 3.2 EDÍFICIO SITUADO À PRAÇA ANCHIETA, 18 – HOTEL VILLA BAHIA

Dentre as edificações selecionadas para esse estudo, um edifício histórico adaptado para uso como meio de hospedagem representa um exemplo de equipamento turístico importante para análise de acessibilidade. O Hotel Villa Bahia é classificado como Hotel Histórico que, segundo o sistema de classificação de meios de hospedagem do Ministério do Turismo, define-se como hotel instalado em edificação de importância histórica, ou seja, com características arquitetônicas de interesse histórico (BRASIL, 2010).

### 3.2.1 Histórico do edifício, características e dados do tombamento

Sobrado urbano localizado na Praça Anchieta (Largo do Cruzeiro de São Francisco), número 18 (Figura 63). Trata-se de um edifício de três pavimentos, construído em meados do século XVII, onde hoje funciona um hotel histórico. O edifício integra-se volumetricamente ao vizinho, de número 20 e foi tombado pelo IPHAN no ano de 1943 (nº Processo 0250-T; Livro Histórico nº inscr.: 193; Vol.1; f. 032; data: 22/02/1943).

O inventário de proteção do acervo cultural da Bahia o descreve como um edifício de notável mérito arquitetônico, acrescentando que: “Apresenta janelas de púlpito no segundo andar, cercaduras e bacias de balcão em arenito escuro. [...]. As grades do balcão, como as do prédio vizinho, são do final do século XIX. Interiormente encontra-se muito estragado e alterado.” (IPAC, 1975, p. 239).

O hotel, que também ocupa o sobrado de número 16, está instalado no local desde 2006. A restauração do edifício iniciou-se em 2005 e a obra, que durou um ano, respeitou a arquitetura existente, tendo sido acompanhada pelo IPAC e pelo IPHAN (VILLA BAHIA HOTEL, s.d.).

Figura 63: Praça Anchieta, nº 18 e 20



Fonte: acervo da autora, 2014.

Para a adaptação dos imóveis, a área interna foi totalmente remodelada, conservando-se a fachada e elementos significativos como as paredes mestras em alvenaria de pedra. Apesar de ser tombado individualmente, o edifício encontrava-se, como já citado, muito estragado e alterado no seu interior, além de ter sofrido obras sem autorização do IPHAN em períodos anteriores (IPAC, 1975, p. 239).

Durante as obras de adaptação para o uso atual como meio de hospedagem, foi descoberta uma *mikvé* – local para imersão ritual em água corrente, utilizada pelo judaísmo – revestida de azulejos seiscentistas (CORREIO DA BAHIA, 2012). A *mikvé*, além de importante equipamento arquitetônico, sendo um achado arqueológico único no Brasil, possui inestimável valor histórico, principalmente quanto ao mapeamento da origem do judaísmo no país (Figura 64).

Figura 64: Praça Anchieta, nº 18. Mikvé – Centro Histórico de Salvador



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.2.2 Avaliação técnico – funcional

O Hotel Villa Bahia se situa em local contemplado pela Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador (Largo do Cruzeiro de São Francisco). Nesse trecho da rota acessível o piso é de granito, pois já existia uma passarela implantada pelo escritório da arquiteta Lina Bo Bardi (BAHIA, 2013, p. 47), que, durante a implantação da Rota Acessível do CHS, teve apenas a requalificação do rejunte das pedras, que se encontravam bastantes desgastadas.

O meio de hospedagem estudado é de propriedade particular e pertence ao grupo francês *Voyageurs du Monde*. A edificação possui uso específico, conforme já explicitado, encontrando-se em ótimo estado de conservação. A instituição possui serviço direto ao consumidor e presta atendimento regular a turistas. Como o imóvel número 16 é conjugado ao edifício objeto de estudo, mesmo não sendo tombado isoladamente, será parte dessa avaliação, devido à impossibilidade de analisar os requisitos de acessibilidade apenas do imóvel número 18, já que os ambientes foram unificados para o funcionamento do hotel. O meio de hospedagem em questão não possui instalações que atendam totalmente aos requisitos de acessibilidade, conforme análise dimensional e diagnóstico apresentados a seguir.



### 3.2.2.1 Acesso externo – calçadas e circulação

Conforme citado, a Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador contempla o Largo do Cruzeiro de São Francisco, passando pela frente do Hotel Villa Bahia. O hóspede ou outro usuário local dos serviços do hotel (restaurante e bar) tem acesso principalmente alcançando o Cruzeiro de São Francisco pelo Terreiro de Jesus ou pela Rua São Francisco. Chegando de automóvel, como passageiro, poderá desembarcar diretamente no Largo do Cruzeiro, acessando imediatamente a rota acessível por qualquer uma das opções de chegada descritas anteriormente. Mesmo o hóspede puxando malas com rodízios não encontra dificuldades no seu deslocamento. Caso use os serviços dos estacionamentos do CHS, o usuário tem a opção de utilizar o estacionamento que dá acesso à Rua das Laranjeiras, por conectar-se com a rota acessível. Seguirá pela Rua das Laranjeiras, virando à esquerda na Rua Inácio Acciole e alcançando o Cruzeiro de São Francisco, ou, ainda pela Rua das Laranjeiras, virando à esquerda na Rua Gregório de Matos, também alcançando o Cruzeiro de São Francisco. O usuário que chegar ao CHS de transporte coletivo ou ônibus de turismo encontrará dificuldade de deslocamento entre o local de desembarque (nas imediações da Praça Municipal) e o trecho mais próximo da rota acessível (Terreiro de Jesus), caso tenha dificuldade de locomoção ou carregue bagagens.

### 3.2.2.2 Acesso ao edifício

Na entrada do hotel, a porta principal tem largura de 1,28 m, atendendo bem às necessidades de acesso, mas o usuário encontrará uma barreira, devido à existência de um degrau de 20 cm de altura entre a calçada e o interior do hotel (Figura 65). Um vestíbulo de entrada recebe o visitante que poderá se dirigir à direita para a recepção do hotel ou para a esquerda em direção ao restaurante e bar. Nas duas direções, há um desnível de 12 cm de altura, devidamente sinalizado com faixa de alerta de piso na cor vermelha, pois o piso da recepção e da área do restaurante é mais baixo que o do vestíbulo (Figura 66).

Figura 65: Praça Anchieta, nº 16/18  
Porta de acesso ao hotel



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 66: Praça Anchieta, nº 16/18 – desnível entre vestíbulo e restaurante



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.2.2.3 Circulação interna, sanitários, escadas e outros

A área de circulação no ambiente da recepção é ampla. Para o hóspede efetuar o seu registro, não existe um balcão e, sim, uma mesa em madeira com cadeiras à frente (Figura 67). A área permite a aproximação à mesa para o cadeirante, mas a mesa não permite a aproximação frontal, já que a altura do tampo é de 77 cm e a área livre sob a mesa é de 63,5 cm, sendo 73 cm a altura mínima necessária para a cadeira encaixar sob a mesa.

Figura 67: Praça Anchieta, nº 18 – Hotel Villa Bahia – Recepção



Fonte: acervo da autora, 2015.

No restaurante e bar, a área para circulação entre os ambientes atende aos requisitos, com distância média de 1,10 m entre os móveis. Na área de mesas do bar, não há atendimento aos requisitos, uma vez que as mesas e cadeiras encontram-se muito próximas umas das outras e a altura livre sob as mesas é de apenas 69 cm (Figura 68). A mesma altura se apresenta também sob as mesas do restaurante (Figura 69). Entre o restaurante e o pátio externo, também utilizado com área do restaurante, com mesas e cadeiras do mesmo modelo, encontram-se três portas de folha dupla com largura mínima de 1,16 m. Há um pequeno desnível nas soleiras dessas portas que variam entre 3 e 5 cm de altura (Figura 70). Apesar das portas largas, a distribuição das cadeiras no ambiente impede o acesso livre de uma cadeira de rodas e os desníveis, mesmo pequenos são maiores que 1,5 cm, já exigindo uma pequena rampa para facilitar o acesso.



Figura 68: Praça Anchieta, nº 16 – Hotel Villa Bahia – Bar



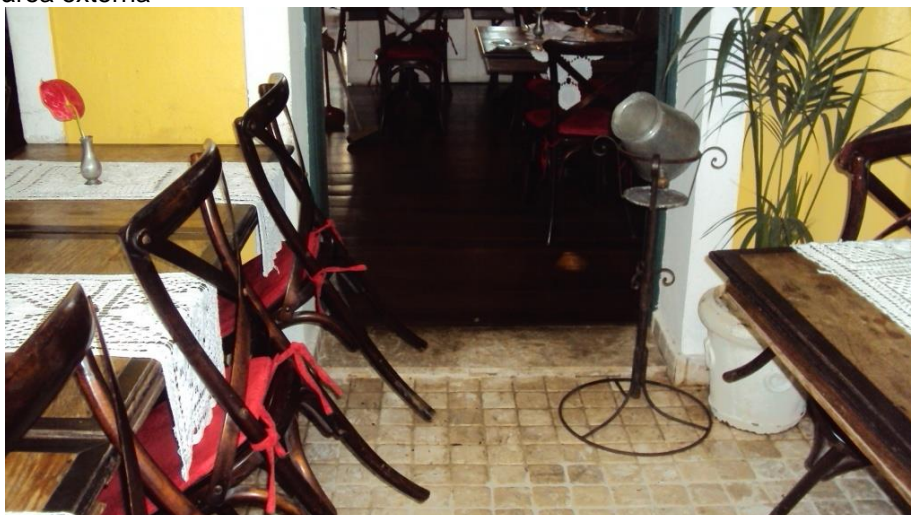
Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 69: Praça Anchieta, nº 16 – Hotel Villa Bahia – Restaurante



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 70: Praça Anchieta, nº 16 – Hotel Villa Bahia – Restaurante – área externa



Fonte: acervo da autora, 2015.

Entre o salão do restaurante e a sala de estar de uso exclusivo de hóspedes (Figura 71), a porta, também de duas folhas, possui largura de 1,26 m, mas encontram-se dois degraus de 19 cm de altura e 30 cm de passo (largura do piso). A área de circulação nesse ambiente é livre e ampla. Da sala de estar existe acesso para outro pátio externo, originalmente pertencente ao edifício nº 18, onde se localiza a piscina e a *mikvé*. Apesar de ser área de uso dos hóspedes, o hotel permite o acesso de visitante, uma vez que muitas pessoas solicitam conhecer a *mikvé*, elemento que revela e atesta a importância histórica do imóvel. Entre a sala de estar e a área da piscina a porta com 1,21 m de largura também atende aos requisitos de acessibilidade, mas há um desnível de 5 cm na soleira entre os ambientes (Figura 72).

Figura 71: Praça Anchieta, nº 16/18  
Hotel Villa Bahia – degraus entre  
restaurante e sala de estar



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 72: Praça Anchieta, nº 18  
Hotel Villa Bahia – desnível entre sala de  
estar e pátio da piscina



Fonte: acervo da autora, 2015.

O usuário que necessite utilizar os sanitários deverá se dirigir ao saguão de recepção, acessar o corredor à esquerda que possui largura de 2,06 m. Nesse corredor se localizam dois sanitários. O feminino (Figuras 73 e 74), parcialmente adaptado, possui porta de acesso de 89 cm de largura e maçaneta do tipo argola. Essa porta é pesada e quando aberta, possui vão livre de, no máximo, 79,5 cm. Possui molas e, por isso, o usuário deve segurá-la firmemente para conseguir entrar no sanitário. A avaliação do sanitário feminino apresenta-se no Quadro a seguir:

Quadro 3: Medidas dos equipamentos do sanitário social feminino – Hotel Villa Bahia

Item	Situação indicada pela NBR 9050/2015	Situação encontrada
Largura da porta	Mínimo de 80 cm	<b>79,5 cm</b>
Área para transferência lateral, perpendicular e diagonal ao vaso sanitário	80 cm de largura x 120 cm de comprimento	<b>65 cm de largura</b>
Altura da bacia sanitária	Entre 43 e 45 cm	<b>40,5 cm</b>
Comprimento das barras de apoio da bacia sanitária	Mínimo de 80 cm	90 cm
Altura das barras	75 cm (do piso)	76 cm
Diâmetro da seção circular das barras	Entre 3 e 4,5 cm	3,0 cm
Avanço da barra lateral em relação à extremidade frontal da bacia sanitária	50 cm	53 cm
Distância entre o eixo do vaso e a face da barra lateral	40 cm	<b>37 cm</b>
Lavatório	Sem coluna	<b>Com coluna</b>
Tipo da maçaneta	Alavanca	<b>Argola</b>
Altura da maçaneta	90 a 110 cm	<b>115 cm</b>
Altura do lavatório	78 a 80 cm	79,5 cm
Altura da papeleira	55 cm	<b>44 cm</b>
Altura do toalheiro	Entre 80 e 120 cm	<b>143 cm</b>
Altura máxima da descarga (botão de acionamento)	100 cm	<b>130 cm</b>
Altura da saboneteira	Entre 80 e 120 cm	109 cm
Torneira	Tipo alavanca ou sensor	<b>De giro</b>

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Em destaque, na cor vermelha, os itens em não conformidade com a NBR 9050/2015.

Outros dados são: piso em mármore, não possui ducha higiênica e dimensões de 2,04 x 2,07 m.



Figura 73: Praça Anchieta, nº 18  
Hotel Villa Bahia – Sanitário feminino



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 74: Praça Anchieta, nº 18  
Hotel Villa Bahia – Lavatório do sanitário feminino



Fonte: acervo da autora, 2015.

O sanitário masculino (Figura 75) não atende a pessoas com deficiência e apresenta características que dificultam seu uso por idosos ou por pessoas com mobilidade reduzida. Possui porta com largura de 68 cm e existe um degrau entre a área em frente ao lavatório e a área da bacia sanitária. Esse desnível é sinalizado com faixa de alerta no piso (Figura 76), mas, apesar do cuidado em sinalizar o desnível, essa característica impossibilita o uso pelo cadeirante e causa desconforto aos outros usuários.

Figura 75: Praça Anchieta, nº 18  
Hotel Villa Bahia – Sanitário masculino



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 76: Praça Anchieta, nº 18, Hotel Villa Bahia.  
Desnível do sanitário masculino



Fonte: acervo da autora, 2015.

A avaliação se ateve apenas às áreas sociais do hotel, mas, como foi realizada a visita à área privativa, especialmente a duas unidades habitacionais parcialmente adaptadas, que são indicadas para hospedagem de pessoas com necessidades especiais, apresentam-se a seguir algumas observações sobre a circulação, acesso e uso dessas unidades.

O hotel possui elevador (Figura 77), cujo acesso é feito através da área da recepção. Este equipamento foi instalado na parte do estabelecimento pertencente ao imóvel nº 16, ou seja, não faz parte da edificação tombada pelo IPHAN. O elevador possui cabine com dimensões 0,95 x 1,16 m. Sua porta de acesso tem 0,80 m de largura. A largura da porta atende à NBR 9050/2015, mas suas dimensões não, pois as medidas mínimas determinadas são 1,10 x 1,40 m para elevadores instalados após a sua vigência e 1,00 x 1,25 m para elevadores já existentes (ABNT, 2000).

Figura 77: Praça Anchieta, nº 16/18  
Hotel Villa Bahia – Porta do elevador  
Pavimento térreo



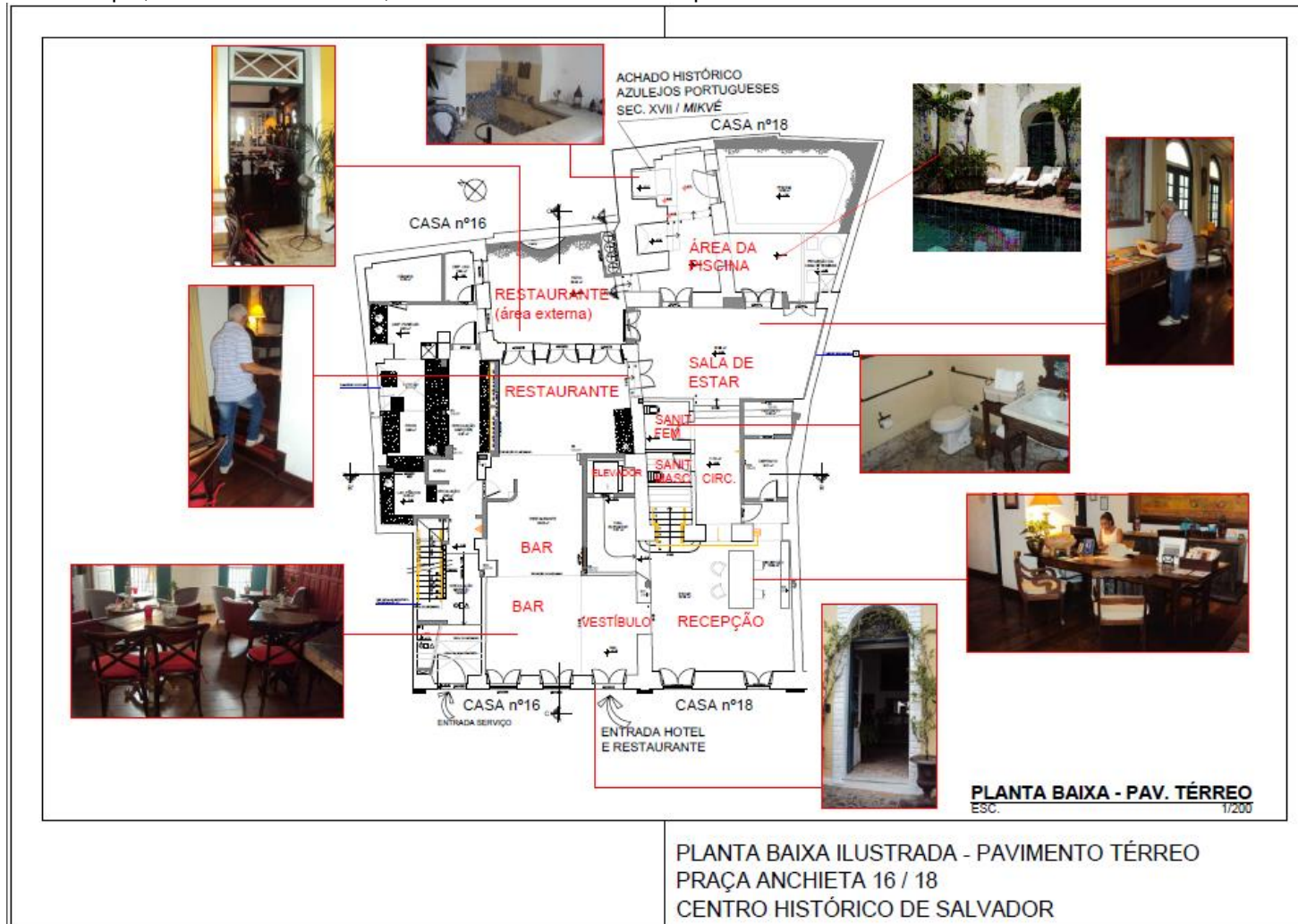
Fonte: acervo da autora, 2015.

A área em frente à porta de acesso ao elevador no térreo é 2,29 x 3,40 m, permitindo livre circulação de cadeira de rodas. Nos andares de acesso exclusivo de hóspedes, a circulação em frente ao elevador possui 1,22 m de largura, atendendo aos requisitos da NBR 9050/2015. As unidades habitacionais semi-adaptadas

encontram-se também no imóvel nº 16. Isto ocorre porque os imóveis possuem pés direitos de valores diferentes, o que provoca um desnível considerável entre os dois edifícios. Até no mesmo pavimento, ocorre um desnível que exige a existência de pequena escada. Devido a isso, as unidades habitacionais selecionadas para receber o hóspede com dificuldade de locomoção, obrigatoriamente, tiveram que se localizar no imóvel nº 16.

São duas unidades habitacionais mais espaçosas, com circulação livre para cadeiras de rodas. As barreiras existentes são relativas aos sanitários, que não possuem portas com largura maior ou igual a 80 cm, barras de apoio próximo à bacia sanitária e dentro do box, além de um dos sanitários possuir filete entre o piso e a área do banho.

Figura 78: Planta baixa ilustrada – Hotel Villa Bahia – Pavimento térreo  
Em destaque, com letras vermelhas, os ambientes de acesso ao público.



Fonte: elaborado pela autora com planta baixa cedida pela administração do Hotel Villa Bahia.

### 3.2.3 Avaliação dos participantes

No Hotel Villa Bahia foram realizadas duas visitas acompanhadas. A terceira visita, que seria realizada pela participante cadeirante, não ocorreu. A participante, percebendo que, para acessar a edificação, necessitaria do auxílio de duas pessoas para carregá-la em sua cadeira de rodas, preferiu não entrar no imóvel. A avaliação dos dois participantes da pesquisa apresenta-se a seguir:

#### 3.2.3.1 Visita 01 – Hotel Villa Bahia: visitante idoso com deficiência permanente moderada

Participante: P. C. M., 70 anos, gênero masculino. Apresenta leve dificuldade de locomoção provocada pela deficiência na perna esquerda ocasionada por acidente automobilístico.

Experiência: primeira visita ao Hotel Vila Bahia

Atividade: Chegar ao Centro Histórico de Salvador, localizar e caminhar pela rota acessível, seguir para o Hotel Villa Bahia e visitar todas as áreas sociais do hotel que incluem, vestíbulo, recepção com sala de estar, bar e restaurante, sala de leitura, área da piscina, além de simular o uso do sanitário.

A visita ao Hotel Villa Bahia foi realizada no dia 19 de maio de 2015, no período entre 14:30 e 15:20 h. O participante chegou ao Centro Histórico de automóvel particular como passageiro. O veículo ficou no estacionamento que dá acesso à Rua Gregório de Matos. O participante seguiu pela Rua Gregório de Matos, utilizando a rota acessível, em direção ao Cruzeiro de São Francisco. Chegando ao Hotel Villa Bahia, observou que a área externa, próxima ao hotel, não oferece dificuldades de acesso. Avaliou a circulação pela área externa e nas proximidades do hotel como muito boa.

Em seguida entrou no Hotel e circulou pelas áreas da recepção, restaurante e bar (Figura 79), sala de estar e área da piscina, onde observou a *mikvé* e realizou a leitura das informações. Voltou pela circulação entre a sala de estar e a recepção (Figura 80), parando no sanitário masculino para simular a sua utilização. De imediato observou e criticou a existência de um degrau no interior do sanitário (Figura 81).

No final da visita, avaliou o percurso como fácil para sua condição física, apesar da existência de muitos degraus e desníveis que podem impedir o livre acesso de



peças com maior dificuldade de locomoção. Considerou que pessoas com deficiência conseguem circular por todos os espaços sociais e participar de todas as atividades realizadas no local, porém apenas com a ajuda de terceiros. Considerou que o local possui atendimento especial para o público deficiente físico e que não há placas informativas suficientes para sinalizar os locais e ambientes do hotel.

Figura 79: Praça Anchieta, nº 16/18  
Hotel Villa Bahia – Desnível entre o  
restaurante e a sala de estar



Fonte: acervo da autora, 2015.



Figura 80: Praça Anchieta, nº 18  
Hotel Villa Bahia – Desnível entre  
Sala de estar e Recepção



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 81: Praça Anchieta, nº 18  
Hotel Villa Bahia – Sanitário masculino



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.2.3.2 Visita 02 – Hotel Villa Bahia: visitante com deficiência permanente moderada

Participante: O. S. S., 26 anos, gênero feminino. Apresenta dificuldade de locomoção provocada por Paraparesia Espástica (não elastecimento dos tendões inferiores)

Experiência: segunda visita ao Hotel Vila Bahia.

Atividade: Chegar ao Centro Histórico de Salvador, localizar e caminhar pela rota acessível, seguir para o Hotel Vila Bahia e visitar todas as áreas sociais do hotel que incluem vestíbulo, recepção com sala de estar, bar e restaurante, sala de leitura, área da piscina, além de simular o uso do sanitário.

A visita ao Hotel Villa Bahia foi realizada no dia 09 de julho de 2015, no período entre 14:00 e 14:30 h. A participante chegou ao Centro Histórico de automóvel particular como passageiro. O veículo ficou estacionado no Terreiro de Jesus, em vaga a, aproximadamente, 30 metros da Rota Acessível do CHS. Teve facilidade em circular pela rota, pois não encontrou obstáculos. Ao chegar ao Hotel imediatamente observou que o degrau da porta de entrada já apresenta uma barreira. Apoiou-se no batente da porta para entrar no hall do hotel, seguiu para a recepção onde se apresentou (Figura 82), circulou pela área do bar e restaurante, destacou que, com exceção das mesinhas redondas do bar, todos os móveis são pontiagudos, gerando insegurança para ela. Visitou a *mikvé* com especial interesse (Figura 83) e seguiu para os sanitários. Simulando a utilização do sanitário feminino, sugeriu que a barra lateral à bacia sanitária fosse mais longa (apesar desse item estar de acordo com a NBR 9050/2004) e chamou atenção para uma banquetta localizada entre a bacia sanitária e o lavatório (Figura 84). Sobre essa banquetta encontra-se um rolo de papel higiênico sobressalente. Apesar da utilidade dessa banquetta, caso o usuário com dificuldade em levantar-se da bacia tente apoiar-se nesse móvel, provavelmente a banquetta irá se inclinar, causando um acidente. Avaliou como suficientes as placas informativas para entrada, saída, nome do ambiente, indicação de sanitário e informações sobre a *mikvé*. Concluiu que pessoas com dificuldade de locomoção necessitarão da ajuda de terceiros para deslocar-se nos diferentes ambientes devido à existência de desníveis e degraus.

Figura 82: Praça Anchieta, nº 18  
Hotel Villa Bahia – Recepção – Visita 02



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 83: Praça Anchieta, nº 18  
Hotel Villa Bahia – Participante  
Observando *mikvé* – Visita 02



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 84: Praça Anchieta, nº 18  
Hotel Villa Bahia – Sanitário feminino



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.2.4 A visão do gestor

Em questionário respondido em maio de 2015, Sr. Bruno Pascal Guinard, diretor do Hotel Villa Bahia, formado em Turismo e funcionário do grupo a 10 anos, observa que o hotel está em constante manutenção e conservação dos seus espaços e estrutura física. Para manutenção da edificação, mantém pessoal próprio que realiza serviços constantes. Para maiores intervenções, contratam empresas especializadas. Confirma que a edificação possui elementos de acessibilidade, como os elevadores, que foram implantados durante as obras de adaptação do edifício para uso como meio de hospedagem, no ano de 2006. Observa que as principais dificuldades encontradas na implantação/adequação de equipamentos para acessibilidade foram o fato de o casarão ser tombado pelo IPHAN e a falta de espaço disponível. Mesmo com as dificuldades que se apresentaram, afirma que não houve nenhum tipo de prejuízo ao patrimônio durante a implantação dos equipamentos. Observa, ainda, que não possui pessoal treinado especificamente para atendimento ao público deficiente físico e que não existem projetos atualmente para a melhoria da acessibilidade, devido à dificuldade provocada pela falta de espaço físico e às restrições da legislação, pois o imóvel é tombado.

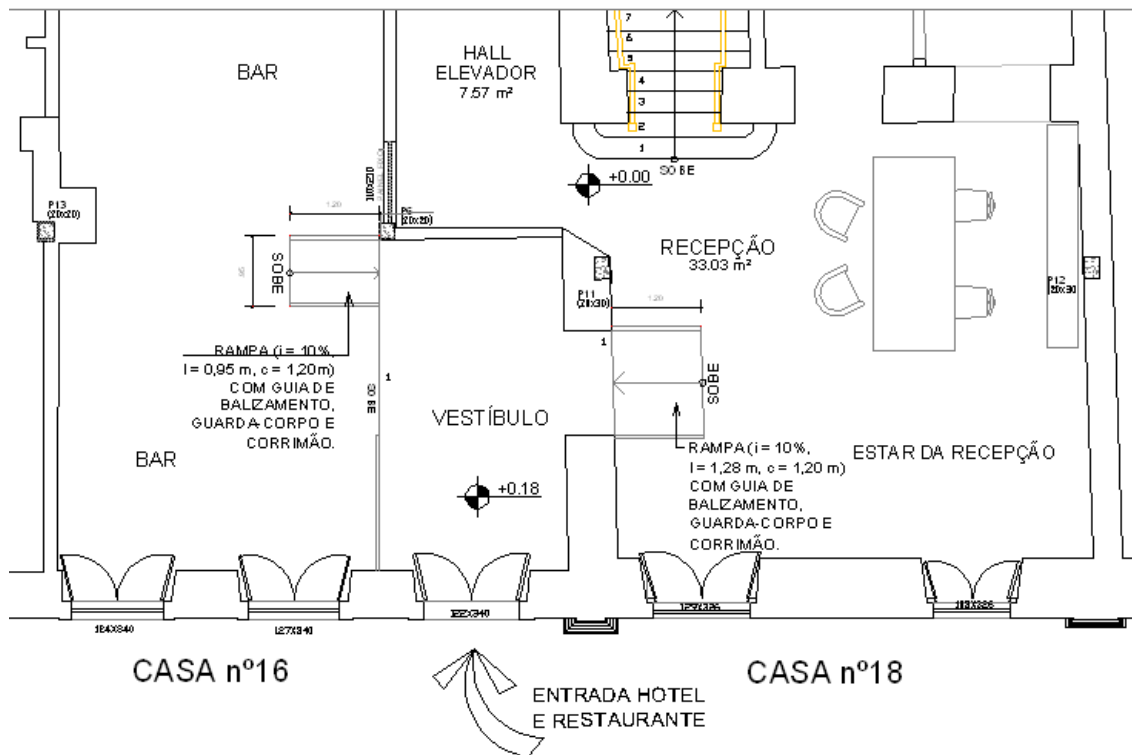
### 3.2.5 Recomendações

Para o acesso ao Hotel, recomenda-se a instalação de rampa na porta principal com largura de 1,28 m (mesma largura da porta) para vencer os 20 cm externos à edificação. A rampa deverá possuir inclinação máxima de 8,33%, abas laterais com inclinação de 10% e o material poderá ser o mesmo granito utilizado na passarela da rota acessível. No desnível existente, entre o vestíbulo e o bar/restaurante, deverá ser instalada uma rampa com largura mínima de 0,90 m, inclinação máxima de 10 % e guia de balizamento de 0,05 m na lateral. Apesar da NBR 9050/2015 estabelecer que a largura mínima admissível para rampas deverá ser de 1,20 m, sendo recomendada 1,50 m, essa norma admite que:

Em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou a adaptação da largura das rampas for impraticável, as rampas podem ser executadas com largura mínima de 0,90 m e com segmentos de no máximo 4,00 m de comprimento, medidos na sua projeção horizontal. (ABNT, 2015, p. 60).

No desnível existente entre o vestíbulo e a recepção deverá ser instalada uma rampa com mesma largura do vão de passagem, inclinação máxima de 10% e guia de balizamento de 0,05 m nas duas laterais. É importante observar que a NBR 9050/2015 admite, em reformas de imóveis, a inclinação máxima de 10% para desníveis máximos de 0,20 m, em situações excepcionais. Nesse caso, a inclinação maior implicaria em reduzir em demasia a área de circulação. O material poderá ser de madeira, em conformidade com o piso existente. A instalação dessas rampas garante o acesso dos clientes do restaurante/bar aos sanitários sociais (Figura 85).

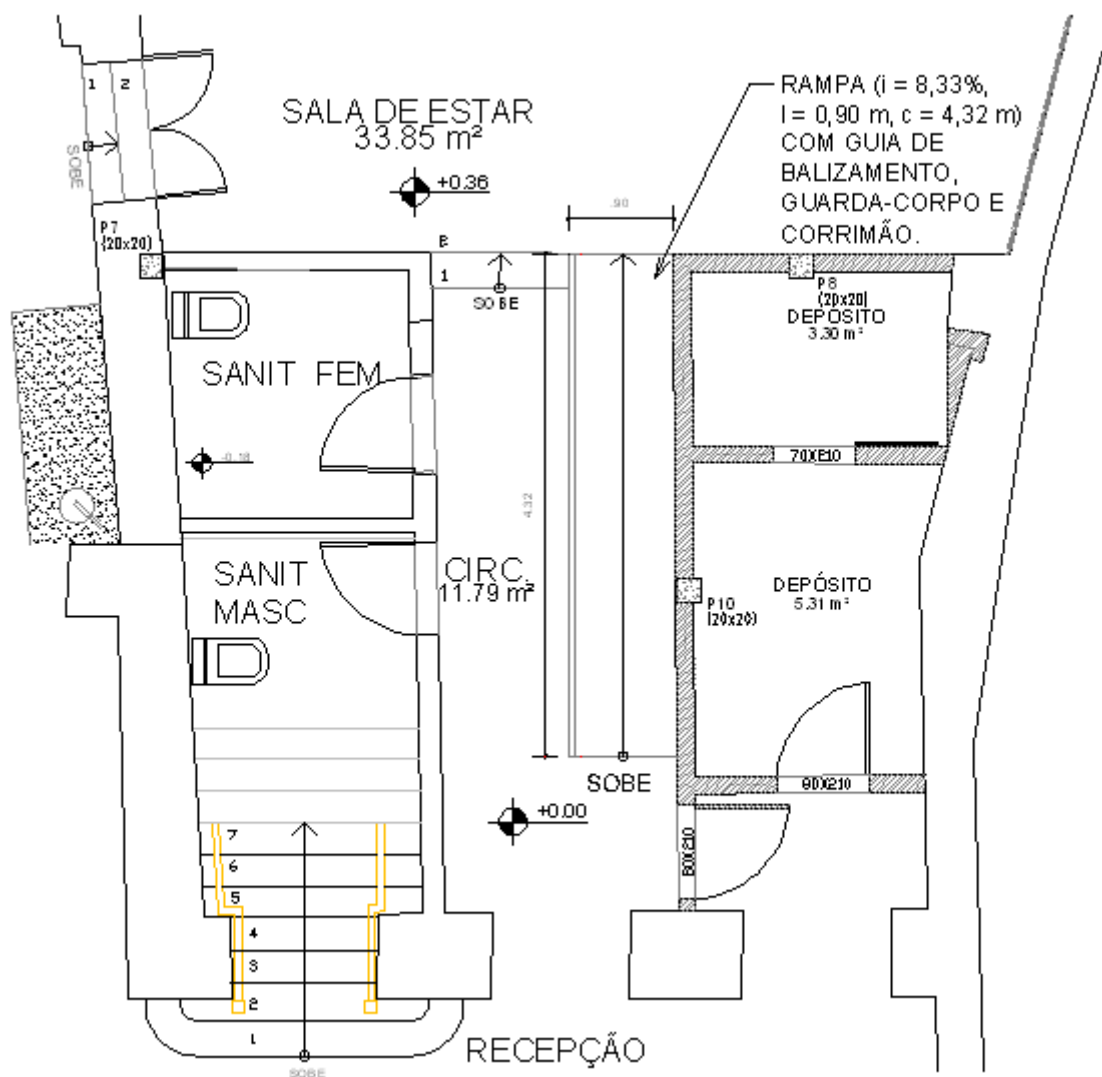
Figura 85: Planta baixa térreo – Hotel Villa Bahia. Rampas de acesso ao bar/restaurante e à recepção.



Fonte: elaborado pela autora com planta baixa fornecida pelo Hotel Villa Bahia, 2015.

Para o acesso às áreas externas, como o desnível máximo é de apenas 5 cm, uma rampa removível em madeira, com inclinação máxima de 8,33 % é o recomendado. Para substituir os dois degraus de acesso à sala de estar, entrando pela recepção, uma rampa com 0,90 m de largura e inclinação máxima de 8,33 %, em madeira, deverá ser instalada. Esta rampa poderá ser encostada na parede do lado direito no sentido recepção/sala de estar, pois, no lado esquerdo, a porta do sanitário feminino está muito próxima aos degraus. Do lado contrário à parede, a instalação de guarda-corpo e corrimão, com dimensões e características indicadas pela NBR 9050/2015, será imprescindível. Dessa forma se possibilita o acesso à *mikvé* (Figura 86).

Figura 86: Planta baixa pavimento térreo – Hotel Villa Bahia. Rampas de acesso à sala de estar.

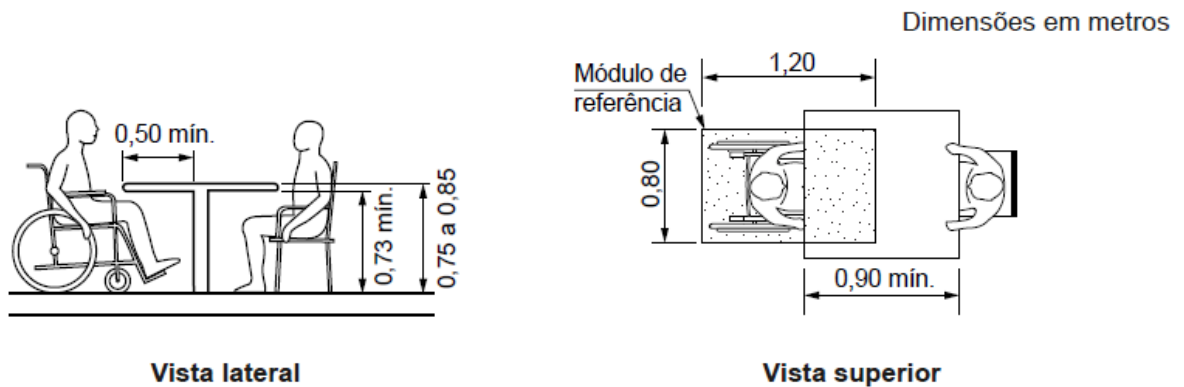


Fonte: elaborado pela autora com planta baixa fornecida pelo Hotel Villa Bahia, 2015.

Em relação ao mobiliário, recomenda-se a substituição da mesa da recepção por outro modelo, também em madeira, condizente com o estilo da decoração, mas que possibilite a aproximação frontal do cadeirante. Em relação às mesas do bar e do restaurante, 5% do total deverão ser substituídos por outras que possibilitem a aproximação frontal, com altura mínima de 73 cm na parte inferior do tampo, conforme itens 9.3.2 e 10.8 da NBR 9050/2015 (Figuras 87 e 88).



Figura 87: Dimensões recomendadas para mesas adaptadas para pessoa em cadeira de rodas.



Fonte: ABNT, 2015, p.119.

Figura 88: exemplo de mesa de jantar adaptada para pessoa em cadeira de rodas.



Fonte: GRUPO CIRANDA CULTURAL, 2010, p.246.

Pelo menos um dos sanitários disponíveis deve ser adaptado. Recomenda-se que o sanitário feminino, por possuir área maior e já estar parcialmente adaptado, passe a ser um sanitário família ou unissex totalmente adaptado, com todos os equipamentos determinados pela NBR 9050/2015, de maneira que possa ser utilizado por pessoa em cadeira de rodas com acompanhante, de sexos diferentes. O sanitário masculino se converte em um sanitário também unissex.

Quanto às unidades habitacionais, apesar de não fazerem parte desse estudo, é pertinente ressaltar o que determina a Lei nº 13.146/2015:

Art. 45. Os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade, conforme legislação em vigor.

§ 1º Os estabelecimentos já existentes deverão disponibilizar, pelo menos, 10% (dez por cento) de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1 (uma) unidade acessível.

§ 2º Os dormitórios mencionados no § 1º deste artigo deverão ser localizados em rotas acessíveis. (BRASIL, 2015)

A sinalização indicando os ambientes acessíveis deverá ser instalada no hotel, com o objetivo de melhor informar os seus clientes e frequentadores.

### 3.3 IGREJA DE SÃO FRANCISCO

#### 3.3.1 Histórico do edifício, características e dados do tombamento

A Igreja e Convento de São Francisco localizam-se na Praça Anchieta, mais conhecida como Largo do Cruzeiro de São Francisco, datando de 1686 o início da sua construção. A fachada da igreja possui o corpo retangular dividido em cinco partes, com duas ordens de pilastras superpostas (Figura 89). Seu frontispício, com volutas, é ladeado por torres de terminação piramidal, revestidas de azulejos. O interior da igreja é um exemplo do barroco setecentista, onde se destaca a talha dourada que reveste suas paredes e o forro da nave, em caixotões apainelados. O convento se desenvolve em torno de um claustro quadrado, ocupado em um dos lados pela igreja e sacristia, e nos demais por celas. Destaca-se o conjunto de azulejos de meados do século XVIII que decora as galerias dos dois andares e reproduz, no térreo, as estampas dos Emblemas de Horácio, publicados em 1606, em Antuérpia (IPHAN).

Figura 89: Igreja de São Francisco



Fonte: acervo da autora, 2014.

Trata-se de um edifício de elevado valor histórico e artístico, formando um dos complexos monumentais mais importantes de Salvador, conforme se descreve:

O corpo da igreja é formado por três naves: as laterais, bem mais baixas que a central e separadas desta por arcadas intercaladas de maciços, lembrando capelas. Sua decoração é um exemplo do barroco da primeira metade do séc. XVIII, e realiza o ideal da igreja de ouro que surgiu em Lisboa e Goa no fim do séc. XVII. [...]. Possui ricos painéis de azulejo: os da capela-mor são de 1737, feitos em Lisboa por Bartolomeu Antunes de Jesus; os do claustro são de Ca 1764/48; os da ante-sala e sacristia são do período 1749/52. Nas torres e parte da fachada, azulejos de Ca 1805/08. (IPAC, 1975, p. 17).

Pela sua importância histórica e artística, o conjunto composto pela igreja, convento e todo o seu acervo foi tombado pelo IPHAN em 1938, sendo que se encontra inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes e também no Livro do Tombo Histórico (nº Processo 0086-T-38; Livro Belas Artes nº inscr.: 011, Vol. 1, f. 003, data: 31/03/1938; Livro Histórico nº inscr.: 001, Vol. 1, f. 002, data: 31/03/1938).

A igreja de São Francisco é conhecida como a “igreja de ouro”, despertando o interesse dos turistas e moradores da cidade. No ano de 2011, recebeu 159.698 visitantes. Em 2012, o complexo foi visitado por 145.680 pessoas e, em 2013, recebeu 152.157. O número de visitantes de 2014 foi de 174.261 pessoas (Quadro 4).

Quadro 4: Estatística número de visitantes/ano

<b>MÊS / ANO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>JANEIRO</b>	15.387	23.824	21.588	21.309
<b>FEVEREIRO</b>	19.820	12.520	12.109	13.275
<b>MARÇO</b>	19.771	16.823	16.588	13.796
<b>ABRIL</b>	12.948	9.815	9.637	8.670
<b>MAIO</b>	9.007	5.522	8.460	6.801
<b>JUNHO</b>	6.008	5.819	6.970	10.717
<b>JULHO</b>	13.913	11.826	12.522	12.397
<b>AGOSTO</b>	12.805	10.903	12.713	9.905
<b>SETEMBRO</b>	10.692	8.748	9.226	12.943
<b>OUTUBRO</b>	11.410	9.875	12.011	12.212
<b>NOVEMBRO</b>	12.608	13.538	14.411	23.892
<b>DEZEMBRO</b>	15.327	16.467	15.922	28.344
<b>TOTAL</b>	<b>159.696</b>	<b>145.680</b>	<b>152.157</b>	<b>174.261</b>

Fonte: Comunidade Franciscana da Bahia, 2014/2015.

### 3.3.2 Avaliação técnico – funcional

A Igreja de São Francisco se situa em local contemplado pela Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador (Largo do Cruzeiro de São Francisco). Conforme já observado, nesse trecho da rota acessível o piso é de granito, pois já existia uma passarela implantada pelo escritório da arquiteta Lina Bo Bardi (BAHIA, 2013, p. 47), que, durante a implantação da rota acessível do CHS, teve apenas a requalificação do rejunte das pedras, que se encontravam bastantes desgastadas.

A instituição presta atendimento regular ao turista. Possui algumas instalações que atendem a requisitos de acessibilidade. Para possibilitar o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida ao interior da Igreja de São Francisco, foi construída rampa de acesso interligando a rota acessível do CHS à entrada da portaria do convento, onde se faz o acesso e controle de visitantes. Os acessos entre essa portaria, o claustro e demais portas existentes no percurso que o visitante realiza no térreo do edifício, também possuem rampas de material removível, como madeira e piso emborrachado. Para os visitantes, só é possível acessar o pavimento térreo, onde se localizam a portaria, os sanitários, o claustro, a sacristia, a sala de filatelia, a capela das almas e a igreja. A análise dimensional dos ambientes se apresenta a seguir.

#### 3.3.2.1 Acesso externo – calçadas e circulação

A Rota Acessível do CHS alcança a Igreja de São Francisco, onde foi instalada uma travessia de pedestres e rampas em frente ao acesso à portaria do convento (Figura 90). Esse é o acesso utilizado rotineiramente por visitantes. Apenas nos horários das missas, a porta principal da Igreja e a passagem entre a portaria e a igreja ficam abertos.

Figura 90: Acesso à Igreja de São Francisco integrado à Rota Acessível do CHS – entrada de visitantes



Fonte: acervo da autora, 2014.

### 3.3.2.2 Acesso ao edifício

No acesso ao interior do convento foi instalada uma rampa com o mesmo material do passeio, ou seja, concreto ciclópico (Figura 91). Essa rampa possui inclinação variando de 9 a 11%. Não há faixa de circulação da calçada em frente à rampa, pois esta desemboca diretamente na faixa para travessia de pedestre. A rampa não possui guia lateral e suas bordas não são rampadas, como previsto na NBR 9050/2015. Dessa forma, a própria rampa causa uma barreira ao pedestre que circula pela calçada em frente à Igreja. A porta de acesso à portaria tem largura de 1,52 m e soleira em mármore nivelada com a rampa de acesso externo e o piso do interior da edificação

Figura 91: Rampa de acesso à portaria da Igreja de São Francisco



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.3.2.3 Circulação interna, sanitários, escadas e outros

Na portaria ocorre a venda de ingressos para a visita à igreja e demais áreas. O balcão para compra de ingresso é em madeira, acoplado a um vão de porta com altura de 1,67 m (Figura 92). O visitante, com altura próxima ou superior a essa, deverá se inclinar ou abaixar para realizar a compra do bilhete. A largura do vão é de 0,77 m e a altura do balcão é de 0,90 m. Não há recuo frontal para aproximação de cadeira de rodas. O espaço para circulação na portaria é amplo, livre e desimpedido. O piso é regular, em mármore, e, nessa área, o visitante já observa as pinturas e azulejos nas paredes laterais e no teto.

Figura 92: Igreja de São Francisco. Guichê para compra de ingresso



Fonte: acervo da autora, 2015.

A partir da portaria podem-se acessar os sanitários de uso dos visitantes (Figura 93). A porta entre a antessala, que dá acesso aos sanitários e a portaria possui largura



de 1,16 m. Há um leve desnível, já resolvido com uma pequena rampa. Existem dois sanitários não adaptados: um feminino e um masculino. A largura livre da porta do sanitário feminino é 0,75 m e a do masculino é 0,76 m. As suas dimensões são 1,65 X 1,88 m, o feminino, e 1,74 X 1,92 m, o masculino. As demais dimensões apresentam-se no Quadro a seguir:

Quadro 5: Medidas dos equipamentos dos sanitários de visitantes – Igreja de São Francisco

Item	Situação indicada pela NBR 9050/2015	Situação encontrada	
		Feminino	Masculino
Área para transferência lateral, perpendicular e diagonal ao vaso sanitário	80 cm de largura x 120 cm de comprimento	<b>92x113 cm</b>	<b>87 x 61 cm</b>
Altura da bacia sanitária	Entre 43 e 45 cm	<b>46 cm</b>	<b>46 cm</b>
Comprimento das barras de apoio da bacia sanitária	Mínimo de 80 cm	<b>não</b>	<b>não</b>
Altura das barras	75 cm (do piso)	<b>não</b>	<b>não</b>
Diâmetro da seção circular das barras	Entre 3 e 4,5 cm	<b>não</b>	<b>não</b>
Avanço da barra lateral em relação à extremidade frontal da bacia sanitária	50 cm	<b>não</b>	<b>não</b>
Distância entre o eixo do vaso e a face da barra lateral	40 cm	<b>não</b>	<b>não</b>
Lavatório	Sem coluna	Sem coluna	Sem coluna
Tipo da maçaneta	Alavanca	Alavanca	Alavanca
Altura da maçaneta	90 a 110 cm	<b>112 cm</b>	<b>112 cm</b>
Altura do lavatório	78 a 80 cm	<b>83 cm</b>	<b>84 cm</b>
Altura da papeleira	Entre 100 e 120 cm	<b>44 cm</b>	<b>não</b>
Altura do toalheiro	Entre 80 e 120 cm	<b>130 cm</b>	<b>126 cm</b>
Altura da saboneteira	Entre 80 e 120 cm	<b>não</b>	<b>não</b>
Altura máxima da descarga (botão de acionamento)	100 cm	<b>130 cm</b>	<b>127 cm</b>
Torneira	Tipo alavanca ou sensor	<b>De giro</b>	<b>De giro</b>

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Em destaque, na cor vermelha, os itens em não conformidade com a NBR 9050/2015.

Figura 93: Igreja de São Francisco  
Sanitário feminino - visitantes



Fonte: acervo da autora, 2015.

Para conhecer o claustro, a igreja e demais ambientes abertos à visitação pública, o visitante deve apresentar o bilhete de ingresso ao funcionário responsável pelo controle de entrada. Ao entregar o bilhete, o visitante passa entre a mesa onde fica o funcionário e a balaustrada de jacarandá existente na portaria (Figura 94). O espaço livre é de 91 cm. A porta entre a portaria e o claustro, por ter um desnível de 3 cm na soleira, possui uma rampa de placa OSB (*Oriented Strand Board*) para tapume com inclinação de 6,6% (Figura 95). Toda a área do claustro pode ser acessada sem dificuldades. O piso é nivelado e o acesso à área central descoberta pode ser realizado através de uma rampa com 1,16 m de largura e inclinação de 17,5% (Figura 96). Em frente a essa rampa, já na área descoberta, foram colocadas, provisoriamente, pedras pertencentes à última obra de restauro realizada no convento (Figuras 97 e 98). Apesar de provisório, esse volume de pedras já se encontra coberto de limo e está a 1,03 m da rampa de acesso, atrapalhando o percurso de quem deseja circular pela área descoberta do claustro.

Figura 94: Igreja de São Francisco – Portaria – Controle de entrada



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 95: Igreja de São Francisco – Soleira (parte inferior da imagem) e rampa em OSB entre a portaria e o claustro



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 96: Igreja de São Francisco – Rampa de acesso à área central do Claustro



Fonte: acervo da autora, 2014.

Figura 97: Igreja de São Francisco – Pedras em frente à rampa de acesso à área central do Claustro



Fonte: acervo da autora, 2015.



Figura 98: Igreja de São Francisco – Rampa de acesso à área central do Claustro



Fonte: acervo da autora, 2015.

Seguindo em direção à igreja, o piso da área adjacente ao claustro, de pedra, possui partes danificadas (Figura 99). Nessa área, a porta de acesso à igreja (entrada pela parte posterior, próximo ao arco-cruzeiro) possui 1,13 m de largura e uma rampa para vencer o desnível de 19 cm. Essa rampa tem largura de 1,49 m e inclinação de 13,8%. É uma rampa com estrutura em madeirite, forrada com emborrachado preto (Figura 100). Importante observar que as rampas do Convento de São Francisco possuem caráter provisório e podem ser retiradas e recolocadas sem causar qualquer dano ao patrimônio.

Figura 99: Igreja de São Francisco – Piso danificado da área de acesso à sacristia e à Igreja



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 100: Igreja de São Francisco – entrada pela parte posterior da Igreja



Fonte: acervo da autora, 2014.

O interior da igreja é amplo, com mobiliário que não cria barreiras, mesmo para o cadeirante. É possível circular por toda a área permitida e o único desnível existente nas naves central e laterais foi resolvido com rampas de madeirite, forradas com emborrachado preto. Essas rampas possuem inclinação de 15,7 % (Figuras 101 e

102). Do lado esquerdo da igreja, também na parte posterior, está a porta de acesso à capela das almas. Essa porta tem 1,12 m de largura e logo a sua frente há uma rampa que vence o desnível de 20 cm e possui 15,5% de inclinação. A área da capela das almas é mais difícil de circular, devido ao piso de mármore com algumas placas (lápides) soltas e quebradas, que provocam desníveis nesse piso.

Figura 101: Interior da Igreja de São Francisco – nave central



Fonte: acervo da autora, 2014.

Figura 102: Interior da Igreja de São Francisco – rampa



Fonte: acervo da autora, 2014.

Voltando para a área de acesso à sacristia, nota-se que, na soleira da porta, existe uma fissura entre o piso de pedra do salão anterior e o piso de madeira da sacristia. Um tapete vermelho adjacente à soleira possui a borda danificada e descolada do

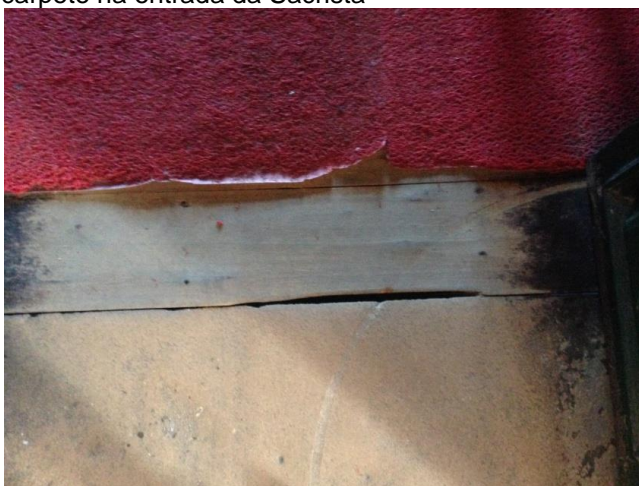


piso, podendo causar acidentes como quedas, principalmente nas pessoas com dificuldade de locomoção (Figura 103). Na sacristia a circulação só é permitida parcialmente, não apresentando qualquer dificuldade de acesso e realização do trajeto.

Os visitantes ainda podem conhecer o salão ao lado da sacristia, onde está a filatelia. Nesse local, a única barreira encontrada foi o desnível de 3 cm entre a soleira e o piso (Figura 104).

Para sair convento, o visitante retorna pelo mesmo caminho realizado, deixando o local pela portaria.

Figura 103: Igreja de São Francisco – Soleira e carpete na entrada da Sacrista



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 104: Igreja de São Francisco. Acesso à Filatelia



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 105: Planta baixa ilustrada – Convento e Igreja de São Francisco – Pavimento térreo  
Em destaque, com letras vermelhas, os ambientes disponíveis à visitação.



Fonte: adaptado pela autora a partir de plantas baixas IPAC (1975).

### 3.3.3 Avaliação dos participantes

No Convento de São Francisco foram realizadas três visitas acompanhadas. A avaliação dos participantes da pesquisa apresenta-se a seguir:

#### 3.3.3.1 Visita 01 – Convento e Igreja de São Francisco: visitante com deficiência permanente moderada

Participante: O. S. S., 26 anos, gênero feminino. Apresenta dificuldade de locomoção provocada por Paraparesia Espástica (não elastecimento dos tendões inferiores)

Experiência: já realizou outras visitas à Igreja de São Francisco.

Atividade: Chegar ao Centro Histórico de Salvador, localizar e caminhar pela rota acessível, visitar o Hotel Vila Bahia, retomar a rota acessível em direção à Igreja de São Francisco, simular a aquisição do bilhete de ingresso e visitar todas as áreas permitidas, que incluem portaria, claustro, sacristia, filatelia, capela das almas e igreja, além de simular o uso do sanitário.

A visita à Igreja de São Francisco foi realizada no dia 09 de julho de 2015, no período entre 14:30 e 15:30 h. A participante chegou ao Centro Histórico de automóvel particular como passageiro. O veículo ficou estacionado no Terreiro de Jesus, em vaga a, aproximadamente, 30 metros da Rota Acessível do CHS. Teve facilidade em circular pela rota, pois não encontrou obstáculos. Entrou pela portaria da igreja, seguiu para o guichê e se dirigiu aos sanitários de visitantes. Simulou o uso do sanitário feminino e destacou que, apesar de espaçosos, os sanitários (feminino e masculino) não possuem equipamentos especiais para deficientes e idosos. Saindo dos sanitários, se dirigiu à portaria, passando pelo controle de entrada de visitantes, caminhou até o claustro, circulou pelo local, observando o tipo de piso (lajotas vermelhas), que considerou ótimo por não ser escorregadio. Observação esta que a participante repetiu ao longo de todo o percurso, pois todos os pisos (mármore, cerâmica, pedra, madeira e emborrachado das rampas) foram considerados seguros pela sua avaliação (Figura 106). Apenas o piso danificado da área de acesso à igreja e à sacristia e o carpete da sacristia (já citados anteriormente na avaliação da edificação) chamaram sua atenção e geraram comentário quanto à possibilidade de provocar quedas. Avaliou que não há dificuldades de circulação por todos os

ambientes para a pessoa deficiente física motora ou com dificuldade de locomoção, opinando que qualquer indivíduo consegue circular por todos os espaços e participar de todas as atividades realizadas no local. Como pontos negativos, concluiu que, além dos sanitários não adaptados, a sinalização interna é difícil de visualizar.

Figura 106: Igreja de São Francisco  
Entrada posterior – Visita 01



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.3.3.2 Visita 02 – Convento e Igreja de São Francisco: visitante deficiente usuário de cadeira de rodas

Participante: S.A.M. P., 49 anos, gênero feminino. Paraplégica desde os 19 anos de idade em decorrência de acidente.

Experiência: Visitou a Igreja de São Francisco a mais de 30 anos quando ainda não era cadeirante.

Atividade: Chegar ao Centro Histórico de Salvador, localizar e caminhar pela rota acessível, seguir para a Igreja de São Francisco simular a aquisição do bilhete de ingresso e visitar todas as áreas permitidas que incluem portaria, claustro, sacristia, filatelia, ossuário e igreja, além de simular o uso do sanitário.

A visita a Igreja de São Francisco foi realizada no dia 01 de agosto de 2015, no período entre 15:20 e 16:00 h. A participante chegou ao Centro Histórico de automóvel particular como passageira. Estava acompanhada de dois adultos e uma criança. O veículo ficou estacionado no Terreiro de Jesus. A participante se dirigiu à rota acessível e se deslocou até a Igreja de São Francisco (Figura 107).

A participante simulou a compra do ingresso no caixa localizado na portaria do convento. Considerou a altura do balcão ótima e não teve dificuldades para realizar a atividade, apesar do balcão não permitir a aproximação total da cadeira. Seguiu para os sanitários, entrou com facilidade e comentou que consegue realizar as manobras de entrada, permanência e saída do sanitário, pois a área permite o giro da cadeira de rodas. Observou que a falta das barras dificulta o uso da bacia sanitária e que há o risco dos usuários se apoiarem em equipamentos indevidos, como a própria caixa de descarga.

Visitou, em seguida, o claustro, circulando por toda a área coberta (Figura 108). Seguiu para a sacristia, onde observou que o carpete, mesmo danificado nas bordas, não causou nenhum impedimento ao seu acesso. Entrou na igreja, comentando que a existência das rampas com piso emborrachado é excelente, mas lhe pareceu visualmente que possuem inclinação maior que a determinada pela NBR 9050/2004. Realizou todo o percurso de maneira independente, mas solicitou ajuda para subir a rampa de acesso à igreja. Visitou a capela das almas, evitando as tampas das lápides, pois algumas estavam com o mármore quebrado e solto, seguiu para a filatelia onde circulou livremente e retornou para a saída manobrando sozinha a cadeira de rodas de volta à rota acessível.

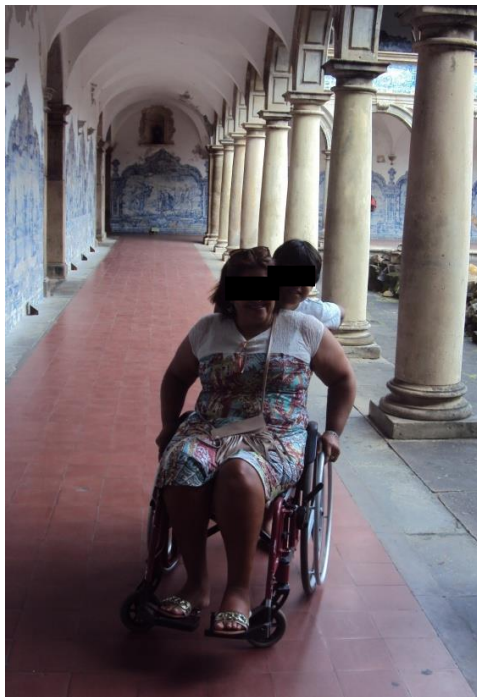


Figura 107: Largo do Cruzeiro de São Francisco e fachada da Igreja – Visita 02



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 108: Igreja de São Francisco Claustro – Visita 02



Fonte: acervo da autora, 2015.

### 3.3.3.3 Visita 03 – Convento e Igreja de São Francisco: visitante idoso com deficiência permanente moderada

Participante: P. C. M., 70 anos, gênero masculino. Apresenta leve dificuldade de locomoção provocada pela deficiência na perna esquerda ocasionada por acidente automobilístico.

Experiência: já realizou outras visitas à Igreja de São Francisco, mas não conhecia o claustro e demais salas abertas aos visitantes.

Atividade: Chegar ao Centro Histórico de Salvador, localizar e caminhar pela rota acessível, seguir para a Igreja de São Francisco simular a aquisição do bilhete de ingresso e visitar todas as áreas permitidas, que incluem portaria, claustro, sacristia, filatelia, ossuário e igreja, além de simular o uso do sanitário.

A visita à Igreja de São Francisco foi realizada no dia 25 de setembro de 2015, no período entre 15:30 e 16:30 h. O participante chegou ao Centro Histórico de automóvel particular como passageiro, se dirigiu à rota acessível, passando antes pelas Rua J. J. Seabra (Baixa dos Sapateiros), Ladeira de São Miguel e se deslocou até a Igreja de São Francisco.

Entrou pela portaria do Convento, simulou a compra do ingresso, se dirigiu ao claustro e em seguida à sacristia. Nesse percurso, observou apenas que o piso do ambiente de acesso à sacristia e à igreja encontra-se bastante desgastado. Seguiu para a igreja (Figuras 109 e 110) e, em seguida, passou pela capela das almas. Visitou a filatelia, observando o desnível da soleira da porta dessa sala de exposição. Simulou o uso do sanitário e finalizou a visita considerando a avaliação positiva também em relação à sinalização. Como pontos negativos citou que as ladeiras que precisou subir até chegar à Igreja são um entrave à visita e que o sanitário deveria ser mais adequado. Como ponto positivo, observou que é possível circular por todos os espaços abertos à visita.



Figura 109: Convento de São Francisco.  
Acesso à nave da igreja – Visita 03



Fonte: acervo da autora, 2015.

Figura 110: Igreja de São Francisco.  
Visita 03



Fonte: acervo da autora, 2015.

### **3.3.4 Entrevista com o gestor**

Em entrevista realizada no mês de agosto de 2015, Sra. Keila Katz, supervisora da Comunidade Franciscana da Bahia, informou que o público que frequenta a instituição é composto principalmente por turistas nacionais e estrangeiros. Segundo Sra. Keila, a última reforma/restauro foi realizada no claustro da edificação no ano de 2009. Todas as intervenções são realizadas pelo IPHAN, que se responsabiliza pelo projeto e pela mão de obra, mediante apreciação dos frades. Possui como elementos de acessibilidade as rampas, que foram implantadas em 2005/2006 pelo próprio carpinteiro da instituição, através de recursos financeiros oriundos da receita de visitas ao convento. De acordo com a supervisora entrevistada, não houve dificuldades na implantação desses equipamentos e não causaram prejuízos ao patrimônio, já que são removíveis. Quanto ao preparo dos funcionários, nunca realizaram treinamento específico para atendimento ao público com dificuldade de locomoção, mas destacou que os funcionários apresentam muita disposição para ajudar e que nunca recebeu nenhuma queixa de visitantes quanto à questão de acessibilidade interna. Quanto à futuras obras de adaptação, não há projetos e nem previsão. Esclareceu que o esforço é manter em bom funcionamento os elementos que já possuem. Questionada quanto à possibilidade de realizar adaptações nos sanitários, ela explicou que o IPHAN não aprovou a construção dos sanitários existentes para visitantes e que esse órgão indica a sua demolição. Devido a isso, afirma que será muito difícil que o IPHAN aprove qualquer obra nesses sanitários.

### **3.3.5 Recomendações**

A edificação apresenta-se com elementos de acessibilidade que possibilitam ao usuário cadeirante ou com dificuldade de locomoção o fácil acesso e deslocamento por todos os ambientes disponíveis à visita do público externo. Apesar disso, alguns pontos devem ser considerados.

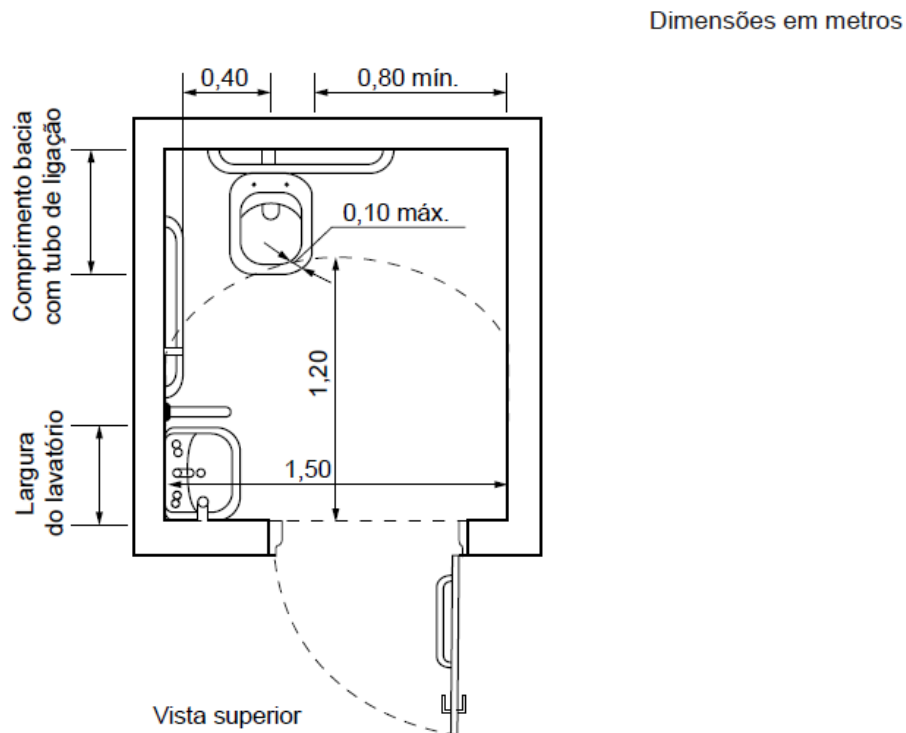
A rampa de acesso externa deverá receber abas laterais com inclinação máxima de 8,33 %. Atualmente não existem as abas, o que cria uma barreira (um desnível) na própria calçada em frente à igreja.

O balcão da compra do ingresso, apesar de avaliado positivamente pela participante cadeirante, apresenta restrições ao uso. Deverá ser deslocado do vão de

baixa altura e pouca largura, onde se encontra, para a área em frente, com a instalação de novo balcão com medidas determinadas pela NBR 9050/2015 (Item 9.2).

Os sanitários, que não possuem nenhum item de acessibilidade, deverão ser totalmente adaptados de acordo com a NBR 9050/2015, lembrando que as suas dimensões (1,65 X 1,88 m, o feminino, e 1,74 X 1,92 m, o masculino) permitem a manobra da cadeira de rodas (testado *in loco* pela participante cadeirante) e atendem às dimensões mínimas determinadas pela NBR 9050/2015 para sanitário acessível em caso de reforma (Figura 111).

Figura 111: Medidas mínimas de sanitário acessível em caso de reformas



Fonte: ABNT, 2015, p. 88.

As rampas, que possuem inclinação superior ao determinado pela NBR 9050/2015, mesmo em casos excepcionais, deverão ser substituídas por outras com inclinação máxima de 8,33% e guias laterais com altura mínima de 0,05 m. O material poderá ser o mesmo existente: estrutura em madeira e piso emborrachado. Será necessário, também, a substituição do carpete da sacristia, observando que deverá ter as bordas bem coladas ao piso. As peças em mármore da capela das almas, que se encontram soltas ou quebradas, deverão sofrer manutenção, assim como o piso

da área de circulação entre o claustro e demais salas de visitação. O pequeno desnível da entrada da filatelia poderá ser resolvido com pequena rampa na largura da porta e inclinação máxima de 8,33%. As pedras abandonadas no claustro deverão ser retiradas, desobstruindo a circulação, e guardadas em local conveniente. Por fim, todos os ambientes abertos à visitação deverão receber sinalização indicativa de acessibilidade.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO

Os edifícios analisados apresentaram diferentes graus de complexidade na solução de problemas de acessibilidade. O Solar Ferrão, por possuir diversos ambientes, com quase a totalidade da edificação disponível à visitação, apresenta a necessidade de maiores intervenções. Apesar de ser uma edificação que já passou por usos diversificados e vários processos de restauro, deve ter seus elementos preservados. Por isso, a instalação de rampas removíveis e outros elementos novos, como corrimãos, elevador e mobiliário, devem possuir linguagem contemporânea e integrar-se ao ambiente existente. O sanitário adaptado já existe, o que facilita a sua adequação, que será indispensável, já que não atende aos requisitos da NBR 9050/2015. Importante destacar que não será necessário dispor de nova área para instalação desse equipamento, o que, em muitos edifícios históricos, é um entrave e representa uma alteração por vezes drástica e inviável, por alterar a estrutura original da edificação.

O Hotel Villa Bahia, por ter sido totalmente remodelado há poucos anos, mantendo apenas os elementos históricos considerados relevantes, como as fachadas e as paredes mestras, mostrou-se a edificação com menos dificuldade em adequar-se à acessibilidade. A instalação de rampas, a substituição de peças do mobiliário e a adequação de um dos sanitários à NBR 9050/2015 são as providências necessárias que causarão mínimos impactos à edificação.

Nessa pesquisa, a igreja de São Francisco representa o imóvel mais conservado em sua originalidade. Os únicos elementos estranhos são, de fato, os sanitários construídos posteriormente e sem a aprovação do IPHAN. Apesar disso, apresentam-se como equipamentos imprescindíveis para que a legislação seja respeitada. Possuem dimensões suficientes para se adequar a NBR 9050/2015, por isso, sugere-se que a instituição reforce seus argumentos junto ao IPHAN para que os sanitários

sejam mantidos no local atual. As demais adequações nas áreas abertas à visitação pública desse imóvel são simples e viáveis. Apenas a correção da inclinação das rampas, adequando-as à NBR 9050/2015, a manutenção dos pisos e a instalação de balcão para recepção de visitantes, além de sinalização adequada, solucionarão as questões de acessibilidade física, sem contrariar a necessidade de preservação do patrimônio tombado.

Como o objetivo principal desse trabalho foi identificar as barreiras arquitetônicas que se apresentam comumente em edifícios históricos de interesse turístico, verificando-se as adequações mais indicadas para permitir a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida a esses edifícios de maneira compatível com a preservação do patrimônio, observa-se que a análise realizada e as recomendações indicadas referem-se especificamente à deficiência motora. Recomenda-se que a análise de acessibilidade para deficientes visuais e auditivos seja realizada futuramente, utilizando-se planilhas ou matrizes de avaliação específicas.

## 4 CONCLUSÃO

O reconhecimento das barreiras arquitetônicas e urbanísticas existentes nas cidades, conjuntos e edificações históricas brasileiras é de fundamental importância para a elaboração de Planos e Projetos de Acessibilidade. Essas barreiras são resultantes das condições, práticas e legislação existentes nos diversos períodos da evolução histórica e urbana das cidades. O respeito aos processos culturais e o reconhecimento da superposição de períodos históricos é primordial quando se pretende promover a adequação dos espaços urbanos e edificações históricas às necessidades de acessibilidade.

Cidades como Salvador e outras tantas de interesse histórico possuem questões de acessibilidade pouco ou mal resolvidas. A dificuldade é grande, principalmente porque os obstáculos físicos, resultantes da implantação e da evolução dessas cidades, são de complexa adequação para a acessibilidade. Calçadas estreitas, topografia com declives acentuados, becos, ruas estreitas e muitas vezes sinuosas, ruas com revestimento de pedra irregular e desniveladas e escadarias são exemplos desses obstáculos a transpor.

Nesse trabalho, além da questão das edificações, foi abordado o tema rotas acessíveis em cidades históricas e analisado um recorte da Rota Acessível do CHS. Essa rota, mesmo representando apenas um projeto-piloto e, portanto, passo decisivo para a adequação de sítios históricos brasileiros a essa necessidade premente, ainda não possibilita a plena acessibilidade aos espaços, edificações e ambientes. O acesso de visitantes até alcançar a rota acessível ainda é difícil, possuindo muitas barreiras arquitetônicas, principalmente nos percursos para quem utiliza os serviços de transporte público ou até mesmo para o visitante que, viajando em cruzeiro marítimo, desembarca em Salvador. Esse visitante desembarca na região do Comércio, bairro localizado no Centro Antigo de Salvador e, portanto, bairro vizinho ao Centro Histórico. Não há rota acessível nesse trecho da cidade, o que dificulta e, em alguns casos, impossibilita a visita ao Centro Histórico. Isso contraria a reputação turística da cidade, que depende, em grande parte, do tipo de acolhimento recebido. As expectativas fundamentais do visitante, quais sejam, de reconhecimento, hospitalidade e cuidado não estão sendo satisfeitas.

Assim considerando, é urgente a ampliação da Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador, possibilitando uma maior abrangência do percurso,

contemplando bairros que compõem o Centro Antigo e estendendo-se também para outras regiões da cidade.

Mesmo apresentando-se como um desafio, a implantação de Rotas Acessíveis em Sítios Históricos é imprescindível para o cumprimento da legislação vigente e para a garantia do direito de acesso de todas as pessoas à cultura e ao patrimônio.

Aqui se apresentou também aspectos sobre o Patrimônio Cultural e o Turismo Cultural, além de observações sobre o SISTUR e a relação do tema tratado com os subsistemas social e cultural. Apresentou-se igualmente uma breve revisão das teorias de restauro dos dois séculos anteriores ao atual. Esse estudo mostrou-se relevante para o entendimento da evolução e significado do restauro e suas implicações teóricas e práticas.

O uso de novos equipamentos e a introdução de novas tecnologias em edifícios históricos é uma exigência constante e premente da vida contemporânea. Apresenta-se como um desafio às questões de manutenção, restauração e adequação de monumentos e edificações. Em muitos casos, as alternativas de adições e restauro parecem estar longe de satisfazer os estudos e teorias de defesa do patrimônio. Um olhar mais atento, muita sensibilidade e um estudo crítico poderão ajudar o arquiteto-restaurador a encontrar soluções que satisfaçam as necessidades de uso, função e manutenção do patrimônio arquitetônico.

A arquitetura está inserida no presente histórico dos usos e da tecnologia, (CHAGAS, 2007, p. 298), mas por terem valor histórico e artístico, os procedimentos de adequação precisam preservar a integridade da obra. A edificação destituída de uso não é arquitetura em sua plenitude.

Se o conceito apresentado de restauração diz que restauro é manter um edifício (obra) em eficiência, então é válido que “[...] a sobrevivência de um edifício só é garantida com a adequação aos usos compatíveis e às demandas de conforto, funcionalidade e estabilidade do momento presente: é na interação com o usuário que a obra se presentifica.” (CHAGAS, 2007, p. 298).

Para se manter um edifício com funcionalidade, o seu uso como atrativo turístico é uma prática comum. O que se assiste, hoje, é um despertar do Turismo Cultural no Brasil e no mundo, provocado pela divulgação de localidades de forte interesse histórico e cultural por meio das mídias eletrônicas (BENI, 2002, p. 90). Há um enorme interesse por cidades até pouco tempo desconhecidas do grande público e um aumento do número de visitantes nos tradicionais centros artístico-culturais europeus,



provocando um comprometimento das capacidades de carga<sup>3</sup>, prejudicando a preservação do patrimônio.

Ações de preservação do patrimônio histórico devem ser constantes. A responsabilidade quanto à manutenção do patrimônio é do poder público e também de entidades privadas e de indivíduos, sejam estes proprietários, usuários ou visitantes.

O bom uso dos espaços históricos é uma forma de preservação e esse bom uso implica em condições de acessibilidade bem implantadas. A legislação brasileira atual estabelece os critérios básicos e os parâmetros técnicos para a promoção da acessibilidade. A Instrução Normativa nº 01/2003 do IPHAN dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal (IPHAN, 2003). Nessa Normativa, o IPHAN reconhece que deverá ser seu papel estimular “[...] iniciativas adequadas de intervenção nos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, que incorporem soluções em acessibilidade segundo os preceitos do desenho universal e da rota acessível.” Destaca que deverá ser observada em cada caso a compatibilidade com as características do bem e seu entorno.

As limitações inerentes à preservação do bem imóvel devem ser avaliadas, buscando-se possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade compatíveis com cada caso específico. O limite será o comprometimento do valor testemunhal e da integridade da edificação. Propostas de adaptação para acessibilidade deverão ser realizadas a partir de levantamentos históricos, físicos, iconográficos e documentais, além do desenvolvimento de estudos baseados na avaliação de intervenções de adaptação bem sucedidas (nacionais e internacionais), na legislação, em normas internacionais, em técnicas e em novas tecnologias de acessibilidade, com o objetivo de evitar a descaracterização do bem.

As intervenções para acessibilidade física ao patrimônio histórico imóvel deve priorizar características como o contraste entre o novo e o antigo, a reversibilidade da intervenção, o baixo impacto sobre o bem e o atendimento de grande abrangência.

---

<sup>3</sup> Número máximo de visitantes por dia/mês/ano que uma área pode suportar antes que ocorram alterações no meio físico e sociocultural.

Os edifícios objetos deste estudo e descritos anteriormente são exemplos representativos da arquitetura colonial brasileira e possuem relevante importância para a preservação da história e cultura do país. Por estarem localizados no CHS, têm bastante visibilidade e recebem visitantes diariamente. A análise de suas condições de acessibilidade a pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida é essencial para a futura adequação desse patrimônio às atuais necessidades de uso.

A metodologia utilizada (APO) mostrou-se adequada para o processo de avaliação da acessibilidade, inclusive em edificações históricas, que possuem peculiaridades que devem ser tratadas criteriosamente pelo pesquisador.

Os resultados apresentados possibilitaram a formulação de recomendações, elaboradas a partir da análise técnico-espacial, que representou a visão técnica, e usando-se as informações obtidas através do passeio acompanhado, dos questionários e entrevistas realizadas, que representaram a visão do usuário/visitante e do gestor das instituições pesquisadas.

Com o objetivo de apresentar de forma resumida as recomendações realizadas e sua relação com as teorias do restauro e o pensamento contemporâneo da restauração de obras arquitetônicas, apresenta-se a seguir o Quadro de Recomendações (Quadro 6). Trata-se de um elemento onde são apresentados os principais problemas, seguidos de propostas para adequar os ambientes estudados às exigências quanto à acessibilidade, em conformidade com as recomendações de conservação do patrimônio.

Destaca-se que, conforme esclarecido anteriormente, as recomendações indicadas baseiam-se no atendimento à legislação brasileira, nas recomendações do IPHAN sobre a questão acessibilidade versus patrimônio, na observação das teorias do restauro apresentadas nessa pesquisa e nas intervenções atuais consideradas compatíveis com a preservação do patrimônio.

Quadro 6: Quadro de Recomendações

EDIFÍCIO	ITEM	RECOMENDAÇÕES	OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CUIDADOS EM EDIFICAÇÕES TOMBADAS
Solar Ferrão	Acesso externo	Reativação do elevador do estacionamento da Praça das Artes, Cultura e Memória.	
	Acesso ao edifício	Instalação de rampa interna na porta principal da fachada.	Elemento removível para não causar danos ou impactos negativos ao patrimônio. Conforme o pensamento de Viollet-le-Duc, deve-se ceder às necessidades presentes, mas com uso de novos materiais. A integridade do monumento deve ser garantida, de acordo com o pensamento de Riegl.
	Circulação interna	Instalar rampas nos desníveis internos localizados nos mesmos pavimentos. Recuperar piso de madeira e tijoleira nos locais danificados.	Elemento removível para não causar danos ou impactos negativos ao patrimônio. Deve-se preservar o monumento para evitar a necessidade de restauro. Não se deve negligenciar o monumento, conforme Ruskin.
	Circulação vertical	Instalação de elevador na fachada dos fundos. Instalação de corrimãos nas paredes cegas das escadarias.	Elementos com design e materias contemporâneos. Não causarão falso histórico. Viollet-le-Duc e Boito defendem o uso de novos materiais. Brandi recomenda que a intervenção não crie um falso histórico.
	Sanitários	Adequar à NBR 9050/2015.	Sanitários existentes, não necessitando de intervenções agressivas, apenas adequações. Viollet-le-Duc defende ceder às necessidades presentes, sem dissimular os novos elementos. O registro da data da intervenção e a informação visível no local é uma recomendação de Boito que deverá ser atendida nessa situação.
	Mobiliário	Substituir mesa da recepção por outra mesa ou balcão e púlpito de assinaturas de visitantes por balcão, ambos com dimensões de acordo com a NBR 9050/2015.	Elementos com design e matérias contemporâneos. Não causarão falso histórico. Viollet-le-Duc e Boito defendem o uso de novos materiais. Brandi recomenda que a intervenção não crie um falso histórico.
	Sinalização	Todo o edifício deverá receber sinalização indicativa de acessibilidade.	Obedecer às determinações NBR 9050/2015. A sinalização é uma necessidade presente e caracteriza uma intervenção moderada. Além da sinalização de acessibilidade, a edificação deverá disponibilizar informações sobre sua história, intervenções anteriores, materiais utilizados, contribuindo dessa maneira com a valorização do patrimônio.

(continua)

Quadro 6: Quadro de Recomendações (continuação)

EDIFÍCIO	ITEM	RECOMENDAÇÕES	OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CUIDADOS EM EDIFICAÇÕES TOMBADAS
<b>Hotel Villa Bahia</b>	Acesso externo	Atende aos requisitos.	
	Acesso ao edifício	Instalação de rampa na porta principal.	Utilizar pedras “cabeça-de-nêgo”, mesmo material do piso do Largo do Cruzeiro de São Francisco. O piso existente sofrerá intervenção apenas na sua declividade. Deverão ser utilizadas as mesmas pedras retiradas do local para a construção da rampa.
	Circulação interna	Instalação de rampas nos desníveis existentes no pavimento térreo.	Em madeira, seguindo a mesma linguagem e estilo já adotado. O piso em madeira dos ambientes internos é um material novo, instalado na obra de adequação ao uso como hotel. Nesse caso, a harmonia dos elementos novos com o estilo colonial do imóvel colabora com o equilíbrio entre o valor histórico e o valor estético.
	Sanitários	Adequar à NBR 9050/2015.	Sanitários existentes, não necessitando de intervenções agressivas. A obra de adequação do imóvel ao novo uso já representou uma intervenção de maiores proporções.
	Mobiliário	Substituir mesas da recepção, bar e restaurante por mesas com dimensões adequadas de acordo com a NBR 9050/2015.	Seguir a mesma linguagem e estilo já adotados. A harmonia do mobiliário adquirido em antiquários com o estilo colonial do imóvel colabora com o equilíbrio entre o valor histórico e o valor estético.
	Sinalização	Instalar sinalização indicativa de acessibilidade.	Obedecer às determinações da NBR 9050/2015. A sinalização é uma necessidade presente e caracteriza uma intervenção moderada. Além da sinalização de acessibilidade, a edificação deverá disponibilizar informações sobre sua história, intervenções anteriores, materiais utilizados, contribuindo dessa maneira com a valorização do patrimônio.

(continua)

Quadro 6: Quadro de Recomendações (continuação)

EDIFÍCIO	ITEM	RECOMENDAÇÕES	OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CUIDADOS EM EDIFICAÇÕES TOMBADAS
Igreja de São Francisco	Acesso externo	Atende aos requisitos.	
	Acesso ao edifício	Instalar abas laterais na rampa.	
	Circulação interna	Substituir rampas existentes por rampas com a inclinação adequada.	Elemento removível para não causar danos ou impactos negativos ao patrimônio. Conforme o pensamento de Viollet-le-Duc, deve-se ceder às necessidades presentes, mas com uso de novos materiais. A integridade do monumento deve ser garantida, de acordo com o pensamento de Riegl.
	Sanitários	Adequar à NBR 9050/2015.	Solicitar autorização do IPHAN. Sanitários existentes, não necessitando de intervenções agressivas. Conforme o pensamento de Viollet-le-Duc, deve-se ceder às necessidades presentes. O registro da data da intervenção é uma recomendação de Boito que deverá ser atendida.
	Mobiliário	Instalar balcão para aquisição de entrada com dimensões de acordo com a NBR 9050/2015.	Elementos com design e matérias contemporâneos. Elemento removível para não causar danos ou impactos negativos ao patrimônio. Viollet-le-Duc e Boito defendem o uso de novos materiais. Brandi recomenda que a intervenção não crie um falso histórico.
	Sinalização	Instalar sinalização indicativa de acessibilidade.	Obedecer às determinações da NBR 9050/2015. A sinalização é uma necessidade presente e caracteriza uma intervenção moderada. Além da sinalização de acessibilidade, a edificação deverá disponibilizar informações sobre sua história, intervenções anteriores, materiais utilizados, contribuindo dessa maneira com a valorização do patrimônio.

Fonte: elaborado pela autora, 2015

Esse estudo mostrou que os edifícios analisados não atendem totalmente às condições de acessibilidade, portanto estão em desacordo com a legislação atual. Apesar disso, todas as áreas estudadas apresentaram a possibilidade de promoção da adaptação para torná-las acessíveis aos mais diversos públicos. A adequação dos espaços às necessidades contemporâneas de acessibilidade é um processo necessário e urgente. O não atendimento aos parâmetros de acessibilidade física dificulta, ou até mesmo, impede o desenvolvimento do processo de acolhimento dos visitantes e usuários.

A legislação vigente deverá ser atendida em equilíbrio com as exigências de preservação do patrimônio. Por serem temas complexos, acessibilidade e patrimônio histórico devem ter um tratamento cuidadoso. Cada situação deverá ser estudada em profundidade, com vistas a encontrar soluções com criatividade e eficácia. Isso exige um amplo conhecimento do contexto histórico do local, suas características materiais, estéticas, funcionais, arquitetônicas e urbanísticas. Assim, soluções pertinentes, criativas e com respeito à história e cultura locais poderão proporcionar o acesso ao patrimônio e à riqueza cultural. Dessa maneira, pode-se manter a vida ativa e a valorização de espaços importantes para a memória de um povo e de sua riqueza histórica.

## REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**, Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**, Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13994**, Elevadores de passageiros – Elevadores para transporte de pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

AURICCHIO, Silvana Maria. **Análise da acessibilidade em edifícios de valor histórico**: o caso da Escola Fazendária do Estado de São Paulo. 2008. Monografia (MBA) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AVENA, Biagio M. Acolhimento de qualidade: fator diferenciador para o incremento do turismo na sociedade pós-industrial. In: BAH, Miguel (org). **Perspectivas do turismo na sociedade pós-industrial**. São Paulo: ROCA, 2003.

AVENA, Biagio M. **Turismo, educação e acolhimento**: um novo olhar. São Paulo: ROCA, 2006.

BAHIA. **Centro Antigo de Salvador**. Disponível em: <<http://www.centroantigo.ba.gov.br/arquivos-3/mapas/>>. Acesso em: 08 out.2014.

BAHIA – Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDDH). **Projeto piloto de acessibilidade Centro Histórico de Salvador**. Bahia, 2013.

BANCO MUNDIAL/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Deficiência**. São Paulo: SEDPcD, 2012.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

BENEVOLO, Leonardo. **Introdução à Arquitetura**. São Paulo: Mestre Jou, [197-?].

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 7ª ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BLOG DO CADEIRANTE. **Cadeirante na Itália – Vaticano**. Disponível em: <<http://www.blogdocadeirante.com.br/2015/01/cadeirante-na-italia-vaticano.html>>. Acesso em: 26 fev.2015.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível**, Vol I: Hospitalidade: direito e dever de todos. Petrópolis: Vozes, 2005.



BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, 1988.

Disponível em:

<[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/index.shtml](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtml)>. Acesso em: 15 fev.2014.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.296 / 2004**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>.

Acesso em: 15 mar.2014.

BRASIL – Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL – Ministério do Turismo. **Turismo acessível**: introdução a uma viagem de inclusão. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL – Ministério do Turismo. **Turismo Acessível**: mapeamento e planejamento de acessibilidade em destinos turísticos. Volume 2. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL – Ministério do Turismo. **Cartilha de orientação básica**: hotel histórico. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília, 2015.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Desenho Universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Editora Senac, 2007.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino; CARLETTO, Ana Cláudia. **Desenho universal**: um conceito para todos. Disponível em:

<[http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatos.pdf)>. Acesso em: 26 jun.2012.

CARBONARA, Giovanni. Apresentação. In: BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CHAGAS, Maurício de Almeida. **Preexistência, patrimônio e projeto**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. **O acesso para todos à cultura e aos museus do Rio de Janeiro**. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8200.pdf>>. Acesso em: 19 ago.2015.

CORREIO DA BAHIA. **Descoberta em casarão em Salvador pode mudar história do judaísmo no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/descoberta-em-casarao-em-salvador-pode-mudar-historia-do-judaismo-no-brasil/>>. Acesso em: 24 jul.2015.

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - RJ. **Lista de Verificação – Deficiência Motora**. Disponível em:

<[http://www.acessibilidade.org.br/listaverificacao\\_acessibilidade\\_deficiencia\\_motora.pdf](http://www.acessibilidade.org.br/listaverificacao_acessibilidade_deficiencia_motora.pdf)>. Acesso em: 05 fev.2015.

DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Anuário estatístico das rodovias federais 2010**. Disponível em:

<<http://www.dnit.gov.br/rodovias/operacoes-rodoviaras/estatisticas-de-acidentes/anuario-2010.pdf/>>. Acesso em: 15 jul.2014.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIMUS. **Solar Ferrão**. Disponível em: <<https://dimusbahia.wordpress.com/solar-ferrao/>>. Acesso em: 02 jul.2015.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. In: **Anais NUTAU 2006**: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo: USP, 2006.

DOURADO, Odete. **A Lâmpada da Memória – John Ruskin**: apresentação, tradução e comentários críticos. Salvador: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFBA, 1996a.

DOURADO, Odete. **Restauo – Vilollet-le-Duc**: apresentação, tradução e comentários críticos. Salvador: Salvador: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFBA, 1996b.

DOURADO, Odete. **Notas de aula**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia/UFBA, 2013.

EMBRATUR – INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos**. Disponível em:

<<http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp?subCategId=447&CategId=113&subCategLayout=Acessibilidade&CategLayout=Assist%EAnicia%20T%E9cnica>>. Acesso em: 15 fev.2014.

ENTRE A PRESSA E A PREGUIÇA. Disponível em:

<<https://entrepessaeapreguica.wordpress.com/type/image/>>. Acesso em: 25 fev.2015

ESPAÑA. Ministério de Educación, Política Social y Deporte. Accesibilidade y patrimonio cultural: a la búsqueda de un equilibrio compatible. In: **Boletín del Real Patronato sobre Discapacidad**. Madrid, 2008.

FERNANDES, Karla e CIRNE, Neide. **Plano de acessibilidade do Sítio Histórico de Olinda**. Disponível em: < <http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/producao-da-rede/artigos-cientificos/2006-1/234-fernades-cirne-panam2006/file>>. Acesso em: 26 fev.2015.

FLEXBIKE. Yélo – La Rochelle. Disponível em: < <http://www.flexbike.fr/main/news/42-yelo-la-rochelle.html>>. Acesso em 25 fev.2015.

GODBOUT, Jacques. Recevoir c'est Donner. In: **Communication 65**. Paris: Du Seuil, 1997. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm\\_0588-8018\\_1997\\_num\\_65\\_1\\_1985](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1997_num_65_1_1985)>. Acesso em: 02 jul.2015.

GRUPO CIRANDA CULTURAL. Mostra casa e corporativo acessíveis – projeto e estilo. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

GUIMARÃES, Gisele da Silva. **Muito mais além do Carmo**. 2011. Monografia (Graduação em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores demográficos e de saúde no Brasil 2009**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic\\_sociosaude/2009/indicsau de.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indicsau de.pdf)>. Acesso em: 17 mar.2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar.2014.

ICOMOS – INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. **Carta de Veneza – 1964**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 21 jul.2014.

INSTITUTO MARA GABRILLI. **Guia de acessibilidade cultural/São Paulo**. Disponível em: < <http://acessibilidadecultural.com.br/museus/>>. Acesso em: 15 jul.2014

IPAC – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria da Indústria Comércio e Turismo, 1975.

IPAC – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Bahia – Centro Histórico de Salvador**: programa de recuperação. Salvador: Corrupio, 1995.

IPAC – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Acessibilidade é tema de encontro no Museu Carlos Costa Pinto.** Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/noticias/acessibilidade-e-tema-de-encontro-no-museu-carlos-costa-pinto>>. Acesso em: 16 set.2014.

IPAC – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Museus.** Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/museus>>. Acesso em: 02 jul.2015.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Instrução Normativa nº 01**, acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal. Brasília, 2003.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Parecer nº 0388/11.** Brasília, 2011.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Mobilidade e acessibilidade urbana em sítios históricos.** Cadernos Técnicos, Volume 9. Brasília, 2014.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arquivo Noronha Santos – livros do tombo.** Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 16 jul.2014.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Acessibilidade e Patrimônio.** Material de Capacitação do PAC Cidades Históricas. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/302>>. Acesso em: 17 jul.2015.

NCSU – NORTH CAROLINA STATE UNIVERSITY. **The principles of universal design.** Disponível em: <[http://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about\\_ud/udprinciplestext.htm](http://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about_ud/udprinciplestext.htm)>. Acesso em: 15 jul.2014.

OLINDA – PE. **Programas e ações:** revitalização do Alto da Sé. Disponível em: <<http://www.olinda.pe.gov.br/programas-e-acoas/revitalizacao-do-alto-da-se>>. Acesso em: 26 fev.2015.

OLIVEIRA, Aíla. **Acessibilidade espacial em centro cultural:** estudo de casos. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência das Nações Unidas.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Deficiencia/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-deficientes.html>>. Acesso em: 15 mar.2014.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em:

<<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 31 jul.2014.

PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. **Dimensionamento humano para espaços interiores**: um livro de consulta e referência para projetos. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2002.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Proarq, 2009.

RIBEIRO, Gabriela; MARTINS, Laura; MONTEIRO, Circe. **O desafio da acessibilidade física diante da sacralização do Patrimônio Histórico e Cultural**. Cadernos Proarq, nº 19, UFRJ, 2012.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

SANTOS, Sónia Maria Almeida. **Acessibilidade em Museus**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.

SÃO PAULO – Ministério Público. **Guia prático de acessibilidade**: critérios e especificações técnicas para avaliação de acessibilidade em edificações, mobiliário e espaços. Disponível em:

<<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/GuiaPraticoDeAcessibilidade.pdf>>. Acesso em: 19 set.2014.

SEBRAE. **Comportamento de consumo e lazer das pessoas com deficiência**.

Disponível em: <<http://www.sebraemercados.com.br/comportamento-de-consumo-e-lazer-das-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 04 jul.2015

TIRAPELI, P. **Patrimônios da humanidade no Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2000.

TURISMO ADAPTADO. Disponível em:

<<http://www.turismoadaptado.com.br/#portfolio>>. Acesso em: 11 fev.2015.

UBIERNA, José Antonio Juncà. Accesibilidad y patrimonio cultural. A La búsqueda de un equilibrio compatible. **Boletín del Real Patronato sobre Discapacidad**. Espanha, 2008.

UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Núcleo Pró-acesso**.

[2003 ou 2004]. Disponível em:

<<http://www.proacesso.fau.ufrj.br/conceitos/rotaacess.html>>. Acesso em: 03 fev.2015.

UNFPA – FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011**. Disponível em:

<<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2011.pdf>>. Acesso em: 18 mar.2014

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Notas sobre as cartas patrimoniais.**

Disponível em:

<[http://www.fau.usp.br/fau/administracao/congregacao/planodiretor/site\\_antigo/material/leitura\\_patrimonial/notas\\_sobre\\_as\\_cartas\\_patrimoniais.pdf](http://www.fau.usp.br/fau/administracao/congregacao/planodiretor/site_antigo/material/leitura_patrimonial/notas_sobre_as_cartas_patrimoniais.pdf)>. Acesso em: 07 set.2014.

VASCONCELLOS, Beatriz Cunha. **A construção de um método para avaliação do ambiente construído.** 2011. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

VILLA BAHIA HOTEL. **O restauro.** Disponível em:

<<http://pt.lavillabahia.com/pousada-bahia/Viver-o-Hotel-Villa-Bahia/O-Restauro>>. Acesso em: 07 set.2014.

## APÊNDICE 1

### PLANILHA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA A EDIFICAÇÃO HISTÓRICA\*

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – UFBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
PESQUISA DE CAMPO – DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
MESTRANDA ROSANA SANTANA DOS REIS

Nome do pesquisador: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

DADOS DA EDIFICAÇÃO
INSTITUIÇÃO:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
TIPO DE UTILIZAÇÃO: ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO ( ) OS/ONG/OSCIP
ÁREA (m²):
Nº DE PAVIMENTOS:
EDIFICAÇÃO TOMBADA: ( ) SIM ( ) NÃO
NÍVEL DO TOMBAMENTO: ( ) FEDERAL ( ) ESTADUAL
Nº DE INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO:

DADOS COMPLEMENTARES	Sim	Não
A instituição possui atendimento direto ao consumidor?		
A instituição presta atendimento regularmente ao turista?		
A instituição possui pessoal treinado em assuntos de acessibilidade?		
A instituição já possui instalações que atendem a algum requisito de acessibilidade?		

Acesso externo – calçadas e circulação (itens 4.3.1, 5.9.1, 6.1, 6.6 e 6.10 da NBR 9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	O acesso à edificação é efetuado por uma rota acessível?			
2.	A calçada tem largura mínima de 120 cm (circulação de uma pessoa em pé e outra em cadeira de rodas)?			
3.	O revestimento do piso é antiderrapante?			
4.	O revestimento do piso é sem ressalto ou depressões?			
5.	O piso é plano, com desnível máximo de 0,5 cm?			
6.	Onde há desníveis entre 0,5 cm e 1,5 cm, há rampa com inclinação máxima de 50%?			
7.	Existem degraus para acesso à edificação?			



8.	Os degraus têm espelhos com altura máxima de 18 cm e piso mínimo de 28 cm?			
9.	Onde há degraus maiores que 1,5 cm e escadas há rampa ou equipamento eletromecânico vencendo o mesmo desnível?			
10.	Há corrimão em ambos os lados da escada?			
11.	Há guarda-corpo em ambos os lados da escada?			
12.	Se existem obstáculos como lixeiras, caixas de coleta e outros, estes obstáculos estão fora do espaço de passagem do pedestre?			
13.	Obstáculos aéreos como marquises, placas, toldos e vegetação estão localizados a uma altura superior a 210 cm?			
14.	A acomodação de veículos é feita exclusivamente dentro do imóvel, de forma a não criar degraus ou desníveis abruptos na calçada de acesso?			
15.	No alinhamento entre a calçada e o lote particular, o portão de garagem ou portão de acesso à área privada, abre para o interior do lote?			
16.	Na existência de barreiras arquitetônicas na entrada principal, há acesso alternativo para cadeirantes?			
17.	Nas calçadas, em locais com faixa destinada à travessia de via pública por pedestre, há rebaixamento do meio-fio e rampa sobre a calçada?			
18.	Há faixa de circulação plana, livre e contínua na calçada em frente à rampa?			
19.	A faixa de circulação da calçada em frente à rampa tem, no mínimo, 80 cm?			
20.	A rampa possui largura mínima de 120 cm?			
21.	As bordas laterais da rampa são fundamentais e rampadas, não existindo degraus entre os pisos da rampa e da calçada, ou há obstáculos laterais como jardins ou guarda-corpos?			
22.	As bordas laterais da rampa têm 5 cm de largura, na sua maior dimensão?			
23.	Há continuidade entre piso da rampa e da via pública, sem interrupção por degraus?			
24.	O piso da rampa é revestido com material antiderrapante?			
25.	Nas grades e ralos dos coletores o espaço máximo entre barras é de 1,5 cm?			
26.	As grelhas são embutidas no piso, sem alterar o nivelamento deste?			
27.	Em caso de grelhas salientes, a altura máxima do ressalto é 1,5 cm?			
28.	As grelhas estão dispostas transversalmente à direção do movimento?			

Anotações e observações:	
a.	No caso de estreitamento da calçada, informe a largura mínima pavimentada:
b.	No caso de degraus, informe as dimensões dos mesmos:
c.	No caso de obstáculos identifique-os:
d.	Largura de faixa de circulação em frente à rampa:
e.	Piso do pavimento (tipo e cor):
f.	Piso da escada (tipo e cor):
g.	Dimensão do espaço entre as barras das grelhas:
h.	Altura das grelhas em relação ao piso, se for saliente (máximo de 1,5 cm):

Circulação Interna – (Item 6.9 da NBR9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	Se a extensão do corredor é de até 4,00 m, a sua largura mínima é de 0,90 m?			
2.	Se a extensão do corredor é de 4,00 m até 10,00 m, a sua largura mínima é de 1,20 m?			
3.	Caso seja superior a 10,00 m de comprimento, sua largura mínima é de 1,50 m?			
4.	O piso dos corredores e passagens é revestido com material não escorregadio?			
5.	O piso é plano, com desnível máximo de 0,5 cm?			
6.	O piso dos corredores e passagens tem nivelamento contínuo, sem degraus?			
7.	O piso dos corredores e passagens é revestido com material regular, contínuo e durável?			
8.	Onde há desnível entre 0,5 cm e 1,5 cm, há rampa com inclinação máxima de 50%?			
9.	Onde há degraus maiores que 1,5 cm e escadas, há rampa ou equipamento eletrônico vencendo o mesmo desnível?			
10.	Obstáculos aéreos, como marquises, placas, toldos e vegetação, estão localizados a uma altura superior a 210 cm?			
11.	Há guarda-corpos nos desníveis e terraços?			
12.	Os guarda-corpos são construídos em materiais rígidos, firmemente fixos às paredes ou barras de suporte?			
13.	Os guarda-corpos oferecem condições de segurança na utilização?			

14.	Obstáculos como caixas de coleta, lixeira, floreiras, telefones públicos, extintores de incêndio e outros estão fora da zona de circulação?			
15.	Há placas indicativas no interior das edificações para a adequada circulação de pessoas com mobilidade reduzida?			
16.	A sinalização visual é em cores contrastantes?			

Circulação Vertical: Elevadores (Itens 6.1.7.1, 6.8.2 e 6.9.2.1 da NBR 9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	A porta de elevador tem vão mínimo de 80 cm?			
2.	O tempo de permanência da porta aberta está entre 5 s e 15 s?			
3.	O elevador tem dimensão mínima de cabine de 110 cm por 140 cm?			
4.	O revestimento do piso da cabine tem superfície dura e antiderrapante, permitindo uma fácil manobra da cadeira de rodas?			
5.	O piso da cabine tem cor contrastante com a do piso do pavimento?			
6.	Os botões de chamada externo têm dimensão mínima de 19 mm, excluindo-se a aba?			
7.	Os botões de chamada externos e do painel de comando são providos de indicação visual?			
8.	Os comandos de emergência estão agrupados na parte inferior do painel de comandos da cabine?			
9.	A altura do último botão no painel de comando está a uma altura máxima de 137 cm, medida a partir do piso da cabine, com tolerância de 2,5 cm?			
10.	A altura do primeiro botão no painel de comando está a uma altura mínima de 89 cm, medida a partir do piso da cabine, com tolerância de 2,5 cm?			
11.	Onde há degraus maiores que 1,5 cm e escadas, há rampa ou equipamento eletrônico vencendo o mesmo desnível?			
12.	A dimensão mínima das letras e números das marcações dos comandos é de 1,6 cm?			
13.	Os números das indicações do pavimento onde se encontra o elevador tem altura mínima de 1,6 cm?			
14.	Há corrimão fixado nos painéis laterais e de fundos da cabine?			
15.	Se há corrimão, a parte superior deste está a uma altura entre 89 e 90 cm do piso acabado e com espaço livre entre o painel da cabine e o corrimão de 4 cm?			
16.	A cabine tem iluminação elétrica com no mínimo duas lâmpadas?			
17.	Os capachos embutidos no piso são nivelados com saliência menor que 0,5 cm de altura?			
18.	Se há elevadores eles poderão sofrer alterações tecnicamente previstas na NBR 13.994/00?			

19.	Elevadores que atendem as exigências da NBR 13.994/00 estão identificados como o Símbolo Internacional de Acesso?			
-----	---	--	--	--

<b>Anotações e observações:</b>				
a. Dimensão da cabine:				
b. Largura da porta				
c. Painel de comando interno:				
i. Diâmetro dos botões do comando interno:				
ii. Altura do primeiro e do último botão de comando interno:				
iii. Altura da letra dos comandos:				
d. Piso da cabine:				
e. Dimensão perpendicular do espaço em frente ao elevador:				

<b>Plataforma Elevatória (Itens 6.8.3 e 6.8,4 da NBR9050/04)</b>				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	Existe plataforma elevatória?			
2.	Se a plataforma é vertical e de percurso aberto, o desnível a ser vencido em edificações pavimentadas tem largura mínima de 150 cm?			
3.	Se a plataforma é vertical e de percurso fechado, o desnível a ser vencido em edificações de uso público ou coletivo é de até 2,00 m?			
4.	A plataforma possui dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos atendidos para utilização acompanhada?			
5.	A plataforma possui dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos equipamentos e nos pavimentos atendidos para utilização assistida?			
6.	Se a plataforma é de percurso inclinado, há parada programada nos patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível?			
7.	O assento é escamoteável para uso de pessoa com mobilidade reduzida?			
8.	Há sinalização tátil e visual informando a obrigatoriedade de acompanhamento por pessoal habilitado durante sua utilização na área de espera?			
9.	Existe sinalização visual demarcando a área para espera de embarque e limite da projeção de percurso do equipamento em funcionamento?			

<b>Anotações e observações:</b>				
a. Dimensão da cabina da plataforma:				

Rampas (Item 6.5 da NBR9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	A largura mínima da rampa é de 120 cm?			
2.	O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante?			
3.	A inclinação da rampa está em conformidade com a tabela de dimensionamento de rampas no anexo 1?			
4.	A inclinação transversal máxima é de 2% em rampa interna ou 3% em rampa externa?			
5.	As laterais da rampa são protegidas por paredes, guarda-corpo ou ressaltos no piso de no mínimo 5 cm (guia de balizamento) em ambos os lados?			
6.	Há, no início e no final de cada segmento de rampa, um patamar de no mínimo 120 cm de comprimento, na direção do movimento?			
7.	Há corrimão em ambos os lados da rampa?			
8.	Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?			

Anotações e observações:	
a.	Comprimento da rampa:
b.	Largura da rampa:
c.	Inclinação da rampa (medida em 2 pontos ou mais):
d.	Desnível:
e.	Dimensão dos patamares:

Escadas (Item 6.6 da NBR9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	Há rampa ou elevador vencendo o mesmo desnível da escada?			
2.	A escada tem largura mínima de 120 cm?			
3.	A dimensão do piso (profundidade) do degrau é maior que 28 cm e menor que 32 cm?			
4.	A dimensão do espelho do degrau é maior que 16 cm e menor que 18 cm?			
5.	As dimensões dos espelhos e pisos são constantes em toda a escada, excetuando-se as escadas fixas com lances curvos ou mistos?			
6.	O primeiro e o último degraus de um lance de escada estão distantes da área de circulação em pelo menos 30 cm?			

7.	A inclinação transversal máxima da escada é de 1%?			
8.	O piso dos degraus da escada é revestido com material antiderrapante e estável?			
9.	Há, no início e no final de cada segmento de escada, um patamar de no mínimo 120 cm de comprimento, na direção do movimento?			
10.	Há patamares em qualquer mudança de direção na escada?			
11.	Há corrimão em ambos os lados da escada?			
12.	Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?			
13.	Se trata de escadas ou degraus fixos em rotas acessíveis, está associada a rampa ou ao equipamento de transporte vertical?			

Corrimão e Guarda-Corpo (Item 6.7 da NBR9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	Há corrimão em ambos os lados da escada ou rampa?			
2.	Os corrimãos são feitos de material resistente?			
3.	Os corrimãos são construídos em material rígido, firmemente fixado às parede ou barras de suporte e oferecem condições de segurança na utilização?			
4.	Os corrimãos são de seção circular entre 3,0 cm e 4,5 cm de diâmetro?			
5.	Há um espaço livre de no mínimo 4 cm entre a parede e o corrimão?			
6.	Se a projeção dos corrimãos incidir dentro da largura da rampa, esta é máxima de 10 cm de cada lado?			
7.	Os corrimãos têm prolongamento horizontal de, no mínimo, 30 cm nos dois níveis servidos pela escada ou rampa?			
8.	As extremidades do corrimão têm desenho contínuo, são fixadas ou justapostas à parede?			
9.	Os corrimãos têm continuidade, sem interrupção nos patamares intermediários?			
10.	A altura do corrimão da escada é de 92 cm do piso, medidos de sua geratriz superior?			
11.	O corrimão da rampa está instalado a duas alturas: 92 cm e 70 cm do piso, medido da geratriz superior?			
12.	Os corrimãos têm prolongamento horizontal de, no mínimo, 30 cm nos dois níveis servidos pela escada ou rampa?			
13.	Se a escada ou rampa não tiverem paredes laterais, há guarda-corpo de 150 cm de altura associado ao corrimão?			

Anotações e observações:	
a.	Altura do corrimão:
b.	Seção ou diâmetro do corrimão:
c.	Altura do guarda-corpo:

Sanitário e Vestiário (Item 7 da NBR9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	O sanitário ou vestiário está localizado em lugar acessível?			
2.	O sanitário ou vestiário está localizado próximo à circulação principal?			
3.	Os sanitários ou vestiários acessíveis estão próximos ou integrados às demais instalações sanitárias?			
4.	Os boxes para bacia sanitária têm dimensões mínimas de 150 cm x 170 cm?			
5.	Há área de 80 cm de largura por 120 cm de comprimento para transferência lateral, perpendicular e diagonal ao vaso sanitário?			
6.	Se o box para bacia sanitária possui dimensões de 150 cm x 150 cm, há área externa de manobra com dimensões de 150 cm x 120 cm?			
7.	Se o box para bacia sanitária possui dimensões de 150 cm x 150 cm, há porta com largura mínima de 100 cm?			
8.	A bacia sanitária está a uma altura entre 43 cm e 45 cm do piso, medida a partir da borda superior sem assento?			
9.	Se há plataforma pra compor a altura da bacia sanitária, a projeção horizontal da plataforma ultrapassa no máximo 5 cm o contorno da base da bacia?			
10.	No caso de bacia com caixa acoplada, há barra na parede do fundo, de forma a evitar que a caixa seja usada como apoio?			
11.	Caso haja barra, a distância mínima entre a face inferior e a tampa da caixa acoplada é de 15 cm?			
12.	As barras de apoio da pia sanitária tem comprimento mínimo de 80 cm?			
13.	As barras possuem seção circular com diâmetro Entre 3,0 cm e 4,5 cm?			
14.	A barra lateral à bacia está posicionada de modo a avançar 50 cm da extremidade frontal da bacia sanitária?			
15.	A distância entre o eixo do vaso e a face da barra lateral é de 40 cm?			
16.	A porta do sanitário ou do box para bacia sanitária tem barra horizontal para facilitar seu fechamento?			
17.	A porta do sanitário ou box para bacia sanitária está disposta de maneira a permitir sua completa abertura?			
18.	A maçaneta ou trinco da porta do sanitário ou do box			



	para bacia sanitária é do tipo alavanca?			
19.	A porta do sanitário ou do boxe para bacia sanitária tem vão livre mínimo de 80 cm?			
20.	Os lavatórios são sem colunas?			

**Anotações e observações:**

a. Altura do vaso e lavatório:
b. Dimensão e altura das barras:
c. Altura dos acessórios: ✓ Papeleira: ✓ Toalheiro: ✓ Ducha higiênica: ✓ Saboneteira: ✓ Torneira:
d. Tipo de piso:

**Portas (Item 6.9 da NBR9050/04)**

Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	As portas têm vão livre mínimo de 80 cm?			
2.	As portas de duas ou mais folhas possuem pelo menos uma das folhas com vão livre de 80 cm?			
3.	As portas estão dispostas de maneira a permitir que sua completa abertura seja superior a 10 m de comprimento, sua largura mínima é de 1,50 m?			
4.	As maçanetas são do tipo alavanca?			
5.	As maçanetas possuem altura entre 90 cm e 110 cm?			
6.	As portas podem ser abertas com um único movimento?			
7.	Há uma largura mínima de 150 cm em frente à porta (lado da abertura)?			
8.	Há uma largura mínima de 120 cm em frente à porta (lado contrário à abertura)?			
9.	Há espaço lateral à porta (lado da abertura) e no mínimo 60 cm que possibilite a aproximação à maçaneta?			
10.	No caso de locais de hospedagem ou de saúde, há puxador horizontal com comprimento igual a metade da largura da porta?			
11.	O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5 cm de altura?			

Superfície Para Refeição ou Trabalho e Balcão (Item 9.3 e 9.5 da NBR 9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	As mesas possuem altura de trabalho entre 75 cm e 85 cm?			
2.	As mesas permitem aproximação frontal da cadeira de rodas, com uma altura livre mínima de 73 cm embaixo da superfície de trabalho?			
3.	Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho possuem profundidade livre para aproximação frontal de, no mínimo, 50 cm?			
4.	Há um módulo de referência de 80 cm x 120 cm para aproximação frontal à mesa?			
5.	As mesas são apropriadas ao uso de pessoas em cadeira de rodas?			
6.	Os balcões de atendimento possuem altura da superfície de trabalho de no máximo 90 cm?			
7.	Os balcões de atendimento permitem aproximação frontal da cadeira de rodas, com uma altura livre mínima de 73 cm embaixo da superfície de trabalho?			
8.	Os balcões de atendimento possuem profundidade livre para aproximação de, no mínimo, 30 cm?			
9.	Há um módulo de referência de 80 cm x 120 cm para aproximação frontal ao balcão?			
10.	O guichê possui altura máxima de 150 cm em relação ao piso?			

Anotações e observações:	
a.	Tipo de mobiliário:
b.	Altura da superfície de trabalho (mesa, balcão e guichê):
c.	Altura livre embaixo do balcão ou superfície de trabalho:
d.	Profundidade livre sob a superfície de trabalho (mesa, balcão e guichê):

Bebedouro (Item 9.1 da NBR 9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	Se há bebedouro, pelo menos 1 (um) deles possui altura máxima de 90 cm?			
2.	Há uma altura livre inferior de no mínimo 73 cm do piso?			
3.	Há um módulo de referência (80 cm x 120 cm) para aproximação frontal ao bebedouro?			
4.	Os bebedouros do tipo garrafão e filtros estão posicionados na altura entre 80 cm e 120 cm do piso?			

Anotações e observações:	
a.	Altura da bica do bebedouro:
b.	Altura livre sob do bebedouro:

Cinemas, Teatros, Auditórios e Similares (Item 8.2.1 da NBR 9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	Há na área mínima equivalente a um círculo de 150 cm de diâmetro, para rotação de 360° de uma cadeira de rodas sem deslocamento?			
2.	Para a transposição de obstáculos isolados (portas ou outros obstáculos fixos com extensão de no máximo 40 cm), existe uma largura livre mínima de 80 cm?			
3.	A largura para a circulação de uma cadeira de rodas é de no mínimo 90 cm?			
4.	Há uma largura mínima de 120 cm para a circulação de uma pessoa em pé e outra numa cadeira de rodas?			
5.	Os espaços para cadeiras de rodas têm 80 cm de largura e 120 cm de comprimento?			
6.	Os espaços para cadeiras de rodas são planos?			
7.	Há uma faixa de no mínimo 30 cm para circulação, localizada na frente do espaço para cadeira de rodas, atrás ou em ambas posições?			
8.	As extremidades do corrimão tem desenho contínuo, são fixadas ou justapostas à parede?			
9.	Os locais de espetáculos, conferência, aulas e outros de natureza similar dispõem de espaço reservados para cadeira de rodas, de acordo com a ABNT, de modo que facilite as condições de acesso, circulação e comunicação?			
10.	Os espaços para pessoas em cadeira de rodas permitem que estes possam sentar-se próximo a seus acompanhantes?			
11.	Os espaços para cadeira de rodas estão localizados em uma rota acessível, vinculada a uma rota de fuga?			
12.	Há uma rota acessível interligando os espaços para pessoa em cadeira de rodas ao palco e aos bastidores?			

Anotações e observações:	
a.	Dimensão do espaço para cadeira de rodas e sua localização:
b.	Largura da circulação de acesso:
c.	Largura da circulação à frente e atrás do espaço:

Estacionamento (Item 6.12 da NBR 9050/04)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	Há vagas de garagem ou estacionamento reservadas para veículos utilizados por pessoas com deficiência localizada próximo aos acessos de circulação de pedestres?			
2.	Estas vagas evitam que ocorra a circulação e passagem de pedestres entre veículos?			
3.	Há sinalização nestas vagas, por meio de faixa de 1,20 m de largura pintada no piso, em amarelo, lateral à vaga?			
4.	As vagas reservadas são demarcadas com linha contínua na cor branca sobre o pavimento?			
5.	As vagas reservadas são identificadas com placa vertical, com o Símbolo Internacional de Acesso e com identificação escrita relativa à condição de reserva da vaga e do público-alvo?			
6.	Há rebaixamento de meio-fio e rampa na calçada para ligar a vaga à calçada ou passeio?			
7.	O caminho a ser percorrido pela pessoa com deficiência é livre e sem obstáculos?			

**Anotações e observações:**

a. Dimensão da vaga:

b. Largura da faixa lateral:

c. Características da sinalização:

Geral (Item 10098/00 da NBR 9077/93)				
Nº	Itens a conferir	Sim	Não	Não existe
1.	O percurso que une a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos é acessível?			
2.	Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação está livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade?			
3.	A circulação é acessível desde a rua até o saguão onde se localiza o elevador?			
4.	Se não há elevador ou outro equipamento eletromecânico acessível, há rampas ligando os pavimentos?			
5.	Há rampa em qualquer caso onde ocorra um desnível maior que 1,5 cm e menor que 48 cm, já que são proibidos lances de escadas com menos de três degraus?			

6.	As dependências em que ocorre maior fluxo de pessoas estão situadas no andar térreo?			
7.	Há pelo menos um banheiro acessível, com seus equipamentos e acessórios distribuídos de maneira que possa ser utilizado por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida?			
8.	Na entrada dos prédios públicos totalmente adaptados às exigências desta lei, está fixado o Símbolo Internacional de Acessibilidade?			

#### DIMENSIONAMENTO DE RAMPAS CONFORME A NBR 9050/2004

INCLINAÇÃO ADMISSÍVEL EM CADA SEGMENTO DE RAMPA $i$ (%)	DESNÍVEIS MÁXIMOS DE CADA SEGMENTO DE RAMPA $h$ (m)	NÚM. MÁX. SEGMENTOS DE RAMPA
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite
$5,00 (1:20) < i < 6,25 (1:16)$	1,00	Sem limite
$6,25 (1:16) < i < 8,33 (1:12)$	0,80	15

\*Planilha adaptada pela autora, usando-se como referências a Lista de Verificação – Deficiência Motora (CREA – RJ), planilhas de avaliação de acessibilidade (OLIVEIRA, 2006) e o mapeamento e planejamento de acessibilidade em destinos turísticos do Ministério do Turismo (BRASIL, 2009b).

## APÊNDICE 2

### QUESTIONÁRIO PARA GESTORES DAS INSTITUIÇÕES OBJETO DE ESTUDO

Título da dissertação:

Acessibilidade a edifícios históricos de interesse turístico por pessoas com mobilidade reduzida: exemplos situados na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador

#### I. DADOS DO ENTREVISTADO:

1. NOME DA INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_
2. NOME DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_
3. FORMAÇÃO: \_\_\_\_\_
4. CARGO NA INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_
5. TEMPO DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_

#### II. PERGUNTAS:

1. Qual o público que frequenta a instituição?
2. Qual a média mensal de visitantes/usuários?
3. Quando foi realizada a última reforma/restauro?
4. Como é realizada a manutenção da edificação?
5. Possui elementos de acessibilidade?
6. Quais?
7. Quando foram implantados?
8. Quais as principais dificuldades encontradas na implantação/adequação de equipamentos para a acessibilidade?
9. Houve algum tipo de prejuízo ao patrimônio durante a instalação desses equipamentos?
10. Os equipamentos para acessibilidade estão em uso?
11. Apresentam bom funcionamento?
12. Caso não possuam adaptação para acessibilidade, como fazem para atender pessoas deficientes físicas ou com dificuldade de locomoção?
13. Possui pessoal treinado para receber esse público?
14. Existem projetos de melhoria de acessibilidade?
15. Caso sim, qual a previsão das obras?
16. Existe algum motivo para as obras de adaptação ainda não terem sido realizadas (caso não sejam adaptados)?

**APÊNDICE 3**

QUESTIONÁRIO PARA PARTICIPANTE DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE  
ACESSIBILIDADE A EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

Data: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

1. Nome:

\_\_\_\_\_

2. Idade: \_\_\_\_\_ anos

3. Gênero

( ) Feminino ( ) Masculino

4. Tem algum tipo de deficiência física ou dificuldade para locomover-se?

( ) Sim ( ) Não

a. Em caso afirmativo, mencionar qual:

\_\_\_\_\_

5. Como avalia a circulação pela área externa e nas proximidades para pessoas com deficiência física ou com dificuldade de locomoção para chegar ao local?

( ) Muito bom ( ) Bom ( ) Ruim ( ) Péssimo

a. Quais são as facilidades?

\_\_\_\_\_

b. Quais são os principais obstáculos?

\_\_\_\_\_

6. Como é o deslocamento de pessoas com dificuldade de locomoção ou deficiente físico entre os diferentes andares?

( ) Fácil ( ) Complicado ( ) Exige a ajuda de terceiros ( ) Impossível

a. O que facilita?

\_\_\_\_\_



b. O que dificulta?

---

7. Você acha que a pessoa com deficiência consegue circular por todos os espaços e participar de todas as atividades realizadas no local?

- ( ) Sim, sem nenhuma restrição  
 ( ) Sim, com restrições  
 ( ) Apenas com ajuda de terceiros  
 ( ) Sem acesso

a. Caso existam, quais os fatores que impedem o livre acesso?

---



---

8. Você considera as instalações sanitárias:

- ( ) Adaptadas para uso da pessoa deficiente  
 ( ) Adaptadas, porém em número insuficiente  
 ( ) Mal adaptadas  
 ( ) Não adaptadas

a. Aponte as principais dificuldades encontradas no sanitário:

---

9. Você notou algum tipo de atendimento especial a esse público neste local?

- ( ) Sim ( ) Não ( ) Desconhece

10. Como avalia as placas informativas (sinalização) para sanitários, entradas, saídas, nome e uso da sala, para quem visita o local?

- ( ) Suficiente ( ) Insuficiente ( ) Difícil de visualizar ( ) Não há

11. Se você tivesse algum tipo de deficiência física ou dificuldade de locomoção (ou tem de fato), quais as principais dificuldades encontradas em relação ao edifício para:

- a. Chegar: \_\_\_\_\_  
 b. Entrar ou sair: \_\_\_\_\_  
 c. Circular: \_\_\_\_\_  
 d. Participar de atividades: \_\_\_\_\_  
 e. Utilizar sanitários: \_\_\_\_\_  
 f. Obter informações ou atendimento: \_\_\_\_\_

---

**APÊNDICE 4****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(MODELO)**

Prezado(a) Senhor(a),

Sou Rosana Santana dos Reis, mestrandanda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e estou desenvolvendo a pesquisa para dissertação intitulada “Acessibilidade a edifícios históricos de interesse turístico por pessoas com mobilidade reduzida: exemplos situados na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador”.

Essa pesquisa tem por objetivo principal identificar as barreiras arquitetônicas específicas que se apresentam comumente em edifícios históricos de interesse turístico, em especial através da análise de exemplos localizados na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador, verificando-se as adequações mais indicadas para permitir a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida a esses edifícios de maneira compatível com a preservação do patrimônio.

Para o desenvolvimento da pesquisa a sua participação é muito importante, pois para melhor análise dos edifícios, é necessário realizar a visita acompanhada, quando o participante, assistido pelo pesquisador, realizará o percurso pelas áreas dos edifícios a serem analisadas quanto à acessibilidade física e em seguida responderá ao questionário referente a essa análise.

A participação nesta pesquisa é voluntária e não implica em qualquer ônus ou remuneração financeira para o participante.

Salvador, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Rosana Santana dos Reis  
Pesquisador  
(rosantanareis@gmail.com)

---

Participante

**APÊNDICE 5****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS  
(MODELO)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa intitulada “Acessibilidade a edifícios históricos de interesse turístico por pessoas com mobilidade reduzida: exemplos situados na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador”, bem como de estar ciente da necessidade do uso da minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizo, através do presente termo, a pesquisadora Rosana Santana dos Reis a realizar as fotografias e/ou imagens que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem qualquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização dessas imagens e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisa acima especificada.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
Rosana Santana dos Reis  
Pesquisador  
(rosantanareis@gmail.com)